



UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

Lei de Imigração No Brasil e Processos de Anistia

O olhar do imigrante Boliviano

JACQUELINE LOBO DE MESQUITA
2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Lei de Imigração no Brasil e Processos de Anistia:

O olhar do imigrante Boliviano.

JACQUELINE LOBO DE MESQUITA

Sob orientação da Profª Drª
Miriam de Oliveira Santos

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em Ciências
Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Abril, 2016

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L5781 Lobo de Mesquita, Jacqueline, 1989-
Lei de Imigração no Brasil e Processos de Anistia:
O olhar do imigrante Boliviano. / Jacqueline Lobo de
Mesquita. - 2016.
142 f. : il.

Orientadora: Miriam de Oliveira Santos.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Ciências Sociais, 2016.

1. Lei de Imigração. 2. Bolivianos.. 3.
Etnografia.. 4. Antropologia. 5. Estatuto do
estrangeiro. I. de Oliveira Santos, Miriam, 1964-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JACQUELINE LOBO DE MESQUITA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 04 de abril de 2016.

Prof^a Dr^a Miriam Santos (Orientadora)

Prof^a Dr^a Giralda Seyferth

Prof^a Dr^a Regina Petrus

Prof. Dr. Edson Miagusko

**Dar a voz aqueles que não têm voz é mais do que tudo
um comprometimento político de cada intelectual e
pesquisador que não separa teoria de prática
transformadora. Pierre Bourdieu**

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos é como cortar um bolo de aniversário, e decidir para quem será o primeiro pedaço é algo muito difícil. Entretanto não tenho a pretensão de criar um vínculo com o primeiro nome e com isso deixar os demais tristes, gostaria de pensar que meus agradecimentos são como cupcakes. Pequenos bolos, onde cada um pode ter seu primeiro pedaço.

Gostaria de agradecer imensamente minha professora, orientadora, amiga, Miriam de Oliveira Santos, foi por conta dela principalmente que minha vontade em cursar o mestrado aconteceu. Partir de São Paulo, sem saber se iria ser aprovada no mestrado, deixando tudo para trás me fez compreender ainda mais a realidade da migração. Com sorte tive muitos anjos no meio do caminho, e a senhora professora foi com certeza um muito iluminado. Obrigada pelos momentos de orientação, de conversa, de acreditar em mim, mesmo quando eu não me sentia capaz, professores como a senhora fazem toda a diferença na vida de um aluno em busca de conhecimento.

Obrigada aos meus pais Abdon Rodrigues de Mesquita, e Maria Lucia Lobo que sempre me apoiaram, e acreditaram que meus sonhos poderiam se tornar realidade, saibam que senti falta de vocês todos os dias, embora o fato de crescer e tornar-se adulto cale e silencie alguns sentimentos, por pura vergonha daquilo que não se deveria envergonhar jamais, quando foi que dizer eu te amo tornou-se tão difícil. Crescer implica tornar-se forte, responsável, e isso é doloroso, obrigada por terem me dado todo o suporte necessário para que eu possa andar, e caminhar para um futuro cheio de realizações e algumas frustrações, mas com a certeza de que sempre que precisar o colo de vocês estará presente, ainda que em pensamentos para me acalantar.

Ser família é mais do que ter o mesmo sangue, por isso te agradeço tia Fátima por ter me adotado como filha do coração, me acolhido em sua casa e ter vibrado a cada pequena vitória do meu dia a dia, seu apoio foi mais do que necessário ele foi o que me deu suporte nas muitas vezes que precisei. Aos meus primos, obrigada por terem sido pacientes com a bagunça que meus livros, textos e cadernos (roupas, e toalha molhada na cama) causaram todos os dias.

Aos queridos

Professores: Luena, André, Annelise vocês que me aceitaram como aluna especial em suas disciplinas, quando minha primeira tentativa para o mestrado foi frustrada, ter assistido as tuas aulas me ajudou a construir o que sou hoje, e professora Luena, obrigada por desmistificar as relações de gênero que estavam tão findadas em mim, me descobri como uma mulher para além dos estereótipos impostos por uma sociedade machista e lhe sou muito grata por isso.

Aos amigos todos do NIEM meu muito obrigada, cada encontro era uma explosão de novidades, um mundo novo se abria a cada reunião, e me fazia ter certeza de que estava no caminho certo.

Ricardo Carramillo, você diz que nunca te fiz um cupcake, pois bem eis aqui o seu, obrigada por todos os dias de companhia, de risos, de conversas. Quem diria que estudar junto levaria as pessoas tão longe? Vivemos cada dia ao nosso modo, sem a necessidade de criarmos nomenclaturas para isso, somos muito mais do que nomes pré-formulados. Sem você, sem seu apoio, nada teria sido assim, lembrar da nossa entrega de documentos para o mestrado ainda me faz rir horrores, eu correndo de bike e você de carro para tentar segurar a secretaria a tempo, pois claro somos atrapalhados e tendo a lei de Murphy ao nosso lado a impressora tinha que quebrar, as folhas de papel tinham de acabar, as canetas sumirem tudo perto da hora de entregar a documentação.

Obrigada por garantir que nesses dois anos eu não me cobrasse de mais, me tornando assim mais leve de corpo e também de alma, você me mostrou que as coisas podem ser muito mais fáceis do que pensamos, e sempre, há uma solução. Obrigada por ter amparado minhas lágrimas, por ter sido presente todo esse tempo, e ter sido tão compreensível. Te amo por isso tudo, espero que para o doutorado tenhamos duas impressoras e papel de sobra, e que tenhamos ainda senso de humor para rir da cara um do outro depois de momentos de total desespero. Te conhecer me leva para o próximo agradecimento.

Professora Cassia Reis, quem diria que chegaria tão longe com as tuas aulas para entrar no mestrado? A senhora foi uma figura muito importante nessa minha trajetória, meu muito obrigada por isso. A professora Giralda muito obrigada por ter me apontado que as Ongs poderia ser mais do que simples elementos por onde os imigrantes passam, o que me fez ter

um olhar mais voltado para tal questão, e neste sentido muito obrigada a todos os imigrantes que despenderam horas de suas vidas conversando comigo, bem como os diretores das instituições onde fiz pesquisa, obrigada por terem aberto suas portas e histórias para mim.

Lucio Carramillo, uma pessoa que ama tanto doce não poderia ficar sem seu bolinho, em pensar que a primeira vez que nos vimos eu disse “acho que você vai enjoar de me ver aqui” frase mais assertiva seria impossível, aprendi com sua experiência que trabalhos nunca são finalizados, como diria a Miriam “você não entrega o trabalho por que ele acabou, você o entrega pois o que acabou foi o tempo”. Obrigada Lucio, por ter me ajudado nesse processo todo, por ter aberto sua casa, e minha mente para algumas coisas, até por que como diriam uma mente que se abre é uma mente de oportunidades. Edith Caetano, outra formiguinha, obrigada por tudo, acho que essa é a melhor palavra que descreve meu agradecimento, você estava presente em momentos que foram muito importantes, é a mãe de um certo alguém muito importante na minha vida, e me faz pensar sobre a importância de se ter amigos. Acho que nunca lhe disse isso, mas a razão para nunca ter te chamado de tia, entre muitas questões pessoais é por que para mim, você é uma amiga com a qual posso contar, levar broncas, sorrir, e achar graça dos filmes que antes do final já te fazem dormir.

Todos os funcionários da universidade, os cafés não seriam os mesmos sem vocês. Aos queridos professores da banca, Edson obrigada por suas aulas que me fizeram compreender um pouco mais sobre a imigração, sobre a escola de Chicago e sua importância nos estudos migratórios, por me fazer refletir sobre os pequenos poderes exercidos diariamente dos quais Foucault tanto falava, por me mostrar que o estudo é como um prédio, primeiro devemos conhecer todos seus andares, para saber como, após destruí-lo poder reconstruí-lo aos nossos moldes. A professora Regina, obrigada pelos conselhos, por todas as conversas, por me mostrar o quão os relatos dos imigrantes são cheios de trajetórias, experiências e completos de informações que vão para além da teoria, são ensinamentos que acabamos utilizando para o nosso dia a dia, acho lindo te ver falando com tanta emoção sobre seu campo, espero poder trazer uma leitura que consiga ao menos chegar próximo disso.

A minha prima Amanda, que mesmo na árdua tarefa de ser “Shiva” com vários braços para dar conta de filho, trabalho, casa, ainda encontrou tempo de me ajudar a finalizar pontos desta dissertação. A minha tia Yolanda, obrigada por me mostrar a fortaleza que nem o câncer é

capas de destruir, é preciso ter muita fé, em si mesmo, e em deus, e isso me faz acreditar que, pedra a pedra estou construindo minha fortaleza, obrigada por ter sido uma ponte importante para dados cruciais da minha pesquisa.

Rakel, seus olhares sobre a praça Kantuta me fizeram ver um outro mundo, obrigada por me mostrar que, mais do que uma identidade atribuída é preciso ter uma identidade que vá além de fronteiras, ou de certos nacionalismos.

Por fim, para todos os que as páginas não foram capazes de preencher, não esqueci de vocês, Nathan, Hell, Jânio, Nivia, Maraisa, Cassia, Thais, Geovane, Tati, meu muito obrigada.

A Faperj, por ter me concedido uma bolsa de pesquisa durante os dois anos do mestrado, e as professoras Naara Luna e Sabrina, a dedicação de vocês para o programa e para a universidade é louvável, muito obrigada por terem me aceitado no mestrado.

Muito obrigada a todos, cada um de vocês me ajudou a perceber que, por mais que o caminho seja difícil, que as telas em branco do word insistam em permanecer dias a fio, sempre haverá luz no final do túnel, uma palavra amiga, e que por fim, isso é apenas uma etapa da vida, que deve ser prazerosa, leve e feliz.

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo com imigrantes bolivianos, bem como com duas instituições não governamentais sobre o que estes achavam, e se é que tinham algum conhecimento sobre a legislação migratória no Brasil. Os dados coletados na pesquisa possibilitaram a percepção da configuração de três tipos de sujeitos que se conformam enquanto grupos de conhecimento. O primeiro tem conhecimento devido ao seu dia a dia na capital, são em sua maioria pessoas que já estão a mais de dez anos na cidade e falam bem português. O segundo tipo conquistou certo grau de conhecimento devido as Ongs, e o terceiro tipo, não possui conhecimento algum, neste último existe uma intersecção entre imigrantes que pouco, ou nada falam o português, com imigrantes falantes de português, mas que não necessitam conhecer as leis, pois possuem poder aquisitivo suficiente para pagar advogados e despachantes quando precisarem, ao passo que os outros trabalhando em oficinas de costura, não possuem meios de pagar pela prestação de serviços de conhecedores da lei. No primeiro tipo, normalmente os imigrantes falam mais sobre o fato da lei ser retrograda, cunhada para criminalizar o imigrante, o segundo tipo fala mais sobre as necessidades que giram em torno do trabalho e em como a lei deveria ser alterada para facilitar por exemplo que estudantes pudessem ter o direito de trabalhar, o terceiro tipo nada fala, exceto os eu possuem poder aquisitivo, para estes, não importa de fato que tipo de alteração ocorre neste âmbito. As Ongs por sua vez revelaram ser verdadeiras escolas, com filosofias bastante específicas, entretanto ambas concordam sobre a necessidade de mudança da lei, das reduções de taxas cobradas, bem como do tempo despendido para que os imigrantes consigam documentar-se no Brasil. Esta pesquisa, foi principalmente realizada com questionários semi-estruturados, caderno de campo, e aporte bibliográfico. Acreditamos esta pesquisa se mostra necessária pois uma vez que a Política Migratória se encontra em um momento de transição é importante ouvir o que aqueles que passam por sua realidade diariamente tem a dizer, além de contribuir para produção bibliográfica sobre o assunto.

MESQUITA, Jacqueline Lobo de. **Lei de Imigração no Brasil e Processos de Anistia: O olhar do imigrante Boliviano. Dissertação de Mestrado, PPGCS/UFRRJ, 2016.**

Palavras-chave: Imigrantes Bolivianos, Legislação, COMIGRAR, Estatuto do Estrangeiro

ABSTRACT

This work is the result of a survey conducted in São Paulo with Bolivian immigrants, as well as two non-governmental institutions on what these were, and if they had some knowledge of the immigration laws in Brazil. The data collected from the survey allowed the perception of the configuration of three types of subjects that conform as knowledge groups. The first has knowledge due to their day to day in the capital, they are mostly people who are already more than ten years in the city and speak Portuguese well. The second type has won certain degree of knowledge because the NGOs, and the third type, does not have any knowledge in the latter there is an intersection between immigrants little or nothing speak Portuguese, with speakers immigrant Portuguese, but they do not need to know the laws because they have sufficient income to pay for lawyers and agents when they need it, while others working in sewing workshops, have no means to pay for the provision of the law knowledgeable services. In the first type, usually immigrants speak more about the fact that the law be retrograde, coined to criminalize the immigrant, the second type speaks more about the needs that revolve around work and how the law should be amended to facilitate for example that students could have the right to work, the third type is silent, except I have purchasing power for these, not really matter what kind of change occurs in this area. The NGOs in turn proved to be true schools with quite specific philosophies, but both agree on the need to change the law, the fees charged reductions, as well as the time spent for immigrants able documented in Brazil. This research was mainly carried out semi-structured questionnaires, field notes, and bibliographic contribution. We believe this research appears necessary because once the Migration Policy is at a time of transition is important to listen to those who go through their daily reality has to say, besides contributing to bibliographic production on the subject.

Keywords: Bolivian immigrants , Legislation, COMIGRAR , Foreign Status

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. - Nuvens temáticas de trabalho utilizadas durante a COMIGRAR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.- Divisão das competências dos Ministérios para temas migratórios

Figura 2. - Sinais Diacríticos

Figura 3 - Sinais Diacríticos.

Figura 4 .- Mesa de abertura do primeiro dia da COMIGRAR

Figura 5. - Bolivianos recebem prêmio em nome da ONG CAMI

Figura 6. –Jornal O Globo - Notícia veiculada referente à entrada de Haitianos no Brasil em 2012.

Figura 7. - Nuvem 1 – Sala de debates durante o segundo dia

Figura 8. - Folhas de sulfite afixadas na parede com temas e salas para debate

Figura 9. - Imigrantes segundo nacionalidade - Estado de São Paulo.

Figura 10. Distribuição geográfica dos bolivianos em São Paulo.(SOUCHAUD, 2010, p. 284)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Pirâmide.

Tabela 2. Anistia aos estrangeiros indocumentados no Brasil

Tabela 3. Imigrante no café

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE TABELAS.....	14
SUMÁRIO.....	15
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	16
Introdução.....	17
Capítulo I – A Legislação.....	14
CAPÍTULO II - Etnografando a COMIGRAR	43
Capitulo III. Muito além do boliviano da oficina de costura: nuances da imigração boliviana para São Paulo.....	67
Considerações Finais.....	101
Referências Bibliográficas.....	107
Anexos.....	112

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANM- Agência Nacional Migratória.

ASAV- Associação Antônio Vieira

CASC- Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil sobre ações de Migração e Refúgio

CCJ- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CNIG- Conselho Nacional de Imigração

MPV- Medida Provisória.

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

PEC- Projeto de Emenda Constitucional

PL- Projeto de Lei

PLS- Projeto de Lei do Senado

PM-I – Política Migratória Imperial

PM-R – Política Migratória da República

PM-EM – Política Migratória no Estado Novo

PM-XXI – Política Migratória no século XXI

RMSP- Região Metropolitana de São Paulo

RNE- Registro Nacional do Estrangeiro

Introdução

Problemas climáticos, questões étnicas, culturais, econômicas, religiosas, dentre outros levam milhares de pessoas a deixarem seu país de origem e procurarem em outros novos horizontes. Diversas são as ONGs, pastorais, e instituições que relatam os diversos problemas encontrados durante as travessias ou tentativas de adentrar em um país novo. Relatos de exploração, mortes, desespero dentre outros são constantes não apenas por tais instituições acima citadas, mas também na voz daqueles que evidenciam todo o processo pelo o qual passaram. As questões jurídicas esbarram nos direitos humanos, pois se por um lado é preciso pensar de maneira legal e legislar a respeito, por outro é preciso agir com empatia.

Meu trabalho como pesquisadora é evidenciar determinados elementos no processo acima citado. Para o projeto de mestrado selecionei a questão jurídica, ou seja, o estatuto do estrangeiro que no ano de 2014 foi tema de debates, projetos de minutas dentre outros. Entretanto conforme mencionado acima às questões legais não deveriam caminhar sozinhas. Sendo assim, pretendo compreender como os estrangeiros (bolivianos) analisam as mudanças na lei, se é que estes têm conhecimento de tal estatuto. Realizar entrevistas de campo afim de me aproximar da realidade migratória não através de livros, ou aparatos jurídicos, mas sim ouvir suas experiências, suas estratégias, sonhos, ou seja, dar voz a estas trajetórias e com isso elaborar um texto que una a visão jurídica e também a visão do campo. A comunidade boliviana presente na cidade de São Paulo na região central foi escolhida para ser estudada nesta pesquisa devido ao fato de ser a que mais representou solicitações de pedido de anistia, e é também a comunidade que está mais engajada politicamente.

A migração Boliviana teve pelo menos dois grandes fluxos para a cidade de São Paulo. O de 1950 e o segundo entre 1970 e 1980. Referente a ocupação dos espaços na cidade de São Paulo, Souchaud (2007) aponta para pelo menos dois tipos: o primeiro e mais clássico, no centro da capital e o segundo direcionado para os subúrbios. Segundo o antropólogo Sidney Silva (2003) estes imigrantes ressignificaram determinados espaços, a praça Kantuta é o exemplo abordado pelo autor, onde acontece a feira gastronômica aos domingos e que passou a ser também palco de grandes manifestações culturais bolivianas. (Silva,2003, p. 23).

O antropólogo iniciou seus estudos acadêmicos sobre a comunidade Boliviana em meados de 90 quando publicou sua tese de mestrado em forma de livro (Costurando Sonhos, 1997). O livro em questão aborda os diversos aspectos da comunidade, cultural, social, econômico dentre outros, em um momento que este grupo de imigrantes estava se tornando representativo no centro da cidade de São Paulo. Segundo Silva (1997) houve pelo menos dois momentos deste fluxo migratório, o primeiro em meados de 80 e o segundo em torno dos anos 90. Sobre tal presença latina na cidade autores observaram diferentes aspectos, e o que se observa é principalmente uma bibliografia extensa e diversificada sobre a comunidade¹. Alguns trabalhos durante a pesquisa foram importantes para pensar o papel desenvolvido pelo estado em relação aos imigrantes, como é o caso da pesquisa realizada por Lilian Jubilat (2015)²

O trabalho apresentado por Luiza Iotti (2003) fala sobre a regulamentação a imigração e a colonização no Rio Grande do Sul e no Brasil. Ainda que nosso estudo priorize o estado de São Paulo, o referente estudo nos auxilia na reflexão acerca da lei migratória, e, portanto, se mostra bastante importante.

Ainda que aproximadamente duas décadas tenham se passado desde a publicação do livro é possível observar que determinados elementos continuam como intocados, entretanto por ser uma pesquisa realizada na década de 80 alguns dados se encontram defasados, como por exemplo a respeito das anistias, até o momento estudado haviam ocorrido apenas duas, hoje contamos com cinco processos de anistia à imigrantes indocumentados.

O número de imigrantes ainda que expressivo e representado massivamente por um fluxo de jovens e homens, hoje, demonstra manter o parâmetro de idade, entretanto as mulheres passaram a realizar com mais frequência tal fluxo migratório, é importante dizer que em

¹ SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, A. P. et al. (Ed.). Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.267-292. TRUZZI, O; NETO, M. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. In: MARTES, A. C. B. (Org.). Redes e sociologia econômica. São Carlos: Ed. da UFSCAR, 2009.

² O trabalho teve como objetivo mapear as dificuldades enfrentadas e compilar as diversas informações consolidar os dados, trazendo uma análise sintética, a partir de dois pilares da pesquisa, o mapeamento e análise legislativo e o estudo de campo. A coleta de dados foi feita em 18 estados, e as entrevistas foram com migrantes, sociedade civil e órgãos públicos.

comum com a pesquisa realizada, por Silva, observamos que ainda hoje existe um grande fluxo que gira em torno das confecções de costura.

A questão religiosa, da qual Silva tratou principalmente no livro *Virgem / Mãe / Terra. Festas e tradições bolivianas na metrópole*³ hoje conquistou um espaço bastante expressivo na cidade. Basta observarmos os espaços em que ocorrem as festas de agosto, a importância que estas exercem na comunidade e principalmente em que locais estas se realizam. Posso citar, por exemplo, o Memorial da América Latina, a realização de uma festa ali representa uma forte negociação entre comunidade e poder público.

Além de todas as conquistas que a comunidade e neste sentido a de estrangeiros vem conseguindo na cidade de São Paulo. Por coincidência boa parte delas ocorreu em conjunto com a minha pesquisa, o que a torna bastante atual. Por exemplo, a abertura de uma casa de acolhida para os imigrantes, a presença de imigrantes nas subprefeituras, sendo eleitos pela própria comunidade. Um acordo assinado entre prefeitura da cidade de São Paulo, e governo. Ou seja, estes elementos todos criam um cenário para que se compreenda um pouco mais a respeito da questão migratória. Mas é importante ressaltar que tais elementos, serão abordados apenas de modo breve, sem que se perca o real foco da pesquisa.

No início da pesquisa pretendeu-se observar qual a opinião que os imigrantes têm a respeito da lei. Tendo em vista que a comunidade de estrangeiros no Brasil é grande e bastante diversificada, optou-se por estudar os imigrantes Bolivianos, hoje incluímos também entrevistas com as agências/ instituições que atuam como ponte entre o poder público – Estado- e sociedade civil – imigrantes. A escolha por também entrevistar tais organizações se deu em função das idas a campo e observações, que nos levou a perceber a importâncias destas como, entre outras coisas, formadoras de opinião.

Esta pesquisa demonstra-se relevante porque apesar de existir um número crescente de trabalhos acerca do tema “migrações” não só em meio acadêmico, mas também midiático, existem poucos trabalhos sobre os aspectos jurídicos das migrações que se preocupem em

³ Silva, Sidney Antônio da. *Virgem / Mãe / Terra. Festas e tradições bolivianas na metrópole*, São Paulo, Hucitec / Fapesp, 2003.

ouvir os imigrantes. Tenho por intuito, ao finalizar esta pesquisa, colaborar para compreensão acerca da Lei de Estrangeiros e aumentar a bibliografia acerca do tema.

O que se observa atualmente é que a migração internacional é entre outros motivos, estimulada principalmente pela globalização. Ainda que o processo migratório seja um fenômeno bastante antigo, o contato com a produção da mídia, das histórias que são passadas de boca a boca, ou a própria forma como a imagem do Estado Brasileiro vem sendo produzida para os outros países cria um “sonho”, um ideal sobre como deve ser o Brasil. Esse ideal imaginário, compartilhado por quase todos é o que Benedict Anderson (1998) cita em suas pesquisas referentes a criação da nação, nacionalismo e nacionalidade. Segundo o autor mais do que inventadas nações são imaginadas, o autor mostra ainda como esse caráter imaginário e compartilhado por certo grupo não se aplica apenas a formação/ criação da nação. Poderíamos pensar neste sentido de que forma, entre os imigrantes o Brasil vem se construindo como um país de sonhos, e ainda mais precisamente como até mesmo entre os Brasileiros a cidade de São Paulo aparece de modo imaginado.

Trabalhos recentes apontam para como o país vem sendo tratado pela mídia internacional⁴. Em suma é com a globalização que o fluxo constante de informações se intensifica. Segundo dados do IBGE em 2010 o país recebeu 268,5 mil migrantes internacionais, 86,7% a mais do que em 2000 (143,6 mil). O trabalho do Geógrafo Souchaud (2010) aponta para dados do IBGE referente a comunidade Boliviana, segundo ele no censo do IBGE, em 2000, 8919 pessoas residentes nos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) declararam ter nascido na Bolívia. Sauchad (2010) ressalta que quando se trabalha com o censo de 2000 referente a imigração boliviana este dado é específico quanto ao número de residentes.

De maneira geral meu primeiro capítulo fará uma releitura da política migratória brasileira com intuito de evidenciar dois principais dados: primeiro este tema não é um tema

⁴ No trabalho realizado pelos autores Cymbalista e Xavier, foi constatado que na Bolívia jornais publicam anúncios de emprego no Brasil no ramo da costura, incluindo moradia e alimentação (sem custos) e boas condições de trabalho. Segundo as autoras do grupo de entrevistados apenas 4 pessoas acharam que ganhariam acima do que ganham hoje. O que nos faz refletir sobre como as informações são passadas de um migrante para o outro e de que forma a rede de solidariedade é presente no dia a dia deste migrante. Entretanto estes aspectos não serão abordados neste trabalho. (Renato Cymbalista e Iara Rolnik Xavier. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. cadernos metrópole 17 pp. 119-133 10 sem. 2007)

novo e recente e segundo a constante busca por um rosto, um jeito, em outras palavras, o imigrante ideal vem sendo recorrente na história brasileira. Para realização de tal, foi de grande importância o trabalho de Luiza Iotti (2003) no qual analisa a produção legislatória brasileira e rio-grandense, desde a política imigratória voltada para colonização, e neste sentido nos auxilia na discussão o trabalho apresentado por Truzzi (2008) no qual aborda de maneira mais direcionada para as políticas de inserção na cidade de São Paulo. Embora tais referências não contemplem os anos mais recentes, nos facilitam a compreensão de um passado calcado em limitações de entradas de estrangeiros, e de uma política voltada sobretudo para a economia do Brasil.

A ideia neste capítulo é demonstrar como questão migratória vem sendo regulada pelo Estado Brasileiro. O capítulo dois será uma etnografia da 1ª Conferência Nacional de Migrações e Refúgio. Com a proposta de repensar o estatuto do estrangeiro, a partir da própria visão destes, em compasso com os princípios básicos de direitos humanos e as novas necessidades e realidades migratórias (segundo as declarações de seus organizadores), a primeira COMIGRAR foi realizada na cidade de São Paulo entre os dias 30 de maio e 1º de junho, envolvendo migrantes de diversas nacionalidades, representantes da sociedade civil, associações de migrantes e de apoio a migrantes, dentre outros, nos mostra que, quando o assunto é mudança, diferentes etnias se unem, e falam em nome de uma comunidade “migrante” que espera por mudanças, e melhorias neste setor. Sendo assim, nos ajuda na reflexão Jenkins para o qual, é principalmente em momentos em que a política se mostra, que diferentes etnias, ou até mesmo diferenças dentro de uma mesma etnia, são postas de lado, entretanto não deixando de existir, como bem nos mostra os sinais diacríticos presentes durante todos os dias do evento.

O capítulo três intitulado: Muito além do boliviano da oficina de costura: nuances da imigração boliviana para São Paulo, fará um breve levantamento sobre a bibliografia existente referente a comunidade na cidade de São Paulo, problematizado à partir dos nossos dados etnográficos e das entrevistas realizadas o próprio trabalho dentro do setor da costura, para além disto discutirá os dados encontrados no campo, tais como a configuração dos três tipos de sujeitos, suas implicações, e ainda a importância atribuída as Ongs neste processo, por fim nossos apontamentos de conclusão trazem a síntese dos dados obtidos durante a pesquisa, e uma breve apresentação de como está o cenário jurídico atual, e a posição do campo em relação a isto.

Capítulo I – A Legislação

Para atingir o objetivo principal desse capítulo, realizaremos inicialmente uma releitura da política migratória brasileira com intuito de evidenciar dois principais dados: primeiro este não é um tema novo aparecendo na legislação desde o Brasil Colônia e segundo percebe-se em toda a legislação a constante busca por um imigrante ideal que atenda aos requisitos desejados pelos formuladores das políticas de imigração⁵. Acreditamos que salientar estes pontos nos ajudou na reflexão sobre o que pretendemos nesta dissertação, ou seja, trazer para a discussão a visão daqueles que fazem parte diretamente do processo-os próprios imigrantes - e ainda, conforme mencionado na introdução, a perspectiva daqueles que lidam diariamente com o tema, isto é, instituições não governamentais que atuam diretamente sob diversos frentes.

A migração é um fenômeno interdisciplinar por excelência, e existe uma necessidade de intercruciar disciplinas e, com isso, construir um conhecimento mais amplo e um quadro mais completo. Para sua formulação, nos pautaremos em bibliografias de diferentes áreas como ciências sociais, direito, geografia, antropologia jurídica, entre outros.

O debate acerca do estatuto do estrangeiro no Brasil vem, há algum tempo, tomando espaço tanto no meio acadêmico quanto no meio político. Desde a sua formulação em 1980, quando o intuito era assegurar principalmente a segurança nacional⁶, tal cenário criava um “*estigma*” (Goffman,1891) em torno do migrante. Em suas pesquisas Sidney Silva (1997) corrobora sobre a estigmatização em específico ao grupo de bolivianos dentro de um contexto de migração na cidade de São Paulo. Na verdade, a própria palavra – estrangeiro/imigrante – já é passível de debate. Segundo Sayad (1998, p.243)

⁵ Ver, por exemplo, Fabio Koiffman (2012) e Seyferth (1997, 2014).

⁶ Na própria Lei de Segurança Nacional (LEI Nº 7.170, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983) observamos que a desconfiança em relação aos estrangeiros é constante.

Um estrangeiro segundo a definição do termo é estrangeiro claro até as fronteiras, mas também depois que passou as fronteiras continua sendo o estrangeiro enquanto puder permanecer no país. Um imigrante é estrangeiro claro até as fronteiras, mas apenas até as fronteiras. Depois que passou a fronteira deixa de ser um estrangeiro comum para tornar-se um imigrante. Se "estrangeiro" é antes de tudo uma condição social é um critério social que faz do estrangeiro um imigrante.

Questionar qual a melhor nomenclatura para retratar aquele que se desloca para outra cidade ou país claramente é proposta por uma teoria das migrações. Ainda que bastante diversa, essa teoria não é suficiente para sanar tal debate acima mencionado, e de qualquer modo, esta não é a questão primordial para os imigrantes conforme observado durante a pesquisa, segundo eles a nomenclatura atribuída não é relevante desde que esta venha agregada de valores humanos.

Ainda que a xenofobia e o racismo não sejam permitidos no Brasil, é sabido que existe uma distância entre a lei nos livros e a lei na prática, o previsto no ordenamento jurídico nem sempre é o que prevalece na sociedade ou, em outras palavras, no pensamento de cada cidadão. Entretanto, não podemos deixar de mencionar o papel que o Estado-Nação teve na construção deste imaginário.

Durante anos, a própria lei brasileira criminalizava o estrangeiro, e atribuía à polícia a regulação sobre esse assunto. A história em torno da política direcionada ao imigrante no Brasil, necessitando passar por sérias modificações, levou grupos de acadêmicos, representantes civis, e os próprios imigrantes a solicitarem uma lei mais justa. Em setembro de 2005 foi apresentada por iniciativa do governo, uma proposta de lei que alteraria o estatuto do estrangeiro, essa proposta ficou conhecida como "projeto de lei Lula" uma vez que foi retomada durante seu governo em 2009. Segundo Sprandel (2012)

Finalmente, em 20/07/2009, o Projeto de Lei 5655/2009 foi encaminhado ao Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos assinada pelo Ministro Tarso Genro que afirma que, enquanto o foco da lei em vigor é a segurança nacional, na proposta do Governo "a migração [é] tratada como um direito do homem"

O projeto de Lei 5655/ 2009, embora tenha tramitado na Câmara dos Deputados e encaminhado para a comissão de relações exteriores e defesa nacional e de constituição e justiça, ficou dois anos e sete meses parado com o deputado Cadoca que solicitou relatoria da matéria, em 2012 o projeto de lei ainda não tinha sido aprovado.

Com a proposta de repensar mais uma vez o estatuto do estrangeiro, em compasso com os princípios básicos de direitos humanos e as novas necessidades e realidades migratórias, a primeira COMIGRAR (Conferencia sobre Migrações e Refúgio) foi realizada na cidade de São Paulo entre os dias 30 de maio e 1º de junho, envolvendo migrantes, sociedade civil, associações, pessoas de diversas nacionalidades, acadêmicos, dentre outros, que acompanham a causa migrante. Vale ressaltar que no mesmo ano um senador elaborou um projeto de lei (PLS 288), logo foi um ano bastante movimentado quanto a pauta legislatória migratória.

Existe em todo caso a necessidade de retomar alguns dados referentes à política migratória, a fim de demonstrar que, embora atualmente o tema das migrações esteja bastante em voga, este é na verdade um assunto bastante antigo, assim como a política migratória Brasileira. No próximo ponto deste capítulo, trabalharemos brevemente com as políticas destinadas a imigrantes no País, antes, contudo, é preciso realizar uma reflexão acerca de como as leis funcionam, e qual a diferença entre leis, portarias, decretos, entre outros.

1.1. Da formação das leis, fomentos, portarias e legislação: reflexões.

Tudo o que hoje existe referente à legislação passou, em algum momento, por um crivo político, cívico, moral ou social. As sociedades se organizam e criam em conjunto um grupo de regras, normas ou, mais precisamente, leis. Viver em sociedade é compactuar com esse agrupamento de leis (Rousseau, 2006). O modo como cada sociedade se organiza tem base na fundação destas leis, logo é importante compreender através das leis e regulações como cada sociedade se pensa. Durkheim, em seu estudo “Formas primitivas de classificação” observara, a partir de três modelos de sociedade, como funciona o sistema de classificação, e todo um sistema de regras em torno disto, disse ainda que o povo mais civilizado é o que tem mais direitos e que o progresso moral consiste no domínio crescente dos povos cuja cultura seja a mais avançada. (Durkheim e Mauss, 1981).

O estudo das leis como forma de compreensão da sociedade, é também da antropologia ou da sociologia. Entretanto o estudo da “antropologia jurídica” estava fadado, até meados dos anos 60, a compreender as leis dos chamados grupos primitivos, ao passo que a sociologia jurídica já naquele momento estudava sociedades complexas. Hoje em dia, a antropologia jurídica sofreu alterações e seu objetivo não é estudar apenas as “sociedades

primitivas” e suas regulações normativas, ela voltou-se para a análise de questões contemporâneas, entendendo que o direito e a antropologia possuem um mesmo elemento central, o próprio ser humano.

De modo geral, a sociologia jurídica sempre se preocupou com o estudo do direito das sociedades complexas, sociedades metropolitanas e industriais, enquanto a antropologia jurídica investigava o direito das sociedades simples ou primitivas. A partir da década de 1960, contudo, houve, conforme observa Boaventura de Souza Santos (1988), uma subversão dessa divisão de trabalho, de modo que a antropologia do direito também passou a se interessar pelo estudo das sociedades complexas ou metropolitanas. Deu-se assim origem a um sincretismo teórico e metodológico, ainda hoje em processo de evolução. Foi nesse contexto científico que o conhecimento antropológico saiu do seu " gueto primitivo". (Assis, 2011, p.50).

Segundo Assis (2011) “alguns problemas que surgiram na pré-história da antropologia e seus desdobramentos na sociedade contemporânea demonstram que o estudo do direito não pode restringir-se apenas ao aspecto dogmático, que implica meras sistematizações e classificações de normas jurídicas emanadas do Estado” (Assis, 2011, p.46). Corrobora com o pensamento o jurista Alexandre Novaes cita que, as leis não surgem espontaneamente, elas fazem parte de todo um contexto cultural e são estruturadas seguindo uma certa hierarquia.

As leis são as normas jurídicas que não surgem espontaneamente no seio de uma comunidade, mas são elaboradas pelos governantes e impostas ao grupo social. Tendo em vista que o Estado é a principal estrutura de poder político nas sociedades contemporâneas, podemos afirmar que, atualmente, as leis são as expressões normativas do poder estatal. (COSTA, 2001, p.107).

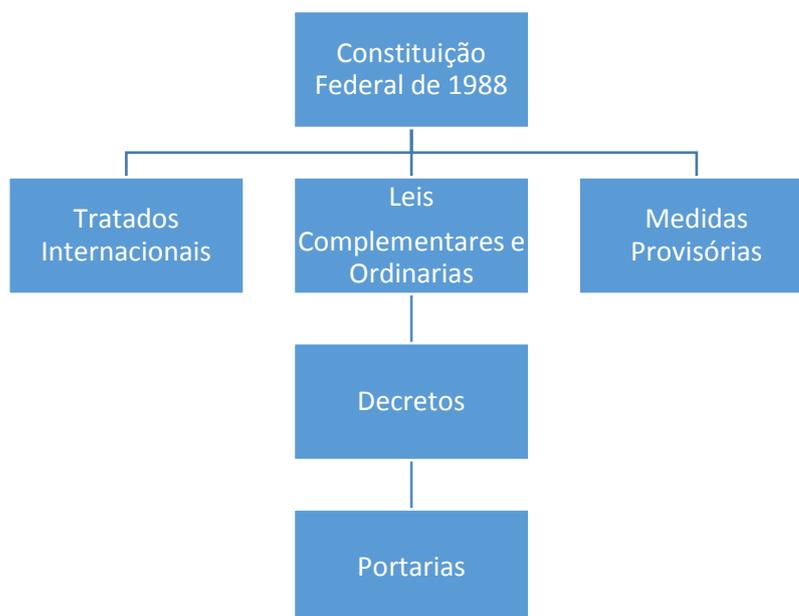
Ainda neste sentido, Ferraz Jr. (1995, p.28-29) dirá que as sociedades estão em transformação e a complexidade do mundo está exigindo novas formas de manifestação do fenômeno jurídico. Que, em nosso caso, podemos conferir a partir das diversas portarias dirigidas a estrangeiros, projetos de lei para alterar o estatuto da década de 80, entre outros. Mas, afim de tornar a visualização do ordenamento jurídico mais prático, citamos aqui Costa (2001). Para o jurista, a melhor forma de representar tal hierarquia é pensando no modelo de pirâmide na qual tem-se no topo a Constituição Federal, logo abaixo dela tem-se as leis propriamente ditas que se subdividem em leis complementares e leis ordinárias. Sobre a primeira dirá o jurista “As leis complementares somente podem regular as situações em que a constituição exige expressamente uma lei complementar (...). O congresso não pode fazer uma lei sobre um assunto não previsto na constituição”. (Costa, 2001, p.107). Por outro lado,

as leis ordinárias podem desde que seja da competência do congresso nacional, tratar de qualquer assunto.

No mesmo patamar das leis encontram-se as medidas provisórias, estas têm força de lei e são editadas pelo presidente (a) da República, ainda neste patamar encontra-se os Tratados Internacionais. Temos como exemplo os últimos tratados voltados para imigrantes que visam o término da prática de tráfico de pessoas, são eles os tratados 568 /2010 e 133/2011 assinados nos anos de 2004 e 2007 respectivamente.

Os decretos estariam abaixo do patamar acima descrito, vale lembrar que estes são expedidos pelo presidente (a) da República “para dar fiel execução a uma lei já existente, e dispor sobre a organização da administração pública”. Por fim, mas não menos importante, tem-se as Portarias e as Resoluções, as Portarias são segundo Alexandre Costa “instrumentos utilizados pelos ministérios para regular as matérias relativas, a sua competência específica”. (Costa, 2001:107 a 112). Enquanto que as Resoluções são meios para regulamentar as matérias de competência privativa da Câmara dos Deputados e do Senado.

Tabela 1. Pirâmide



Fonte: Elaborada pela autora.

Se pensarmos no ordenamento jurídico em torno da legislação do estrangeiro teríamos primeiramente o embasamento na constituição Federal de 1988, que em seu artigo quinto, dita os direitos e garantias fundamentais ao homem, segundo esta:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade (...)

Entretanto, a lei não assegura a conduta moral das pessoas, e é sabido que o direito acima referido é diariamente violado, desde sua instância mais simples e cotidiana, até mesmo perpassados inclusive pelas instâncias do governo. Dando continuidade na exemplificação dos atos normativos, vale lembrar a Medida Provisória (MPV), que em caso de “relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional”. (Bittencourt, Clementino. 2012). Como exemplo, podemos citar a (MPV) nº 621, de 2013 adotada no ano de 2013 denominada de Programa Mais Médicos, tratava da vinda de Médicos Cubanos para o Brasil.

As medidas provisórias como o próprio nome aponta, devem funcionar em modelo provisório, logo elas possuem validade de sessenta dias, podendo ser prorrogado uma única vez, pela mesma quantidade de dias, ao final deste prazo a medida provisória pode ser

transformada através do congresso nacional em lei. No caso acima descrito, a MPV virou a lei nº 12.871, de 2013.

Os decretos, são editados pelo presidente (a) da Republica, um dos exemplos que podem ser abordados é o decreto número 840, de 22 de junho de 1933. Já no início do texto normativo lê-se: “que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 16, inciso VIII, letra d, e 19, inciso VII, letra b, da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, (Decreto nº 840, de 22 de junho de 1933)

DECRETA:

Art. 1º Ao Conselho Nacional de Imigração, órgão de deliberação coletiva, integrante do Ministério do Trabalho, nos termos da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, compete (...).

Conforme demonstrado acima, a proposta é demonstrar como em todas as instâncias de normativas jurídicas tratou-se da questão imigratória, o que demonstra que tal não é uma questão pequena tampouco menos importante. Podemos citar ainda as cinco portarias adotadas que tendiam a regular imigrantes no Brasil, não deixando de citar o estatuto do estrangeiro que, sendo pensando dentro da pirâmide acima abordada, estaria logo abaixo da Constituição Federal.

Tentou-se mostrar até aqui que, legalmente falando, o estrangeiro já, há bastante tempo, faz parte dos textos jurídicos. No próximo item mostraremos de modo breve que essa linha história vai muito além da criação do estatuto do estrangeiro.

1.2. Breves notas sobre as políticas direcionadas a imigrantes no Brasil.

A realidade migratória no Brasil e no mundo é presente em todos os aspectos que vivemos e vemos diariamente. Caminhar por estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília entre muitos outros é ouvir diversas línguas, ver diversidade de

etnias e pluralidade de culturas. Se hoje tal realidade é “possível”, durante muito tempo no País o cenário era diferente.

A política migratória brasileira que vigora hoje expressa especialmente o modo pelo qual o Estatuto do Estrangeiro sofreu, ao longo do tempo, diversas mudanças. Entre elas, podemos ressaltar o modo como são encaradas questões tais quais racismo e economia. Temos como hipótese que, no sentido econômico, o estrangeiro foi se ajustando conforme a necessidade do governo nas distintas esferas históricas. Primeiro tem-se a entrada para colonização, e uma clara política aqui para a não perda de terras para outros que não os portugueses. Em seguida a abertura de entrada para substituição da mão de obra escrava (lembrando também da entrada a fim de embranquecer o povo), seguido da mão de obra para agricultura dentre outros aspectos que serão abordados mais à frente. Acredita-se que conforme foram ocorrendo as necessidades do “Estado” e tão somente quando estas ocorriam, se pensava no estrangeiro e em suas possíveis regulações jurídico legais.

A política estabelecida fomentou um padrão sobre o imigrante desejado que fosse se alterando durante toda a história brasileira. Embora alguns aspectos tenham permanecido inalterados, tais como a cor da pele, a condição financeira, entre outros, a maneira como este imigrante será considerado como “ideal” mudará no decorrer da história. Conforme formos apresentando o trajeto da política para estrangeiros, direcionaremos também qual era naquele momento o imigrante desejado, ou seja, o imigrante ideal. (Koifman, 2012; Seyferth, 2014).

Apontamos aqui cinco principais momentos quanto à política migratória: Política Migratória Colonial que vai de 1747 a 1820 (PM-C); Política Migratória Imperial 1823 a 1888 (PM-I); Política Migratória da República 1889 a 1915 (PM-R); Política Migratória no Estado Novo – 1937 /1945 (PM-EN); e atualmente uma Política Migratória no século XXI (PM-XXI). Sobre esta última pode-se falar, até certo ponto, em uma mudança no trato com os migrantes, tal momento histórico não estará elencado neste capítulo, uma vez que ele se insere no contexto do capítulo dois, no qual debatemos a COMIGRAR.⁷ De modo breve o primeiro momento PM-C pode ser caracterizado por uma entrada de imigrantes onde o Estado tinha como intuito de colonização. Em seu trabalho Iotti (2003) aponta que a provisão regia de 09

de agosto de 1747, que dispunha sobre a condução e o estabelecimento de casais açorianos⁸ em terras brasileiras embora fosse um “ato normativo” não poderia ser considerado como um marco jurídico referente a estrangeiros, uma vez que esta provisão dispunha sobre portugueses, e estaria muito mais no âmbito da colonização. Entretanto revela que o ato legislativo que de fato pode ser considerado é o decreto de 25 de novembro de 1808, permitindo a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Segundo Carneiro, (1950, p.10) e Seyferth (2014, p.17) além das razões de entrada para colonização, outras entradas como a de Suíços em 1818 demonstram como a imigração sempre foi um ato subsidiado pelo Estado, salvo poucos momentos na história onde se tornou subsidiada por iniciativas privadas. Segundo Iotti entre os diversos atos podemos citar o decreto de 06 de maio de 1818.

Tal decreto mandava comprar a fazenda do Morro Queimado, em Cantagalo, no Rio de Janeiro, para o assentamento de uma colônia de suíços. Desta colônia, se originou a vila de Nova Friburgo, criada oficialmente pelo Alvará de 03 de janeiro de 1820, com o objetivo de "povoar e fazer produzir terras despovoadas e fornecer alimentos para a cidade do Rio de Janeiro que estava crescendo e que constantemente era castigada por crises de abastecimento (Petrone, 1987, p.259 *apud* Iotti, 2003, p.5).

Além da migração por razão da colonização, no início do século XIX no Brasil, podemos ainda citar as medidas adotadas por Dom João VI que refletiam o interesse da Coroa portuguesa em incentivar a imigração europeia para o Brasil.

Através da vinda de imigrantes europeus e da criação de núcleos coloniais de pequenos proprietários, o governo pretendia ocupar, fazer produzir e valorizar terras despovoadas; instaurar uma agricultura camponesa policultura que abastecesse as cidades e os latifúndios escravistas mais próximos; além de criar uma classe social intermediária entre os latifundiários e escravos (Manfroi,1975, p. 21-22; Lazzari, 1980, p. 31-32; Petrone, 1987, p. 259-260 *apud* Iotti, 2003, p. 3).

⁸ Açorianas são pessoas provenientes do arquipélago dos açores. Os Açores, oficialmente Região Autónoma dos Açores, são um arquipélago transcontinental e um território autónomo da República Portuguesa. A imigração Açoriana no Brasil foi estimulada pelo interesse de Portugal em povoar o território do Brasil colônia. Ao migrarem para o País, seus principais destinos foram Santa Catarina e Rio Grande do Sul, regiões de grande importância para a colonização. Todavia, cinquenta famílias constituídas por 219 pessoas, em março de 1677 foram para o Grão Para, atual estado do Pará.

Em seu artigo *Colonização, Imigração e a questão racial no Brasil* (2002), Seyferth demonstra de que forma tal política foi influenciada pela ideia de raça, o que reforça o demonstrado por Iotti, conforme podemos notar no trecho a seguir e atentar ao seu final “e outras vantagens”:

Outro documento importante deste período é o Decreto de 16 de maio de 1818, através do qual o governo aprova a concessão de uma série de favores à famílias de imigrantes europeus que viessem se estabelecer no Brasil. Tais como: transporte gratuito, doação de lote rural, instrumentos de trabalho, sementes, ajuda em dinheiro para os primeiros anos, assistência médica, religiosa e outras vantagens. (Lazzari, 1980, p. 32; Manfroi, 1975, p. 22 *apud* Iotti 2003, p.).

Durante o período imperial (1822-1889), as questões referentes à colonização e imigração continuam, neste momento se torna mais claro que tais questões são uma prioridade para o Estado, que passa a subsidiar o processo de imigração e colonização. Foi durante o império que questões como naturalização, trabalho voltado para imigrantes, residência, dentre outros, se tornaram mais visíveis. Segundo Iotti (2003) a lei promulgada em 13 de setembro de 1830, foi a primeira lei sobre o trabalho no Brasil, e tal lei já dispunha sobre a prestação de serviços feito por brasileiros ou estrangeiros, dentro ou fora do Império.

Pretendia favorecer a agricultura, mas estabelecia grande desigualdade entre as obrigações dos trabalhadores e as dos proprietários (...). Somente em 1837 uma nova lei sobre o trabalho dos estrangeiros concedeu-lhes condições mais favoráveis. (Jean Roche, p. 99-100 *apud* Iotti 2003, p. 6).

A partir da leitura da pesquisa da referida autora, podemos concluir que dentre as três políticas: da colônia, do império e da república, foi a segunda a que mais teve atos normativos a respeito de tal matéria. Abaixo, podemos observar alguns trechos de tais leis salientando aquelas que conversam com o acima mencionado.

Lei de 20 de outubro de 1823 – Imperial

Dá nova forma aos governos provinciais: autoriza os presidentes das províncias a promoverem a colonização de estrangeiros nos territórios sob sua responsabilidade.

Portaria de 24 de janeiro de 1824- Imperial

Esclarece sobre o pagamento de indenizações das despesas feitas pelo governo com a importação de colonos.

Lei de 13 de setembro de 1830- Imperial

Regula o contrato por escrito sobre prestação de serviços feitos por brasileiros aos estrangeiros dentro ou fora do Império.

Lei de 23 de outubro de 1830 - Imperial

Regula a naturalização de estrangeiros: estabelece que podem se tornar cidadãos brasileiros todos os estrangeiros maiores de 21 anos que residam no Brasil a pelo menos quatro anos (Truzzi, 2008, p. 13-14).

Durante o início do século XIX, em 23 de outubro de 1832, estabeleceu-se quem poderia se tornar cidadão brasileiro: todos os estrangeiros, maiores de 21 anos, residentes no Brasil há, pelo menos, 4 anos. Tal decreto mais tarde é revogado, para dois anos.

As políticas deste período contrastam as relações de poder dentro do Estado, ora se tem mais abertura e subsídios para entrada de colonos/imigrante, para formação de colônias, ora os interesses outros promovem uma diminuição de tais posturas. Com a proclamação da República, encerra-se o período da empresa colonizadora dirigida pelo Estado (Iotti, 2003, p. 12).

Sobre o período PM-R pode-se dizer que foi um período de grande fluxo migratório. Entre os anos de 1888 a 1914, foi o período no qual ocorreu o maior volume de entrada de estrangeiros no País. Foram aproximadamente dois milhões e quinhentos mil indivíduos. (Seyferth, 2014). O decreto 528 de 28 de junho de 1890 liberou a entrada de indivíduos válidos e aptos para o trabalho que segundo Seyferth pode ser considerada uma indicação de inspiração eugênica, excluindo, pois excluía para o trabalho os “criminosos e, certamente com motivações raciais, impôs condições intransponíveis para a aceitação de africanos e asiáticos. O imigrante qualificado ao longo do texto é o europeu” (Seyferth. 2014, p.24). Podemos observar melhor tais condições nos trechos abaixo:

(...)Art.1º. É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipulados.

(...) Art.3º. A polícia dos portos da República impedirá o desembarque de tais indivíduos, bem como dos mendigos e indigentes.

(...) Art. 5º. Somente terão passagem integral ou reduzida, por conta do Governo Federal:

1º.. As famílias de agricultores, limitados aos respectivos chefes, ou aos seus ascendentes os indivíduos maiores de 50 anos.

2º.. Os varões solteiros maiores de 18 anos e menores de 50, uma vez que sejam trabalhadores agrícolas.

3º. Os operários de artes mecânicas ou industriais, artesões e os indivíduos que se destinem ao serviço doméstico, sujas idades se acharem compreendidas entre os limites do parágrafo precedente.

Os indivíduos enfermos ou com defeitos físicos, somente terão passagem gratuita, se pertencerem a alguma família que tenha pelo menos duas pessoas válidas. (Iotti, 2001, p. 452-453).

O que se pode perceber acima é uma clara distinção entre quem podia ou não entrar no Brasil para fins de trabalho, lembrando que Iotti em seu estudo (2003) demonstra que, anterior a tal decreto, já havia sido promulgada a primeira lei sobre o trabalho no Brasil, em 13 de setembro de 1830, e neste já citavam serviços feitos por brasileiros ou estrangeiros, entretanto na referida Lei não constavam ainda tais especificações sobre quem poderia ou não entrar no País para fins de trabalho, legislando apenas sobre suas condições de prestação de serviços. Porém este decreto não foi muito bem aceito pelos estrangeiros, que ficavam a mercê de uma lei que não lhes dava condições dignas de trabalho, e sete anos depois alterou-se o decreto, concedendo aos estrangeiros melhores condições.

(...) pretendia favorecer a agricultura, mas estabelecia grande desigualdade entre as obrigações dos trabalhadores e as dos proprietários (...). Somente em 1837 uma nova lei sobre o trabalho dos estrangeiros concedeu-lhes condições mais favoráveis. (Jean Roche, p.99-100; apud Iotti, 2003, p.6).

Ainda convém lembrar que houve durante o período da República a abertura para entrada de imigrantes japoneses e chineses, bem como a consolidação de relações diplomáticas e comerciais com estes dois países, a partir da Lei 97, de 15 de outubro de 1892, mesmo que os registros históricos apontem que dois anos antes, o decreto 528 de 28 de junho dispunha sobre a impossibilidade de “indígenas asiáticos” entrarem no País. De acordo com Seyferth, “os japoneses, embora desejados por razões econômicas, foram considerados uma ameaça à unidade nacional devido às diferenças de raça e cultura e sua suposta tendência ao ‘enquistamento étnico’”. (Seyferth, 2014, p. 25).

No que se refere ao período aqui descrito como PM-EN, podemos ressaltar a partir da entrada de Getúlio Vargas ao poder o interesse nacional em se formar uma identidade cultural única, ou seja, a brasileira. Segundo o próprio “Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade de raça, a unidade de língua, a unidade do pensamento nacional” (Getúlio Vargas, 1940). Segundo Seyferth (1999) a campanha de nacionalização, tinha como princípio retirar os “inimigos” do

regime. Se antes o Estado, durante o período imperial impunha regras sobre quem não poderia entrar, agora no Estado Novo, se estipulavam regras sobre quem tinha de sair. Todos os imigrantes e descendentes classificados como “não assimilados” ou com uma cultura incompatível com os princípios de brasilidade, eram possíveis ameaças a tal integração (SEYFERTH, 1997, p.95). Tem-se inclusive a exacerbação dos critérios eugênicos e um controle mais severo na admissão de estrangeiros, além de grande referência nos textos legais à “proteção” e “amparo” dos trabalhadores nacionais. Mantém-se a forma à limitação da entrada de estrangeiros no País de “passageiros de 3ª classe”, exceto aqueles que “são agricultores constituídos em famílias regulares” (SEYFERTH, 1997, p.95).

Outro ponto trazido pela autora sobre os períodos de 1930 a 1940 é a quantidade de instrumentos legais promulgados nestas décadas. Para ela, isso mostra por um lado a importância dada a imigração, mas também a preocupação do governo em relação aos indesejáveis. Houve também o aumento da “lista de indesejados” (SEYFERTH, 1997). Ela apresenta o decreto 24.215, de 9 de abril de 1934, para demonstrar a lista dos que seriam impedidos de entrar no País, dentre os quais estão: surdos, cegos, aleijados, doentes mentais, toxicômanos, menores de 18 e maiores de 60 (desacompanhados), prostitutas, exploradores de prostituição, imorais, de conduta nociva à segurança nacional e à ordem pública, criminosos, nômades ou ciganos, etc.

Imigrante nesta época está associado a trabalho, portanto é aquele que permanece no País se estiver produzindo, trabalhando em qualquer profissão considerada lícita. Mais um decreto da época mostra essa relação entre imigração e trabalho. No decreto 24.258 de 16 de maio de 1934, há uma distinção entre duas categorias de imigrante em agricultores e não agricultores. Portanto, privilegiavam-se imigrantes agricultores com família com profissão legalmente reconhecida.

Para além dessas relações entre imigrante, trabalho vista na lei migratória deste período, há também a implantação de cotas de entrada, referendada nas leis de estrangeiros do Estado Novo. No artigo 11 do Decreto de Lei 406, de 4 de abril de maio de 1938 afirma que

O Número de estrangeiros de uma nacionalidade admitidos no país em caráter permanente, não excederá o limite anual de 2 por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil nesse caráter no período de 1 de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933. (Seyferth, 2014, p. 34).

O objetivo do governo ainda se mantinha na expansão colonizadora como indicava o alto índice de imigrantes e técnicos rurais. “Na lei estava a pena de expulsão para aqueles que abandonassem a inserção rural antes de completar quatro anos” (Seyferth, 2014). Ressaltando o ideal de povoamento associado à colonização que assumiu maior relevância no Estado Novo. A ideia era povoar zonas que oferecessem boas condições econômicas.

Mas talvez o ponto que chame mais atenção seja o da eugenia, ou seja, a escolha de imigrantes específicos que, sobretudo fossem úteis, fortes, sadios e brancos. Três eram os objetivos do governo neste período “(a) a necessidade de povoar o ‘interior’ através da fixação de colonos estrangeiros em terras incultas e supostamente ‘vazias’. (b) a inclusão dos imigrantes num imaginado ‘*melting pot*’⁹ nacional; (c) e a ideia correlata de um processo civilizador, obviamente vinculada à entrada de gente branca” (SEYFERTH, 2014).

Na questão da assimilação é interessante pensar como era organizada a escolha dos imigrantes que melhor pudessem ser assimilados. Principalmente em termos étnico-raciais já que essa prática se dava a partir da assimilação biológica. Desta forma os japoneses e os próprios alemães não eram bem vistos por não existir boas possibilidades de assimilação, os primeiros por serem “infusíveis” (Oliveira Vianna: apud SEYFERTH, 2014).

Havia um medo de que a imigração em alguma medida prejudicasse a unidade nacional. Uma série de medidas tomadas pelo governo visando realizar a política de “abrasileiramento”. Dentre as quais a intervenção nas escolas particulares com ensino de língua estrangeira, nas quais foram expulsos professores estrangeiros. Seyferth afirma que o intuito das escolas ia além da educação, incluindo a veiculação do patriotismo e dos sentimentos de pertença nacional. Além disso houveram proibições da veiculação de jornais em língua estrangeira, censura de programas de rádio, entre outros.

Nesse sentido, a nova lei do estrangeiro promulgada poucas semanas antes da queda do Estado Novo (Decreto de Lei 7.967, de 18/09/1945) foi elaborada pelo Conselho de Imigração e Colonização, atendendo as quatro

⁹ Segundo Giralda Seyferth: “Nos Estados Unidos, a idéia de *melting pot* estava associada à perspectiva de assimilação dos imigrantes europeus e definia um processo social de paulatina perda cultural com aceitação do modo de vida e do nacionalismo/patriotismo americano, supondo *integração*. Na perspectiva americana, tal processo integrativo incorporava nacionalidades européias mas excluía as “raças” (negros, indígenas, asiáticos, etc.). Na apropriação brasileira, *melting pot* sugeria uma integração sócio-cultural, possível pela assimilação, mas também a miscigenação envolvendo as três raças formadoras da nação desde os tempos do Brasil colônia (portugueses, índios e negros) e todos os imigrante” (SEYFERTH, 2000).

“políticas” incontestes de regulação discutidas por Neiva (1944): de colonização, de assimilação, de seleção étnica (favorecendo a entrada de “brancos”) e de miscigenação (SEYFERTH, 2014).

1.3. Estatuto do Estrangeiro

No ano de 1980 e, portanto, século XXI, é aprovada a lei do Estatuto do Estrangeiro, pelo governo do presidente João Figueiredo. O imigrante era visto como uma possível ameaça ao País, característica esta que permanece no texto, embora 30 anos tenham decorrido desde a sua implementação no judiciário. Outros aspectos da lei continuam defasados, tais quais: o estrangeiro não pode exercer atividade política (art. 107); o estrangeiro não pode transmitir, operar ou ter uma rádio (art. 106). O referido estatuto permite ao Ministério da Justiça, sempre que considerar conveniente aos interesses nacionais, impedir a realização por estrangeiros de conferências, congressos e exposições artísticas. Sendo assim diversas organizações não governamentais que acompanham as questões relacionadas à imigração, e até mesmo membros do corpo do Estado reivindicaram a alteração do texto. No contexto histórico-político da construção do texto do estatuto do estrangeiro, foi regulamentado a criação do Conselho Nacional de Imigração (CNIG) responsável por acompanhar as necessidades relacionadas às migrações no País. Como bem aponta seu próprio decreto de criação e gestão:

Art. 1º Ao Conselho Nacional de Imigração, órgão de deliberação coletiva, integrante do Ministério do Trabalho, nos termos da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, compete:

- I - formular a política de imigração;
- II - coordenar e orientar as atividades de imigração;
- III - efetuar o levantamento periódico das necessidades de mão-de-obra estrangeira qualificada, para admissão em caráter permanente ou temporário;
- IV - definir as regiões de que trata o art. 18 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e elaborar os respectivos planos de imigração;
- V - promover ou fornecer estudos de problemas relativos à imigração;
- VI - estabelecer normas de seleção de imigrantes, visando proporcionar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional e captar recursos para setores específicos;
- VII diminuir as dúvidas e solucionar os casos omissos, no que diz respeito a imigrantes;
- VIII opinar sobre alteração da legislação relativa à imigração, quando proposta por qualquer órgão do Poder Executivo;
- IX - elaborar seu regimento interno, que deverá ser submetido à aprovação do Ministro de Estado do Trabalho. (Decreto nº 840 de 22 de junho de 1933).

Entretanto melhor do que compreender o papel do CNIg a partir do decreto é observar o que aqueles que trabalham em neste órgão dizem a respeito. Durante o interim da pesquisa, entrevistei o primeiro diretor do CNIg, Roque Laraia, e durante a COMIGRAR o atual diretor proferiu um discurso no qual falava a respeito de tal órgão.

Em meio a uma tarde do Congresso do 39º Encontro da Anpocs, durante uma mesa que debate o cenário da política migratória no Brasil, encontro sentado na plateia um senhor, que diz “ não acredito que o estatuto do estrangeiro vá de fato mudar, o estatuto do índio está desde 1970 sendo alterado e até agora nada de alteração”. Até aquele momento, desconhecia que aquele senhor era, na verdade, Roque Laraia, primeiro diretor do CNIg. Sou apresentada a ele, informo sobre minha pesquisa e pergunto se posso fazer uma entrevista. Começo solicitando que ele comente sobre sua experiência no CNIg e sobre as atribuições conferidas ao órgão:

Comecei no CNIg em 1993 na verdade, numa época anterior eu tinha interesse em estudar a imigração Japonesa.

E como o senhor foi indicado para trabalhar no CNIg?

Bom, eu conhecia o Lindolfo, e quando o CNIg foi implantado em 1993 ele me indicou, eu continuei até 2010 quando a SBPC indicou outra pessoa.

E o que o senhor fazia no CNIg?

Eu tinha uma ação indiligente, meu principal papel era analisar os casos omissos.¹⁰

De acordo com Canto (2015) embora o CNIg tenha sido criado em 1980, sua implementação ocorre apenas durante o Governo Itamar com a introdução da Lei 8.490 de 19 de novembro de 1992, e em 22 de junho de 1993 o governo promulga o Decreto n. 840 que dispunha sobre a organização e funcionamento do CNIg. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, o decreto nº 3.574, de 23 de agosto de 2000, propôs uma expansão do Conselho e delegou competência ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, para designar os membros do Conselho Nacional de Imigração.

O pronunciamento de Paulo Sergio de Almeida durante uma oficina na COMIGRAR também nos auxilia a compreender o papel do órgão. Em suas palavras o atual presidente diz:

¹⁰ Entrevista concedida em outubro de 2015

O CNIg é um órgão tripartido e também tem representantes da sociedade civil, sempre em um debate entre sociedade e governo. Nos últimos anos houve uma mudança enorme, se antes o conselho muito mais de um ponto de vista formal, ao longo dos anos, ele vem se consolidando com uma outra característica. Comecei a trabalhar no CNIg em 2005, naquela época tínhamos a construção de duas agendas a primeira emissão de carteira de trabalho, e a outra pauta grande era a de brasileiros no exterior.

Quanto a essa segunda pauta, resolvemos fazer uma cartilha no Brasil sobre os riscos e os problemas relacionados a questão migratória no exterior com informações importantes. E essa cartilha foi muito bem aceita e a partir daí perdeu-se o medo de construir-se diversas cartilhas. O papel do governo brasileiro na minha opinião é orientar, prevenir, e dizer o que os consulados sabem.

Acredito que a rede de brasileiros e brasileiras foi um importante agente de comunicação, fechado pelo Itamaraty que criou uma rede oficial para tal comunicação.

Junto da cartilha surgiu uma proposta da casa dos Brasileiros fora do país, entretanto o Itamaraty disse que casa de brasileiros fora do país é a embaixada. Mas as pessoas estavam sendo muito exploradas, e até o Itamaraty se convenceu de que isso era importante, demorou bastante, mas em 2010, saiu a casa do trabalhador Brasileiro a primeira no Japão, mas a casa não deu certo.

Como podemos observar a partir do trecho acima, o papel do CNIg não está relacionado apenas as questões de entrada de imigrantes no País, a necessidade dos brasileiros em outros países também se tornou pauta de agenda dentro do órgão. Entre o seu pronunciamento de quase uma hora, houveram momentos de reflexão acerca do caso de entrada dos Haitianos, da criação da casa de migrantes no Aiapoc, e das oficinas realizadas em diversos locais referente ao trabalhador. Entretanto acredito que, o que confere a tal explanação certa prioridade é uma fala em questão, na qual o atual presidente diz:

A migração é um direito fundamental das pessoas, ninguém é obrigado a ver diversas necessidades acometendo sua vida e simplesmente aceitar. Ninguém pode ser criminalizado por exercer um direito.

No Brasil, a questão referente aos estrangeiros ficou subdividida em diversas áreas do governo a partir da elaboração do estatuto do estrangeiro em 1980. A divisão das competências para atuação em temas migratórios ficou estabelecida da seguinte maneira:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL : DIVISÃO DE PODERES

- No que se refere às migrações, muitas questões são tratadas na própria **Constituição Federal**, como as relativas a nacionalidade e aos direitos políticos.
- o art. 22 da Constituição Federal afirma que compete privativamente à União legislar sobre: XIII - "nacionalidade, cidadania e naturalização"; XV - "emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros", e no mesmo artigo definem-se como competência privativa da legislação federal, entre outras (ver ponto 1.3), as questões de: I - "(...) direito do trabalho" e XXII - "competência da polícia federal (...)".

Ministério das Relações Exteriores: concessão de vistos	Ministério do Trabalho e Emprego: concessão de autorizações para o trabalho, no caso dos vistos por trabalho;	Ministério da Justiça, através do Departamento de Estrangeiros – órgão da Secretaria Nacional de Justiça –, em parceria com a Polícia Federal (PF): tramitação dos documentos relacionados com as residências temporária e permanente, e emissão da Carteira de Identidade do Estrangeiro (CIE);
---	---	---

Fonte: Elaborado por Mesquita. J.L.

Em entrevista concedida em 2014 ao pesquisador Atila Rabelo Tavares da Universidade de Brasília (UnB), o colaborador do Observatório das Migrações Internacionais, Paulo Sergio de Almeida, comenta sobre como ele avalia hoje na esfera do Governo Federal a articulação entre os órgãos e as instâncias governamentais para atender as demandas das migrações.

O Brasil, apesar de tudo, apesar de todos os problemas que existem na questão migratória, conseguiu desenvolver um modelo, que é um modelo que, embora nossa legislação seja atrasada e nós tenhamos vários problemas em razão disso, permite algo presente em pouquíssimos países, que é o governo compartilhar com a sociedade civil a responsabilidade na construção de regras migratórias. O CNIg não é um colegiado meramente consultivo. A Lei vigente possibilitou a este conselho o poder de deliberar e criar novas possibilidades migratórias, por meio da aprovação de resoluções. Hoje, a maior parte do CNIg é, inclusive, composta por representações da sociedade civil. Dos 20 membros, nós temos onze da sociedade civil e nove do governo. Apesar disso há uma metodologia de trabalho que consegue harmonizar esses interesses, consegue aprovar normas que atendam aos interesses de todas as partes que estão envolvidas.

É preciso compreender que cada órgão do governo tem um papel na questão das migrações. As migrações não têm “um dono”, um órgão que seja 100% encarregado. Todo país que adotou essa postura acabou privilegiando determinada visão, na maioria das vezes voltada para a segurança pública. (Fonte: Cadernos OBmigra. V.1, N.1 (2015) . Atila Rabelo de Almeida, página 13).

Conforme exposto anteriormente, ocorreram algumas tentativas de alteração da lei, de forma jurídica, denominadas “minutas”. A primeira delas, enquanto projeto de lei, ocorreu em 2009 com o projeto de Lei 5655/09. Entre as propostas deste novo texto estava a criação da categoria “visto para tratamento de saúde”. O texto inovava ainda ao permitir a estudantes exercerem atividade remunerada, condicionada à autorização do Ministério. Podemos observar que o ano de 2009 foi bastante singular para a divulgação de uma questão migratória na mídia em função da chegada dos imigrantes que entravam ao norte do País vindos do Haiti. Alguns jornais reportavam essa chegada como “a invasão haitiana”. A elaboração da Lei do Estrangeiro não foi suficiente para toda a “realidade” migratória que se tornava progressivamente mais complexa. Muitos imigrantes entravam ilegalmente no País, ou permaneciam de forma irregular/indocumentada. Como uma tentativa de amenizar os

problemas relacionados aos imigrantes em situação irregular ou indocumentados no País, foram criadas e promulgadas quatro leis de anistia.

1.4. Anistias no Brasil

As leis de Anistia – 1981, 1988, 1998 e 2009 – compreenderam ao todo aproximadamente 140-150 mil solicitações. Entretanto, os números referentes às pessoas que foram efetivamente beneficiadas e legalizadas pelas leis de Anistia não chegam à metade do total acima mencionado. Exigências de documentos excessivos, medo da Polícia Federal e taxas solicitadas, foram razões apontadas para que o número fosse assim tão reduzido.

Segundo Bonassi (2000), a anistia de 1981 já estava prevista no texto da legislação do estatuto do estrangeiro no Brasil. O alto índice de imigrantes irregulares no País, fez com que o governo decidisse regularizar estas pessoas, entretanto a maneira como foi divulgada a informação, dirá a autora, prejudicou o processo como um todo. Muitos imigrantes ao se apresentarem na polícia federal eram multados e, em alguns casos, recebiam um protocolo para saírem do País. Ou seja, além das altas taxas cobradas os dois primeiros problemas mencionados fizeram com que um advogado entrasse com recurso pois, segundo ele, tal atitude não estava correta. Os documentos exigidos variavam de pessoa para pessoa, apesar da lei determinar claramente quais eram os exigidos, “a critério dos funcionários da polícia federal, para alguns imigrantes era exigido sempre algo mais. Uma injusta seleção parecia eliminar muitos”. Segundo a autora:

Como se pode observar, as exigências da lei eram acessíveis, no papel, mas não pratica burocrática, seletiva e criteriosa, dos agentes federais”. No Brasil inteiro, os ilegais eram calculados em 600 ou 700 mil pessoas e apenas aproximadamente 27.000 estrangeiros conseguiram o documento provisório, válido por dois anos e não prorrogável. (Bonassi, 2000, p.75).

Através de uma união entre sociedade civil, militantes, advogados, ONGs e a própria pastoral do migrante de São Paulo e do Rio Grande Do Sul, o protocolo que venceria em 1984, e tornaria de novo em ilegais os que conseguiram o documento provisório, foi alterado para definitivo através da lei nº 7.180, de 20/12/1983. O documento, no entanto, chegou depois de anos de espera, é válido ressaltar que na época em questão não ter o documento definitivo era equivalente a não poder ter um trabalho legal remunerado. A autora cita em seu

livro o caso de uma imigrante, que só conseguiu o documento final em 1987, sendo o trecho a seguir parte de uma carta que ela enviou ao centro pastoral do migrante e que, segundo a autora, reflete o drama vivido por imigrantes da época

“ Na rua, chuva, frio. Dentro de mim também está frio... Os documentos ainda não chegaram. Não posso trabalhar num emprego fixo. Como sustentar as crianças? Faço serviços provisórios, sem papéis, um pouco de trabalho, um pouco fico parada e somente para comer, comer mal ou nem comer...

Saio de casa com passo cansado; hoje também vou à procura de serviço. Parece-me carregar cem quilos nas costas, parece-me não poder aguentar mais... Porém, no fundo do meu coração, a luzinha de esperança não queria se apagar e com a esperança a fé em Deus, a fé que um dia tudo isso terminaria: marginalização, exploração, pressão, abuso, prevaecimento: é igual estar presa em liberdade (...) Hoje mesmo, porém, voltando para casa ser ter achado nada, minha luzinha parecia se apagar. Tudo era escuro dentro de mim.

Mas hoje recebo a carta (...)

- Informamos a senhora que foi deferido o seu pedido de permanência. Leio de novo (...) “Chegou a permanência! ” Comecei a gritar abraçando os meus filhos que ficaram quase assustados por este estouro de alegria e choro. “Chegou a permanência” repetia, correndo para as vizinhas. Suava, tremia, ria, chorava! Tantas emoções juntas.

Aconteceu como se uma mão invisível arrancasse de vez tudo o que de horrível aconteceu durante esses oito longos anos. As correntes se quebraram, terminou a prisão (Centro Pastoral Cibai- Migrações, Porto Alegre, 1987 apud Bonassi, 2000, p. 81).

Um ano após o ocorrido acima, ocorre a segunda anistia no Brasil. Em 1988 a partir da Lei nº 7.685 de 2/12/1988 podiam requerer registro provisório os estrangeiros ilegais e clandestinos que tinham entrado até o dia primeiro de julho de 1988, e ainda estavam em situação ilegal. Conforme a tabela abaixo, aproximadamente 36.990 imigrantes solicitaram anistia, entretanto estima-se que o número de imigrantes em situação irregular fosse muito maior.

Tabela 2. Anistia aos estrangeiros indocumentados no Brasil

Lei	Nº de imigrantes que requereram.
Lei nº6964, de 9 de dezembro de 1981	27.000
Lei nº7685, de 2 de dezembro de 1988	36.990
Lei nº9675/98, regulamentada pelo decreto nº2.2771/98	40.909
Lei nº 11.961/2009	Entre 43 e 45.000

Fonte: MILESI, R. Regularização de Imigrantes no Brasil, pelo sistema do Registro Provisório -Anistias de 1981, 1988, 1998 e 2009.

Em 1998 ocorreu a terceira anistia, segundo Rosita Milese (2009) a anistia que ocorrida em 1988 não foi eficazmente implementada, e podemos perceber que todos os problemas referidos por Bonassi (2000) colaboraram para que isso ocorresse. Segundo a autora, a terceira anistia foi reflexo de anos de luta, por parte de “diversas entidades humanitárias de assistência aos imigrantes, de defesa dos direitos humanos e outras, por meio de inúmeras solicitações, abaixo-assinados, cartas as autoridades, estudos, sugestões e pedidos para uma anistia aos estrangeiros em situação irregular”.

Mesmo após a aprovação da anistia, as dificuldades para consegui-la não deixaram de existir, na verdade, após ter sido aprovada no diário oficial (D.O), o prazo para a solicitação era de noventa dias contados a partir da data de publicação no D.O e, além disso, solicitava uma certidão que assegura-se que o solicitante não tinha débitos criminais em seu País de origem, que além de caro e demorado, em alguns casos era mais complexo para conseguir, pois o solicitante teria que requerer tal documento no próprio país de origem.

A assessoria jurídica do Centro Pastoral dos Migrantes N. Sra da Paz, São Paulo, então, elaborou e enviou ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e ao Ministro da Justiça, Renan Calheiros, signatários do Projeto e do futuro Decreto, proposta de revisão e conclusão do Projeto de Regulamentação da anistia, conclamando diversas pessoas e entidades, no país inteiro, a se manifestarem junto às autoridades, para rever esse quadro. O resultado foi em parte positivo: o Decreto de 7 de setembro eliminou a exigência da certidão negativa de antecedentes criminais do país de origem. (Bonassi: 2000, p. 89).

Segundo a autora, entre as diferentes nacionalidades solicitantes e presentes na cidade de São Paulo, muito provavelmente o número mais expressivo de imigrantes ilegais era de bolivianos, em específico aqueles que trabalham em oficinas de costura, e aponta que, os motivos para que estes não tenham feito tantas solicitações de anistia, foi além das motivações presentes nas anistias anteriores, ou seja, medo da polícia federal, taxas abusivas, documentação em excesso, os empregadores não queriam fornecer o endereço da oficina como endereço residencial, temendo uma fiscalização da Polícia Federal. (Bonassi, 2000, p.90).

Os bolivianos, entretanto, aparecem como maior número de solicitantes na anistia de 2009, representam sozinhos mais de 40% dos pedidos (16.881); em segundo lugar ficaram os chineses com (5.492) seguido por peruanos (4.642) e paraguaios (4.135). O que se pode observar através destes dados é que apesar do medo, a quantidade de documentação a ser apresentada e os fatores já anunciados acima, o processo de anistia através dos anos demonstra uma tendência crescente em termos de pedidos de regularização. A maior representatividade de bolivianos nesses pedidos será mais bem compreendida a partir do estudo da comunidade boliviana em São Paulo nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

O que se pretendeu neste capítulo foi demonstrar que o imigrante sempre esteve presente na história do Brasil, mesmo que a princípio as motivações fossem de colonizar o território e depois conseguir braços fortes para a lavoura, o que se pode observar é que, as políticas direcionadas para estrangeiros quase sempre foram na verdade reguladas a partir das necessidades do Estado. Percorrendo a trajetória histórica, percebemos que essa questão sempre fez parte da pauta de agenda das políticas, e sendo assim não é uma realidade nova. Da mesma forma que as anistias foram motivadas principalmente pela pressão dos diversos órgãos, entidades, militantes, entre outros, o próprio texto legislativo referente aos estrangeiros também foi e é, uma demanda. Desde sua formulação, nota-se que as necessidades migratórias, tais como os fluxos, mudam, e sendo assim, é necessário um novo marco legal que compreenda tais questões, e é neste contexto que trabalharemos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II - Etnografando a COMIGRAR

Salientamos no capítulo anterior os diferentes momentos em que a política migratória sofreu modificações, observando também as tentativas de alteração que não se concretizaram. Nos últimos anos, o debate se intensificou e, desde 2005, o governo tem recebido propostas de alteração do estatuto do estrangeiro, que conforme salientamos anteriormente, foi escrito em um momento em que o estrangeiro era considerado como uma possível ameaça para a segurança nacional.

Neste capítulo, analisaremos a Conferência sobre migrações e refúgio (COMIGRAR), que foi realizada na cidade de São Paulo entre os dias 30 de maio e 1º de junho, envolvendo migrantes de diversas nacionalidades, sociedade civil, associações, entre outros. Essa conferência era parte de um projeto mais amplo que pretendeu analisar o estatuto do estrangeiro com o olhar do imigrante.

Como apontado no primeiro capítulo, as regulações jurídicas, sejam elas leis, portarias, regulamentos, etc. Habitualmente servem para nortear e regular as ações a serem tomadas. Neste sentido apresentaremos o regimento interno da COMIGRAR que dispôs a respeito das principais normas para realização da conferência, buscando também esclarecer e regular todas as etapas. O regimento está dividido em sete capítulos e vinte e quatro artigos dispostos em nove páginas. Não temos como intuito apresentar minuciosamente todos os capítulos, apontaremos, entretanto, pontos que consideramos importantes para a compressão de como se deram as etapas¹¹. No cap.1 *Disposições Preliminares*, especificou-se os objetivos do evento bem como quem seriam os coordenadores do mesmo. A conferência, segundo o referido documento, é de caráter consultivo, no que concerne a política de migrações e refúgio, e observará três principais princípios: A promoção da participação social no ciclo das políticas públicas; O respeito aos direitos humanos dos imigrantes e refugiados; A afirmação do princípio da solidariedade como orientador da Política Nacional para Migrações e Refúgio.

¹¹ O documento na íntegra pode ser consultado nos anexos presentes nesta dissertação.

O capítulo dois, *Do Temario*, dispôs sobre os quatro eixos temáticos que norteariam as discussões durante todo o processo da COMIGRAR são eles: Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos; Inserção social, econômica e produtiva; Cidadania cultural e reconhecimento da diversidade; Abordagem de violações de direitos e meios de prevenção e proteção; Participação social e cidadã, transparência de dados.

O capítulo três *Das etapas Integrantes da 1º COMIGRAR*, explicou-se que as conferências preparatórias Estaduais, Municipais, Regionais, Livres e Virtual seguido da etapa Nacional comporiam os processos da primeira COMIGRAR.

As conferências preparatórias teriam como data limite 31 de março de 2014, e deveriam submeter um relatório por meio da plataforma da 1º COMIGRAR em até cinco dias úteis após a sua realização, as conferências indicariam ainda delegados para a etapa nacional. Sobre como funcionaria cada uma das etapas, um outro documento também disponível na plataforma *participa.br* tornava-as mais esclarecidas. A primeira conferência ocorreria em âmbito virtual, nesta qualquer pessoa interessada poderia participar podendo apresentar propostas para a etapa nacional, desta etapa não sairia indicado nenhum delegado, se dividiria ainda em três momentos primeiro por debates abertos, seguido de formulação de propostas e, por fim, a priorização de propostas através de votação.

As conferências livres poderiam ser convocadas por qualquer grupo articulado, ou ator não governamental, deveria ter no mínimo sete participantes, poderiam ser indicados até dois delegados com ordem de primeiro e segundo lugar para a etapa nacional. As etapas regionais, municipais e estaduais deveriam ser convocadas pelos poderes executivos, mediante ato normativo governamental publicado ou divulgado oficialmente, esta etapa seria coordenada por uma comissão organizadora, nomeada no mesmo ato normativo, seria eleito delegados representantes da sociedade civil para a etapa nacional, metade governamental e metade não governamental, sendo que que até um terço dos não governamentais deveriam ser migrantes. Salientamos sobre isso, o parágrafo único exposto no interím do texto, para reflexões futuras:

A participação nos grupos de trabalho da etapa nacional da 1ª COMIGRAR é exclusiva a delegados, convidados, CON, Coordenação Executiva, e equipes de trabalho, não estando abertos à visitação e/ou participação pública por parte de interessados em geral. Serão franqueadas as atividades em plenária a visitantes, desde que respeitados os limites e possibilidades

logísticas dos ambientes da plenária. (Fonte: Regimento interno da 1ª Conferência sobre Migração e Refúgio 2014 p. 4).

Para a etapa nacional foi elaborado um caderno de propostas que resultou da “harmonização e condensação das propostas elaboradas nas etapas preparatórias, este seria o único documento de texto, conteúdos e propostas a ser utilizado durante os trabalhos da etapa nacional” (Fonte: Regimento interno da 1ª Conferência sobre Migração e Refúgio, 2014 p. 1). Com intuito de aprofundar o texto apresentado no Caderno, os grupos de trabalho foram organizados em seis nuvens temáticas.

Quadro X. Nuvens temáticas de trabalho utilizadas durante a COMIGRAR.

<p>Nuvem 1:</p> <p>Igualdade de direitos; Marco legal nacional e gestão pública para migrações e refúgio; Marco legal internacional, atuação pública e cooperação multilateral</p>	<p>Nuvem 3.</p> <p>Procedimentos operacionais em programas e serviços públicos</p>	<p>Nuvem 5.</p> <p>Violação de Direitos, responsabilização, proteção e prevenção; Cultura e Interculturalidade; Participação social e debate público</p>
<p>Nuvem 2.</p> <p>Serviços locais; Capacitação de Agentes Públicos e da Sociedade Civil; Produção, gestão e acesso à Informação</p>	<p>Nuvem 4.</p> <p>Inclusão produtiva, empreendedorismo e qualificação para o mundo do trabalho; Saúde; Assistência Social; Educação</p>	<p>Nuvem 6.</p> <p>Brasileiros no exterior e retornados</p>

Fonte: Elaboração da autora a partir do Regimento interno da 1ª Conferência sobre Migração e Refúgio, 2014 pp 5.

Como recursos teóricos metodológicos, foram utilizadas observações de campo, durante abertura da COMIGRAR, dos debates ocorridos nas salas de reunião (eixos temáticos) e dos espaços de uso em comum. Nos valem dos recursos apontados por Malinowski utilização de caderno de campo e descrição minuciosa de tudo o que está sendo observado. Observamos também as falas proferidas durante a mesa de abertura, encerramento,

bem como as que ocorreram dentro da sala onde estava. Nos próximos tópicos abordaremos como se deu a etapa nacional.

No primeiro dia da etapa nacional, ocorreu a abertura oficial, a mesa foi composta por 12 pessoas, destas apenas três mulheres, uma delas imigrante e também representante da sociedade civil. A abertura foi filmada pelo canal NBR¹², entretanto, mais de 60% do que ocorreu durante a abertura foi editado e cortado. Após a composição da mesa, algumas pessoas que faziam parte dela, foram convidadas a se pronunciarem, depois foi apresentado alguns resultados da gestão atual do governo em referência ao tema das migrações por Rogerio Sotili (secretário-adjunto de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo) houve a assinatura de um termo de compromisso entre União, Estado e Município, com medidas a serem tomadas, de curto e médio prazo para receber de forma organizada, imigrantes de diferentes nacionalidades em São Paulo. A assinatura do documento foi motivada pelo grande fluxo de haitianos que chegaram à capital paulista depois da desativação do abrigo de Brasília, no Acre.

Durante o segundo dia de evento, além das salas onde ocorreram os debates, ocorreu uma Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias de Refúgio, nesta feira todas as dezessete iniciativas que concorreram ao prêmio Simone Borges¹³ estavam presentes.

¹² Abertura disponível no portal *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZRrelkcpJ2k>. NBR é um canal de comunicação do governo.

¹³ Segundo o site do Ministério da Justiça, o Prêmio recebe este nome em reconhecimento da luta do pai de Simone Borges Felipe ao enfrentamento ao tráfico de pessoas. Simone Borges Felipe, natural do estado de Goiás, migrou em 1996, com 25 anos, para a Espanha com o objetivo de trabalhar numa lanchonete. Obrigada a se prostituir em clubes, veio a falecer em função de elevada ingestão de medicamentos. Sua história e a luta de seu pai em informar e prevenir o aliciamento e exploração de outras pessoas inserem-se dentro da perspectiva deste prêmio. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={828DEEC6-CA82-40A7-AB05-04E8B41744B8}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D{054C12E2-4B85-4ADA-B3BB-64137477607F}%3B&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26>

No último dia foram apresentados alguns resultados do processo da COMIGRAR e também da feira presente no segundo dia de evento. Diferente do primeiro dia, no último foi solicitado que um imigrante de cada nacionalidade fosse ao palco, e por diversas vezes estes fizeram uso da palavra.

2.2. Observações quanto ao primeiro dia da COMIGRAR.

A abertura da COMIGRAR ocorreu na casa de Portugal, localizada na região central da cidade de São Paulo, próximo ao bairro da Liberdade. Já na entrada do evento era possível ver muitas pessoas, falando em diversas línguas, no *hall* de entrada filas se formavam em um *stand*, nele os delegados deveriam entregar os comprovantes de despesas com passagens, se credenciar e receber o material¹⁴. Era possível perceber alguns de terno e gravata, mulheres de vestido, pessoas usando jeans e camiseta, casacos de frio, e alguns com roupas que mais tarde fui descobrir eram típicas do seu país de origem, tais vestimentas foram comuns de se ver durante todos os dias do evento conforme as imagens que se seguem.

¹⁴ Mais tarde descobri que tais gastos foram pagos com recursos públicos provenientes do Ministério da Justiça.



Imagem 2 - Sinais Diacríticos - Disponível em:
https://www.facebook.com/COMIGRAR/photos_stream¹⁵.

¹⁵ É válido ressaltar que todas as imagens usadas nesta etnografia foram retiradas do site oficial da COMIGRAR.



Imagem 3 - Sinais Diacríticos – Disponível em:
https://www.facebook.com/COMIGRAR/photos_stream

Segundo Barth (2000)¹⁶, a utilização de tais vestimentas pode ser observada ainda como fator identitário, ou sinais diacríticos, dentre eles podemos falar sobre roupas, língua, ou quaisquer outros fatores que o grupo considere como importante. A COMIGRAR se mostrou como um lugar no qual diferentes nacionalidades, e etnias dividiam um mesmo ambiente, sendo assim, ressaltar determinadas características de sua identidade étnica, cultural, entre outras. É uma forma de ocupação de tal espaço demarcando fronteiras.

Na entrada do evento havia uma escada central que dava acesso ao piso superior, nele alguns posicionaram câmeras para gravar o evento, e outros ali se estabeleceram para acompanhar a abertura. Observadores e pessoas que não possuísem crachá deveriam permanecer naquele local. A outra escada dava acesso ao piso onde ocorreria a abertura, neste local havia cadeiras, bebedores, e também sanitários. Na entrada da escada um rapaz de preto que questionava se possuíamos ou não o crachá para acesso daquele nível, que só seria liberado mediante apresentação de identificação ou necessidade de ir ao banheiro haja visto

¹⁶ Levando em consideração o que Wright Mills (2009) escreve sobre o artesanato intelectual, considero importante que o pesquisador deva ter conhecimento sobre a bibliografia envolvida em sua pesquisa. Sendo assim saliento que minha ida à campo, minhas observações, e possíveis análises partem de alguns teóricos, tais quais Sidney Silva (1997), Giralda Seyferth (2014), Barth (2000), entre outros.

que o sanitário ficava naquela direção e ali era o único meio para acessá-lo. Neste espaço era possível observar muitas pessoas se cumprimentando, sorrindo, e conversando acerca do evento que demorou um pouco para começar¹⁷.

Ao iniciar a abertura oficial da COMIGRAR o locutor/ mestre de cerimônias chamou para a mesa as seguintes pessoas: Senhora Eloísa Arruda, secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo representando também o governador Geraldo Alckmin; Sr. Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; Sr. Diego Beltran, Representante regional da Organização Internacional para as Migrações (OIM); Sra. Lais Abramo, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); Conselheiro Francisco Feltran, Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo; Sr. Eduardo Storopoli Diretor da Universidade UNINOVE; Rogerio Sotillo, secretário-adjunto de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo; Paulo Sergio de Almeida, Diretor do Conselho Nacional de Imigração; João Guilherme Granja, Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça, órgão vinculado ao Ministério da Justiça; e Sra. Monica Rodrigues, Imigrante selecionada para representar imigrantes e sociedade civil. Abaixo foto da mesa:

Imagem 4- Mesa de abertura do primeiro dia da COMIGRAR



¹⁷ Encontrei neste momento pessoas conhecidas que me apresentaram para possíveis potenciais pesquisados, conversei também brevemente com alguns sobre o evento e suas expectativas, de maneira geral os que questioneei estavam satisfeitos com o momento de mudança, entretanto deixavam transparecer o medo de que todo este evento não tivesse os resultados que fossem de encontro com as suas expectativas.

Disponível em https://www.facebook.com/COMIGRAR/photos_stream

Algumas pessoas foram convidadas a comporem a mesa após a sua formação, exemplo disto foi o senador Eduardo Suplicy. Por duas vezes anunciaram a presença do Sr. Paulo Illes (Coordenador de Políticas para Migrantes), primeiramente apenas citando seu nome e depois indicando o que este representava, mas não o chamaram para compor a mesa.

Houve homenagem a pessoas que representavam “boas” ações/práticas no quesito migratório, dentre eles foram homenageados, Padre Mario Geremia, Arcebispo Dom Sergio, Irmã Vanuzia, Irmã Patrícia, Padre Paolo Parise, Irmã Rosita e Karin Wapechowski, coordenadora da Associação Antônio Vieira (ASAV), entre outros¹⁸. Para falar em nome dos homenageados, a Irmã Rosita foi convidada a se pronunciar. Posteriormente integra a mesa o senhor Nivio Caixeta (Antropólogo).

Em seguida aconteceu o anúncio dos ganhadores do Prêmio Simone Borges, em terceiro lugar o Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário da Associação Antonio Vieiras, em segundo lugar visitas às oficinas de costura do Centro de Apoio à Pastoral do Migrante (foto) e em primeiro lugar a ação Mulheres em Movimento, da Sociedade de Direitos.

¹⁸ A função e local de trabalho não foram aqui evidenciados, pois tais informações foram difíceis de serem registradas. É válido notar, entretanto, que quase todos os homenageados pertencem a alguma ordem religiosa e que, sendo assim, estas exercem um papel de grande importância no quesito migrações e refúgio.

Imagem 5- Bolivianos recebem prêmio em nome da ONG CAMI.



Disponível em https://www.facebook.com/COMIGRAR/photos_stream ¹⁹

Outras pessoas que estão na mesa de abertura são convidadas a fazerem seu pronunciamento, deixando a representante da sociedade civil e também do imigrante por último. Encerra-se o primeiro dia, e nós somos avisados que, nos dias seguintes, a reunião ocorrerá no prédio da Universidade Nove de Julho - UNINOVE.

2.3. Sobre a mesa de abertura.

Parte da minha observação durante a mesa de abertura foi referente as falas, os olhares trocados, o silêncio breve entre algumas falas, as pausas, e a disposição na mesa.

O primeiro chamado a se pronunciar foi o senhor Paulo Abrão, neste momento o salão fica em silêncio e todos, ou quase todos, prestam atenção às palavras do secretário nacional da Justiça. Com algumas folhas na mão, se encaminha ao púlpito e inicia sua fala, primeiramente saudando a todos e todas que ali estavam. Durante todo o seu discurso gesticula, sendo que

¹⁹ Em conversa com o coordenador da ONG CAMI, tomei conhecimento de que ele fez questão de que os imigrantes bolivianos fossem ao palco para receber o prêmio por duas razões: primeiro, aquele prêmio não existiria sem eles, e segundo, o principal ator na COMIGRAR eram os migrantes e sendo assim estes deveriam ser o centro das atenções e aplausos.

em determinados momentos interage com alguns integrantes da mesa, em outros momentos de sua fala, sorri e mostra-se contente pela pauta que agora é abordada em âmbito político de maneira nacional - O Estatuto do Migrante - e explica como foi o processo de criação da COMIGRAR e os caminhos percorridos até a presente data:

Estamos aqui reunidos, pessoas de 27 nacionalidades escolhidas, por um processo resultado dos últimos seis meses, escolhidas em processos de etapas preparatórias que levaram e mobilizaram muitas organizações da sociedade civil, organizações internacionais e também organismos governamentais nesses últimos seis meses, e acho que nós estamos abrindo a nossa primeira conferência sobre migrações e refúgio com muita alegria. Eu gostaria, portanto, de dizer a cada um e a cada uma de vocês sejam muito bem-vindos, migrantes e refugiados e lutadores dos direitos dos migrantes, e refugiados no Brasil, a nossa primeira e que não seja a última COMIGRAR. *Bienvenidos, Welcome, Benvenue, Benvenuto*, é pra ser em árabe agora *Alan vaalan* depois vocês me corrijam (sorri).

Em sua fala é possível notar por diversas vezes o uso das palavras “sociedade civil”, “nós”, “política” e “cidadania”, que nos leva a pensar tal discurso na esfera política, em seus termos mais clássicos. Como podemos observar no trecho transcrito a seguir:

Nós teremos uma conferência em várias línguas porque é isso que caracterizará a construção das políticas públicas no Brasil. Sejam muito bem-vindos, migrantes e refugiados, homens e mulheres que lutam por oportunidade, homens e mulheres que trabalham para construir uma nova vida e um novo lar, homens e mulheres que aspiram e desejam igualdade reconhecimento respeito, homens e mulheres que vivem da esperança de um mundo sem fronteiras por uma cidadania global²⁰.

O secretário de Justiça continua sua fala explicando que a formulação do projeto de lei é de caráter público, e que a formulação do seu texto se deu através de participação cidadã e, em outro momento, diz que um grupo de especialistas foi criado a fim de sistematizar e escrever o projeto de lei.

A criação deste comitê deixa claro que existe uma relação de poder, em que se acredita a alguns o título de ser “especialista” em suas palavras Paulo Abrão diz: “*O ministro instituiu*

²⁰ Vários teóricos já debateram a concepção de cidadania global, talvez entre estes, Kant seja um de seus precursores ao propor o princípio de hospitalidade no direito cosmopolita, tal direito deve ensejar uma hospitalidade universal. Para o autor, tal hospitalidade é um direito, não uma filantropia, tratando-se de um direito de circulação, que assiste a todos os homens em virtude do direito da propriedade comum da superfície esférica da terra, na qual ninguém originariamente, tem mais direito que outro a estar em determinado local. (Mesquita, 2012).

uma comissão de especialistas, notórios conhecedores da temática migratória para redigir um novo projeto de lei". O fato de quase todos estes serem membros do universo acadêmico, ou de bases do governo nos deixa em dúvida quanto ao caráter de público tão evidenciado durante todo o processo da COMIGRAR, e ainda mais quando observado que dentre tais especialistas não há a presença de um estrangeiro que não seja pertencente às intersecções acima (acadêmico ou de bases do governo).

Dentre outros pontos abordados em sua fala, elucida a criação de uma estrutura central de gestão, de atendimento e apoio aos migrantes e refugiados no Brasil, salienta que o Brasil sofre de alguns *déficits* e que a não existência de um local como este é um deles. *"Nós temos um déficit administrativo institucional, com a ausência de uma estrutura central de gestão e de atendimento e apoio aos migrantes e refugiados no Brasil"*.

Conforme acima aludido, pessoas têm distintas opiniões acerca de um mesmo tema, neste caso podemos perceber como a fala do Sr. Paulo Sergio de Almeida, ainda que referente ao mesmo assunto, tem uma visão diferente do Sr. Paulo Abrão no que se refere a este *déficit*. Ambos em suas falas mostram de maneira cronológica as conquistas de cada órgão - Ministério da Justiça e CNIG - mas cada um aborda de maneira diferente a questão da criação ou não de um novo espaço para unificar ações referentes aos migrantes.

O outro pronunciamento que podemos observar é o do senhor José Eduardo Martins Cardozo - Ministro da Justiça, evidenciamos especificamente em sua fala a alusão à importância dos migrantes no processo histórico de formação do Brasil.

O Brasil não foi construído apenas por aqueles que aqui nasceram, muito do que o Brasil hoje é, muito do que os brasileiros e brasileiras hoje são, devem aos imigrantes que pra cá vieram, os imigrantes que por razões das mais diversas, que por momentos históricos, muito distintos, aqui compareceram com seu trabalho, com seu esforço, com a sua cultura, pra que pudessem fazer do Brasil o país que hoje temos, pra que pudéssemos ter a cultura que hoje temos, pra que pudéssemos ter a história que hoje temos.

É possível perceber neste trecho que o ministro está recriando a ideia de Nação, apontando para os momentos históricos que demonstram a entrada daqueles que mais tarde deveriam ser considerados nativos, por fazerem parte da criação deste País. Segundo Bennedit Anderson (2008), tanto a nacionalidade (ou condição nacional), quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos (p.30). Sua fala suscita outros pontos que são apontados por

Anderson, tais como o próprio processo histórico de formação do Estado. Quando menciona por diversas vezes a palavra “nós” este também está trabalhando com a construção de uma comunidade ou de um grupo, que compactua de determinados princípios. A construção desse “nós” implica no que questionamos acima, quem seria esse “nós”, e o que ele considera como “nós”.

Sua fala ainda menciona o Brasil como um novo polo de migração, o que em alguns momentos da própria COMIGRAR é questionado, no sentido de “que país é este de que se está falando” e se este também não faz parte da construção de uma comunidade imaginada e compartilhada pelos que nela vivem, neste sentido, muito mais, por aqueles que compactuam com determinados discursos.

A fala do Sr. Ministro da Justiça Paulo Abrão aponta para um cenário em que tanto a mídia quanto acadêmicos se debruçaram. A entrada de haitianos em 2009 no Brasil, gerou um alvoroço em torno do tema, alguns apontavam que o que estava acontecendo era uma “Invasão Haitiana”²¹ outros tentando compreender o fenômeno, recorriam a livros e bibliografia. Abaixo pode-se observar como mesmo com o passar do tempo a dita “invasão” ainda era a “verdade” vendida pelo jornal *O Globo*:

Imagem 6 –**Jornal O Globo - Notícia veiculada referente a entrada de Haitianos no Brasil em 2012.**



Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/acre-sofre-com-invasao-de-imigrantes-do-haiti-3549381>

²¹ <http://oglobo.globo.com/brasil/acre-sofre-com-invasao-de-imigrantes-do-haiti-3549381>. Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti.

Em função de diversos fatores, alguns destes migrantes foram enviados à cidade de São Paulo, que por sua vez divide opiniões sobre o que deve ser feito²². Perguntava-se se este era um “problema” da cidade ou não, entretanto, é válido ressaltar que em outros momentos da história, diversos foram os fluxos que dividiram opiniões na cidade, tais como os de bolivianos, paraguaios, e de uma forma geral a comunidade latina.

2.4. Sobre o segundo dia

No segundo dia houve um *Coffee Break* onde foi possível observar com mais clareza grupos que se vestiam “parecidos” juntos. Este também foi um espaço para que todos pudessem trocar cartões (prática que se mostrou bastante frequente durante todo o evento) conversar, comer, e conhecer outras pessoas²³ que participavam do processo que foi a COMIGRAR. No segundo dia alguns grupos fizeram inscrições solicitando salas para debates. Tais salas seriam espaços para que conversassem mais tarde, sobre determinados temas que pudessem surgir ali, durante a COMIGRAR. Para descobrir para qual sala ir, havia alocado na parede folhas de sulfite com os nomes dos grupos e temas que pudessem ser de interesse comum, e nos corredores sempre tinham monitores que indicavam as salas, a programação ou ainda que tirassem dúvidas.

Particpei no segundo dia de dois grupos, o primeiro a fim de discutir o projeto do estatuto do migrante. Fiquei na “nuvem 1”, nome que foi dado para determinados trechos da lei, que tinha como pontos a serem abordados: Igualdade de direito; Marco legal nacional e gestão pública para migrações e refúgio; Marco legal internacional; atuação pública e cooperação multilateral.

²² O bate-boca entre governantes de São Paulo e do Acre sobre o destino de imigrantes – em sua maioria haitianos – recém-chegados ao Brasil e enviados à capital paulista é o último desdobramento de um empurra-empurra entre autoridades que se arrasta há pelo menos dois anos e evidencia a crise migratória enfrentada pelo País. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140425_haitianos_entenda_jf.shtml.

²³ Vale ressaltar que este *coffee break* foi no período da tarde, logo algumas pessoas já se conheciam pois faziam parte da mesma sala de debates, que ocorreu na parte da manhã e se estendeu no pós-almoço.

Imagem 7: Nuvem 1 – Sala de debates durante o segundo dia.



Disponível em https://www.facebook.com/COMIGRAR/photos_stream

A sala da qual participei era bastante plural, havia diversas nacionalidades presentes. O mediador solicitou que falássemos nome e nossa ocupação, éramos em torno de 50 pessoas, grande parte advogados e aparentando idades entre 25 e 45 anos. Posteriormente fomos informados sobre a metodologia que seria utilizada: Leitura das propostas da nossa nuvem; Registro de destaques; Complementação da proposta do Caderno²⁴; Registro de divergência e Recomendações.

Foram feitas algumas observações tais como: O grupo de trabalho não iria aprovar ou reprovar propostas, e todos os registros seriam válidos, uma vez que estes iriam compor o relatório final. Mediante o grande número de falas, minha metodologia para saber qual iria abordar neste trabalho foram aquelas que quando iniciadas geravam bastante debate.

Um dos pontos que mais gerou debate na sala foi sobre a palavra “estrangeiro” presente no texto da proposta 1.1, alguns sugeriram trocar estrangeiro por “Não-Brasileiro” outros gostariam que se substituísse “migrantes” e “refugiados” pelo termo de “estrangeiro”. Uma imigrante disse que *“a palavra ‘estrangeiro’ é excelente e que não é a palavra que*

²⁴ Ao nós credenciarmos ganhávamos uma bolsa de pano, com bloco de anotações, caneta, e um caderno contendo todas as propostas dos eixos temáticos.

importa, mas sim a maneira como o imigrante será tratado”. Após longo debate, sobre o significado da palavra “estrangeiro”, recomendam que tal palavra deveria permanecer no texto. Outro tema que chamou bastante atenção foi no quesito referente à religiosidade e orientação sexual, por mais de três vezes tais temas foram suscitados na fala dos presentes. Houve também divergência sobre a questão “Afro-Religiosa”, alguns participantes da sala não se mostraram satisfeitos com este termo, uma vez que todas as religiões deveriam ser respeitadas e não apenas, as de origem Afro. Ainda a respeito de religião, um imigrante relatou de problemas que as presas muçulmanas estavam passando no presídio de Santana, este comentou que não estava sendo levado a sério o direito ao culto, pois segundo ele:

(...) por mais de uma vez tentamos entrar no presídio com as roupas, véus, e tapetes itens da própria religião e estes não foram permitidos. Também que na questão da alimentação a religião muçulmana proíbe a ingestão de carne suína, e estas presas estavam sendo obrigadas a comer, pois esta era a única comida disponível.

Por mais de uma vez o rapaz que fazia a mediação solicitou que experiências pessoais não fossem exacerbadas, pois o tempo era curto para debater tantos itens. Em outro momento, um imigrante criticou o fato da Polícia Federal não falar outra língua além da portuguesa, ficou emocionado ao dizer que se fizermos uma pesquisa quase todos os imigrantes falam mais de duas línguas, sendo assim, porque a Polícia Federal não poderia falar outra também. Um imigrante se comunicou em francês, e depois duas pessoas que estavam na sala traduziram o que este dizia:

Sou universitário, e aqui no Brasil não posso trabalhar na minha área, não posso continuar meus estudos de onde parei, gostaria que os diplomas fossem validados, pois o que aprendi não pode ser assim apagado e esquecido. O diploma não tem fronteiras assim como a capacidade de trabalho também não.

A questão familiar foi tema de bastante debate, sendo ressaltado que a defesa da mesma é de extrema importância, além de questões acerca da solicitação de ampliação da residência fixa. Foi solicitado que se pense a questão da mãe presa que tem filho (a), pois de acordo com as normas do estado uma mulher não pode permanecer no sistema cárcere com o

filho(a), salvo enquanto este ainda está na fase de aleitamento, o problema é exposto por uma mulher na sala:

Essas migrantes muitas vezes não têm família aqui no Brasil, daí precisam entregar o bebê para alguém, e este alguém não existe. É preciso repensar isso, pois estamos falando aqui da defesa da unidade familiar, essa criança será afastada da mãe e não terá contato com ninguém que represente sua família.

Outro ponto de bastante conversa foi referente ao voto do estrangeiro: dentre as diversas falas, estas foram as que deixaram a sala em silêncio: “Definir a categoria de migrante quanto a direitos políticos”; “Que o estrangeiro possa ter proposição de ação popular”; “Não existe meia cidadania, só se é cidadão por completo quando se tem direitos políticos também”.

Notei que a questão do voto dividia opiniões na sala, alguns achavam que apenas imigrantes naturalizados poderiam votar, outros não, outros diziam que na Itália, por exemplo, já existem assentos para estrangeiros no âmbito parlamentar, o que suscitou o receio de um senhor, este comentou baixinho *“Mas se começar assim, daqui a pouco vamos ter um imigrante prefeito”* e não se mostrou muito satisfeito.

Já se aproximando do horário de almoço, foi dado um aviso de que daquela sala saíram eleitos duas pessoas que iriam integrar o grupo que acompanharia os resultados da COMIGRAR. Ao sairmos quem tivesse interesse em ser eleito deveria colocar o nome no quadro.

Fui almoçar no bairro da Liberdade, que costuma aos sábados ter uma feirinha de produtos/comidas orientais, que por si só já daria uma etnografia. Por estar com a bolsa e crachá da COMIGRAR, algumas vendedoras japonesas me questionaram sobre o porquê de tantas pessoas usarem aqueles itens, comentei que estava ocorrendo um evento no qual se debatia a questão do estrangeiro no Brasil, e para minha surpresa em seis barraquinhas a resposta era a mesma, ninguém tinha conhecimento de que tal evento estava ocorrendo ou que o estatuto do estrangeiro estava em processo de mudança.

Ao voltar do almoço, o debate já havia se iniciado na sala, notei que as falas iam de encontro com o relato de um imigrante que disse “*Africanos estão praticamente vendendo suas vidas para entrar no Brasil*” muitos comentaram da necessidade de se criar acordos bilaterais internacionais.

Um imigrante Sírio comentou que é preciso que se tenha de fato proteção para refugiados e relatou que sofreu perseguição pelo próprio consulado, mencionou que Sírios estão sendo convocados para lutar.

O papel da cidade foi também bastante evidenciado como importante, não apenas a União. As cidades deveriam estar preparadas para atender melhor os fluxos migratórios que cada vez mais são evidenciados pela mídia segundo as pessoas da sala.

Ao final dos debates um representante da CASC²⁵ (Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil sobre ações de Migração e Refúgio), órgão que acompanha os processos da COMIGRAR foi à frente da sala para explicar um pouco mais sobre o que era tal comitê e comentaram que dali só poderiam ser indicadas duas pessoas, neste momento no quadro havia três nomes. Após ele dizer que os eleitos iriam acompanhar todo o processo pós-COMIGRAR, e que essas reuniões, muitas delas seriam em Brasília, pagas pelo ministério da Justiça, e que não poderia haver mais do que duas pessoas, muitas outras pessoas levantaram se mostrando interessadas em fazer parte. Mediante o grande número de inscritos, pediu-se que cada um ali explicasse o porquê de ser indicado, como se fosse um “*momento de propaganda eleitoral*”.

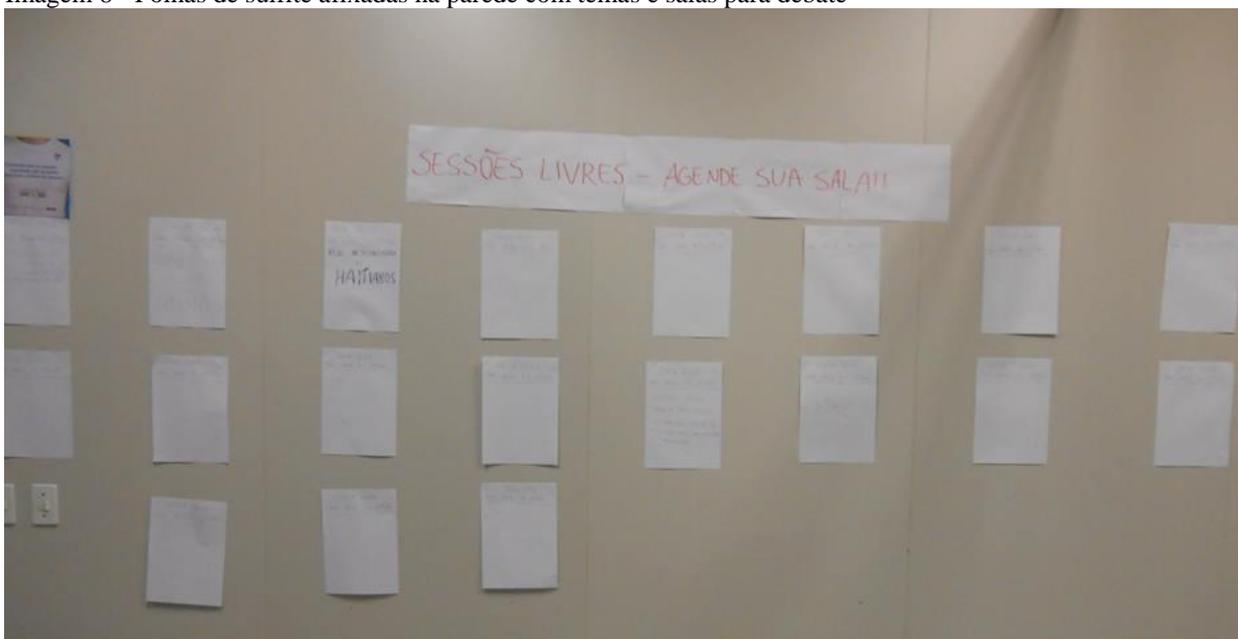
Decidiram que, por se tratar de um momento em que o estrangeiro é o porta voz de suas próprias vontades/necessidades, deveriam ser eleitos um imigrante primeiro e que em seguida outra pessoa não-migrante, entretanto os imigrantes poderiam participar dos dois momentos de votação para aumentar a possibilidade de serem eleitos. Quanto ao voto, perguntou-se quem poderia votar, alguns diziam que apenas quem estivesse com o crachá de Delegado, e outros diziam que não, que o voto é um símbolo democrático e que todos que estavam ali acompanhando todos os debates deveria ter direito. Decidido então que todos

²⁵ O CASC é a primeira estrutura permanente especializada no acompanhamento, orientação, consulta e supervisão social das políticas públicas, ações e programas sobre migrações e refúgio criada pela secretaria nacional de Justiça. Para mais informações a respeito: <http://migramundo.com/2013/12/20/snj-cria-comite-sobre-acoes-de-migracao-e-refugio/>

poderiam votar iniciou-se a votação, como representante dos imigrantes foi eleito o Senegales Massar Sar. No segundo momento da votação foi eleita a Irmã Maria do Carmo.

Após o fim desse grupo de trabalho, iniciou-se as reuniões de grupos que ou tinham se inscrito no dia e fixaram nas paredes com folhas sulfites o tema e a sala, ou as oficinas que já estavam inscritas para ocorrerem nos pós debates de nuvens.

Imagem 8 - Folhas de sulfite afixadas na parede com temas e salas para debate



Disponível em https://www.facebook.com/COMIGRAR/photos_stream

Participei da Oficina da Associação Brasileira de Antropologia, que tinha como proposta:

“O objetivo de envolver os participantes na reconstrução de memórias das mobilizações políticas em prol de direitos de cidadania no Brasil, mostrando a existência de uma articulação entre as mobilizações políticas dos brasileiros no exterior (iniciadas na década de 80, com o retorno de milhares de brasileiros do Paraguai) e as atuais mobilizações dos imigrantes no Brasil.

Ao rememorar essas mobilizações no presente, pretende-se apontar para o futuro”²⁶.

A antropóloga Bela Feldman ao explicar sobre o que irá se debater ali e diz que “*A bandeira da migração é muito importante e que tal bandeira se tornou inclusive competitiva*” A proposta, segundo a antropóloga, era escutar depoimentos e demonstrar que a agenda referente à imigração ocorre no País há muito mais tempo do que se imagina, e assim ocorreu, o primeiro foi da Antropóloga Marcia Anita Sprandell:

Falar da luta dos Brasiguaios daria para falar muito, entretanto pegarei alguns pontos. Junho de 1984, aproximadamente 1000 famílias acampavam em Mato Grosso do Sul, e em um momento de redemocratização eles serão reassentados. O que os diferenciavam dos outros que lutavam por terra era a questão da nacionalidade, eles obtiveram sucesso, mas sofreram muito.

A antropóloga Bella Feldman apresentou um vídeo com Carlos Vianna e Heliane Birman e mostrou que é com eles que se inicia uma mobilização sobre os problemas de imigrantes brasileiros na Europa. Menciona que é importante destacar que o grande fluxo migratório para a Europa foi no momento da Ditadura, categorizando assim um outro tipo de migração.

O próximo a dar seu relato é Orlando Franzini, que relatou sobre o uso da carta de Lisboa para debater questões migratórias e mencionou ver um desafio na COMIGRAR e nas políticas migratórias seguindo, ressalta alguns momentos históricos que considera importantes como: o Fórum de Porto Alegre que em suas palavras “Abre um debate importante para a questão migratória no mundo”; o fórum de Madri em 2006 que tira, na sua resolução, a marcha dos migrantes a ser realizada em 18 de dezembro; o fórum de 2010 em Quito que traz o debate sobre o migrante através da perspectiva local. Ressaltou também a importância do antropólogo Sidnei Silva, que realizou diversos estudos com a comunidade dos Bolivianos.

²⁶ Informação disponível no site <http://migramundo.com/2014/05/09/saiba-quais-sao-as-oficinas-tematicas-que-acontecerao-na-COMIGRAR/>

Em seguida o Geógrafo Helion Póvoa Neto comenta sobre a importância do debate em torno das migrações e menciona sobre uma lista de contatos na qual notícias referentes à migração são veiculadas:

Acompanhamos com muita atenção os debates em torno da questão migratória. Nossa lista funciona há 14 anos e podemos falar de uma certa unidade em rede. Precisamos ter um certo ceticismo sobre o que está acontecendo, entretanto é necessária uma medida de um certo otimismo. A informação não é unicamente leiga. Precisamos lutar para criarmos energia em construir conhecimentos entre ativistas, militantes acadêmicos entre outros em favor dos migrantes.

Seguindo a metodologia da Antropóloga Bela Fieldman, o Antropólogo Sidney Silva faz seu relato, o antropólogo faz uma retrospectiva sobre sua trajetória dentro do tema referente a migrações, seu relato é em suas próprias palavras uma memória:

Gostaria de ressaltar já que falamos de memória, a pastoral do migrante. Lá nos anos 80 foi um momento importante, a conceptualização do termo "migrante". Já na década de 70 migrantes e refugiados. Recordo Luiz Bassegio como grande articulador de tais questões. Fazendo um levantamento cronológico de datas importantes começo em 1985 ano de criação da Pastoral do Migrante, em 1988 a criação da revista travessia que foi um periódico importante e uma ponte entre militantes e academia. 1992 ano em que cheguei a São Paulo, tínhamos um problema grave nas mãos, os filhos dos migrantes não podiam estudar nas escolas Públicas. 1997 ano em que me envolvi com imigrantes Bolivianos, escrevi o livro costurando sonhos, o que gerou certo problema para mim. Nossas pesquisas também tem uma importância de mobilização cultural. Saber que hoje os migrantes são protegidos nesse sentido (Sentido que gerou certo problema, escrever sobre o que ocorria nas oficinas de costura, foi o meio que denunciar tais ações e isso teve seu lado negativo) o que ocorreu foi um grande ganho.

O senhor Paulo Sergio de Almeida, presidente do CNIG, conselho nacional de imigração foi o último a dar seu relato. Dentro desta oficina foi o que mais fez uso da palavra, dentre os diversos pontos abordados, mencionou as conquistas que o CNIG realizou nos últimos anos, da sua importância no momento de maior fluxo migratório Haitiano para o Brasil, e sobre sua própria visão referente a tais memórias em suas palavras:

O CNIG é um órgão tripartido, e também tem representantes da sociedade civil, sempre condicionando o debate entre sociedade e governo. Nos últimos anos houve uma mudança enorme, antes o Conselho estava mais de um ponto de vista formal, ao longo dos anos ele vem se consolidando como uma outra característica. Comecei a trabalhar no CNIG em 2005.

Quanto aos haitianos, nossa postura é acolhe-los. Acredito que o CNIG sempre lutou como um órgão do governo para tratar a questão do migrante da melhor maneira possível.

Para concluir agora em 2013 lançamos o observatório das migrações, pois há uma defasagem nos dados referente a migrantes no país e eu particularmente defendo que a política tem que ser documentada.

A oficina é encerrada com as palavras de Bella Fieldman:

O caso dos haitianos acabou trazendo a questão migratória como ponto bastante importante, entretanto esse debate é muito antigo. A ideia desta oficina era demonstrar isso.

Ao término do segundo dia, saio da sala e encontro alguns imigrantes conhecidos do tempo em que trabalhava na Câmara Municipal, pergunto sobre como foi o dia de debates de cada um, como estão, e descubro que um deles conseguiu naquele ano o documento final dizendo que ele poderia ficar no País. O relato veio acompanhado de um sorriso largo, como se houvesse esperança ao final de tudo. Entretanto outra imigrante que conversava conosco diz “não se anime muito, o que aconteceu aqui, se sair do papel, o que eu duvido, será sim um motivo de felicidade”.

No último dia da COMIGRAR voltamos à Casa de Portugal e foram apresentados a alguns resultados parciais do que ocorreu durante o processo da COMIGRAR. Diferente da mesa de abertura, a mesa de encerramento contou com diversas falas, muitas delas de imigrantes que ressaltavam o papel do migrante como agente. Conforme podemos observar abaixo:

Agora sim os emigrantes começam a entrar nas casas levar os problemas para que todos saibam para que se possa fazer tudo mais rápido. Agora abriram as portas para nós, vamos continuar indo em frente. Estamos lutando por uma mesma coisa, não estamos no Brasil para fazermos coisas erradas, estamos para ajudar e ser ajudados. (Massar Sar - Imigrante).

Os resultados da Feira Nacional foram ao todo muito interessantes, dali foram firmados 47 acordos. Na mesa foi anunciado dois pedidos de leitura de moções um referente a trabalho escravo, lido por Silvana Roma: “*O primeiro COMIGRAR manifesta seu repudio a qualquer iniciativa que tende de diminuir o que se caracteriza por trabalho escravo*”, referente à emenda 57A que seria promulgada. Segundo a mesa, a segunda moção foi referente a um caso particular e por isso não foi lida. Por fim foi convidado que um representante de cada nacionalidade fosse ao palco, e como ato final a palavra de um migrante seria solicitada, aparentemente todos os migrantes abriram mão de falar. Uma cantora foi convidada para cantar e cantou o Hino da África. Assim foi o encerramento da COMIGRAR.

O que se procurou demonstrar neste capítulo é que mesmo em um momento no qual aparentemente se tem um processo popular de formação de agenda, mais precisamente da elaboração de um novo texto para o estatuto do migrante diversas são as visões a respeito do mesmo tema. Ao falar sobre como foi o procedimento da COMIGRAR e de todas as etapas que a alicerçaram, o Sr. Paulo Abrão aparece como porta-voz deste processo, fomentando a ideia de uma opinião pública, que conforme evidenciado em alguns trechos do trabalho remontam a ideia de Bourdieu (1973) de que esta não existe. Questionamos ainda que brevemente alguns pontos, tais como porque determinadas pessoas são selecionadas para compor a mesa de abertura; porque a porta voz da sociedade civil e imigrante ficou sentada (alocada) fora da mesa; porque na sala de debates do primeiro dia foi por mais de uma vez solicitado que experiências pessoais não fossem muito abordadas ali. Essas são relações na qual se mostram presentes pequenas microfísicas do poder (Foucault, 1980).

Procuramos demonstrar que determinados espaços são fomentadores de falas plurais e bastante ricas, que estas fazem mais sentido quando inseridos em tempo-espaço. Trabalhamos com a construção da diversidade de falas em torno de determinados temas para demonstrar que, embora participando de um mesmo debate, respostas diferentes podem ser recebidas. Sendo assim, compreender o que estes migrantes têm a dizer sobre o processo de criação do

estatuto do estrangeiro trará uma pluralidade de respostas e será com estas que o próximo capítulo se debruçará.

Acreditamos que, embora o esforço de ouvir diversas visões a respeito do tema seja feito, dificilmente chegaremos a um consenso, entretanto salientamos que toda fala deve ser valorizada e que a construção de tal análise evidenciou aspectos importantes para a compreensão acerca dos próprios grupos.

No próximo capítulo abordaremos com mais precisão os bolivianos, e o que estes entendem a respeito da lei do estrangeiro, pois como ficaram evidentes neste capítulo, alguns imigrantes são “conhecedores”, entretanto nos interessa adentrar mais, saindo, portanto, de um olhar macro (COMIGRAR) para um olhar mais isolado e micro.

Capítulo III. Muito além do boliviano da oficina de costura: nuances da imigração boliviana para São Paulo.

No capítulo anterior observamos uma das mais recentes tentativas de modificação do estatuto do estrangeiro, e seus desdobramentos. Durante a COMIGRAR, os imigrantes presentes demonstravam ter conhecimento sobre a situação jurídica dos estrangeiros, contudo vale lembrar que esse conhecimento não necessariamente os tornam *experts*, entretanto demonstra que, por determinados fatores, o dia a dia os faz ter tal conhecimento.

Buscamos demonstrar que, no Brasil, os fluxos migratórios sempre existiram, assim como os atos normativos que lhe dizem respeito. Esclarecemos também que o atual Estatuto do Estrangeiro, promulgado durante o período militar, é ultrapassado e que por diversas vezes se tentou modificar o texto da lei. Saímos de uma visão mais macro, em que primeiro abrangemos o histórico da migração no País e suas normatizações, passando para o olhar de um momento específico em que se tenta alterar a lei, mas que ainda assim abrange uma grande gama de agentes, e atores de diversas nacionalidade, e chegamos a uma visão mais micro, observando o fluxo boliviano para a cidade de São Paulo.

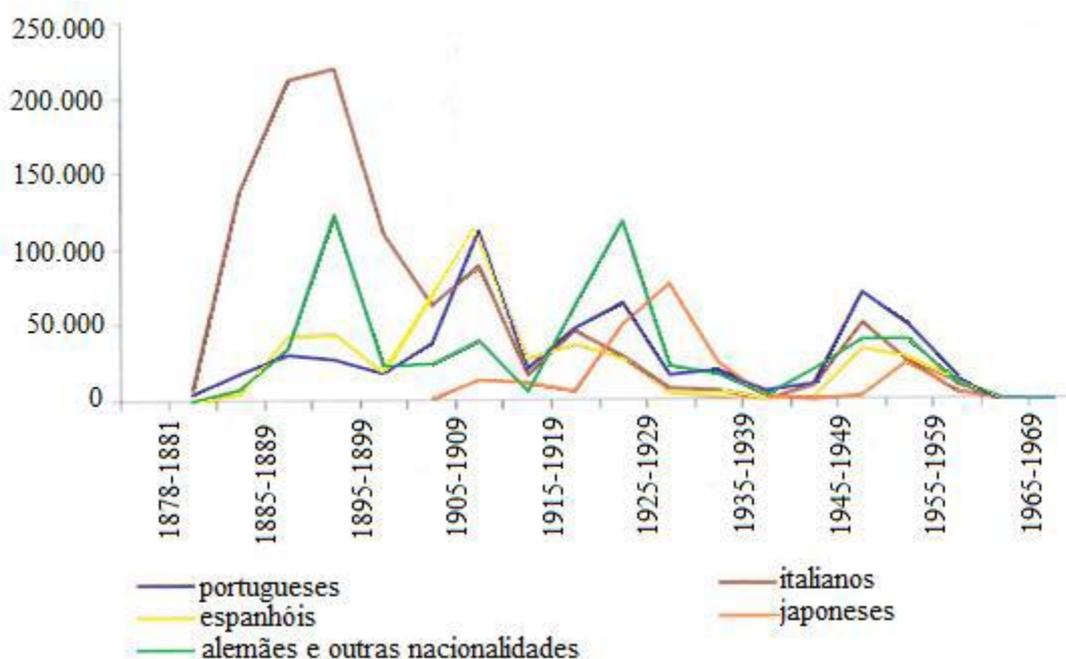
3.1. Recortes sobre a imigração boliviana na cidade de São Paulo: - breve histórico

A cidade de São Paulo é famosa pelos diversos fluxos migratórios que já recebeu durante a história, segundo Baeninger (2013), ao longo de mais de 200 anos, a composição da cidade de São Paulo foi moldada pela chegada de mais de cinco milhões de migrantes de várias nacionalidades e regiões do Brasil.

De fato, caminhar pela cidade atualmente é reviver um trecho deste passado, alguns bairros como o da Liberdade ou a Mooca, são um “testemunho vivo” de fluxos de imigração para a cidade. O estudo elaborado por Baeninger (2013) aponta que, entre 1885 e 1927, entraram na cidade de São Paulo aproximadamente dois milhões e meio de imigrantes estrangeiros, atraídos principalmente pela expansão da cafeicultura e a crescente urbanização.

Ao observarmos o gráfico que se segue, podemos observar melhor os altos índices relacionados ao período em questão.

Imagem x- Imigrantes segundo nacionalidade - Estado de São Paulo.



Fonte: Bassanezi et al, 2008

A autora aponta que a maior comunidade a chegar entre os anos de 1872 a 1929 foi a italiana, seguida pela portuguesa, espanhola, alemã e japonesa. Ao observarmos o gráfico abaixo elaborado a partir dos dados de entradas na cidade de São Paulo, podemos traçar resumidamente um breve histórico acerca dos índices, acompanhando deste modo os fluxos, sendo assim o primeiro ponto de partida é a abolição da escravatura (1878 – 1889, maior pico migratório). Com a abolição e a crescente da economia do café foi necessário que “braço fortes para a lavoura” (Seyferth, 2007) fossem introduzidos no Brasil, mais especificamente na cidade de São Paulo, e é neste momento que italianos passam a ser uma

opção para mão de obra livre e assalariada, segundo Telarolli Jr. (1995, p.33) “a primeira tentativa realmente significativa de suprir a lavoura de exportação com mão de obra livre foi a do senador Vergueiro, proprietário na região de Limeira, que em 1847 se tornou o primeiro produtor a introduzir o trabalho assalariado na cafeicultura”. O autor aponta em seu trabalho, que devido a uma série de questões entre elas culturais, higiênicas e financeiras, o governo da Itália não foi favorável quanto a vinda de italianos para o Brasil.

Em 1886, pouco antes do início da imigração em massa, o Ministério do Interior da Itália emitiu uma circular aos prefeitos do país, manifestando-se contra o embarque de italianos para o Brasil, especialmente para a Província de São Paulo. (...). Tão grande era o temor dos europeus à febre amarela, que algumas vezes os navios se recusavam a atracar nos portos de Santos e do Rio de Janeiro. (Telarolli Jr., 1995, p.35).

No início do século 19 ocorre uma queda neste fluxo, segundo Levy (1974) a principal razão foi o decreto italiano promulgado em 1902, por Prinetti, proibindo a imigração para o Brasil²⁷. Ainda sobre o gráfico, notamos a entrada de espanhóis, alemães, portugueses dentre outros. Ribeiro (2011) demonstra que devido ao Acordo de Taubaté, que visava proteger a economia cafeeira, tais fluxos foram possibilitados. Segundo Cánovas (2012, p.12) durante a década de trinta a guerra civil espanhola fez com que o fluxo para o Brasil se tornasse uma opção de fuga para essa comunidade. Quanto ao fluxo imigratório japonês²⁸, em 1907, Ryu Mizuno, presidente da Kokoku Shokumin Kaisha (Companhia Imperial de Emigração) fechou um contrato com o governo do estado de São

²⁷ Segundo o autor as tentativas de coibir a entrada de italianos no Brasil ocorreram também em 1882, 1884, 1888, 1889, 1892 e por fim em 1902. Para mais informações a respeito ler: Rodolpho Telarolli Junior, Poder e saúde: as epidemias, 1995.

²⁸ Segundo dados do museu de imigração japonesa em São Paulo, entre 1908 e 1975 estima-se que tenham entrado no Brasil cerca de 250 mil japoneses, aproximadamente.

Paulo, e em 1908 desembarcariam no porto de Santos, 781 imigrantes, entre eles 186 mulheres que compunham 168 famílias (DAIGO, 2008)²⁹. Na tabela que se segue, podemos observar o número aproximado de imigrantes que trabalhavam com o café.

Mão-de-obra imigrante no café

Imigração para o Brasil, por nacionalidade, por décadas de 1884-1893, 1924-1933 e 1945-1949								
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)								
Nacionalidade	Década							
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933	1945-1949	1950-1954	1955-1959
Alemães	22,778	6,698	33,859	29,339	61,723	5,188	12,204	4,633
Espanhóis	113,116	102,142	224,672	94,779	52,405	4,092	53,357	38,819
Italianos	510,533	537,784	196,521	86,320	70,177	15,312	59,785	31,263
Japoneses	-	-	11,868	20,398	110,191	12	5,447	28,819
Portugueses	170,621	155,542	384,672	201,252	233,650	26,268	123,082	96,811
Sírios e Turcos	96	7,124	45,803	20,400	20,400	N/A	N/A	N/A
Outros	66,524	42,820	109,222	51,493	164,586	29,552	84,851	47,599
Total	883,668	852,110	1,006,617	503,981	717,223	80,424	338,726	247,944

Disponível em: http://www.bussolaescolar.com.br/historia_do_brasil/imigracao_no_brasil.h

Outros fatos históricos³⁰ tais como a Primeira Guerra Mundial a Crise em 1929, ocorreram, dentro do gráfico acima apontado e influenciaram diretamente os índices de entrada de

²⁹ Para mais dados sobre imigração japonesa ver SAKURAI (1993, 1999).

³⁰ Em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, foi revogada a Lei de Cotas. De acordo com a lei, só podiam entrar no Brasil até 2% por nacionalidade total de imigrantes que haviam entrado no País nos últimos 50 anos, ficando apenas os portugueses excluídos deste decreto.

estrangeiros³¹. A partir dos anos setenta, um grande número de refugiados libaneses começa a entrar no Brasil, neste mesmo período, tem-se o início da imigração de sul-coreanos, e chineses, estes se dedicavam principalmente à confecção de roupas na cidade de São Paulo. Segundo Silva (1958), a partir da década de 1970, a crescente industrialização do País, a emergência dos regimes autoritários em alguns países da região e a recrudescência desses regimes em outros, fez com que o fluxo de imigrantes latino-americanos em direção ao Brasil ganhasse relevância.

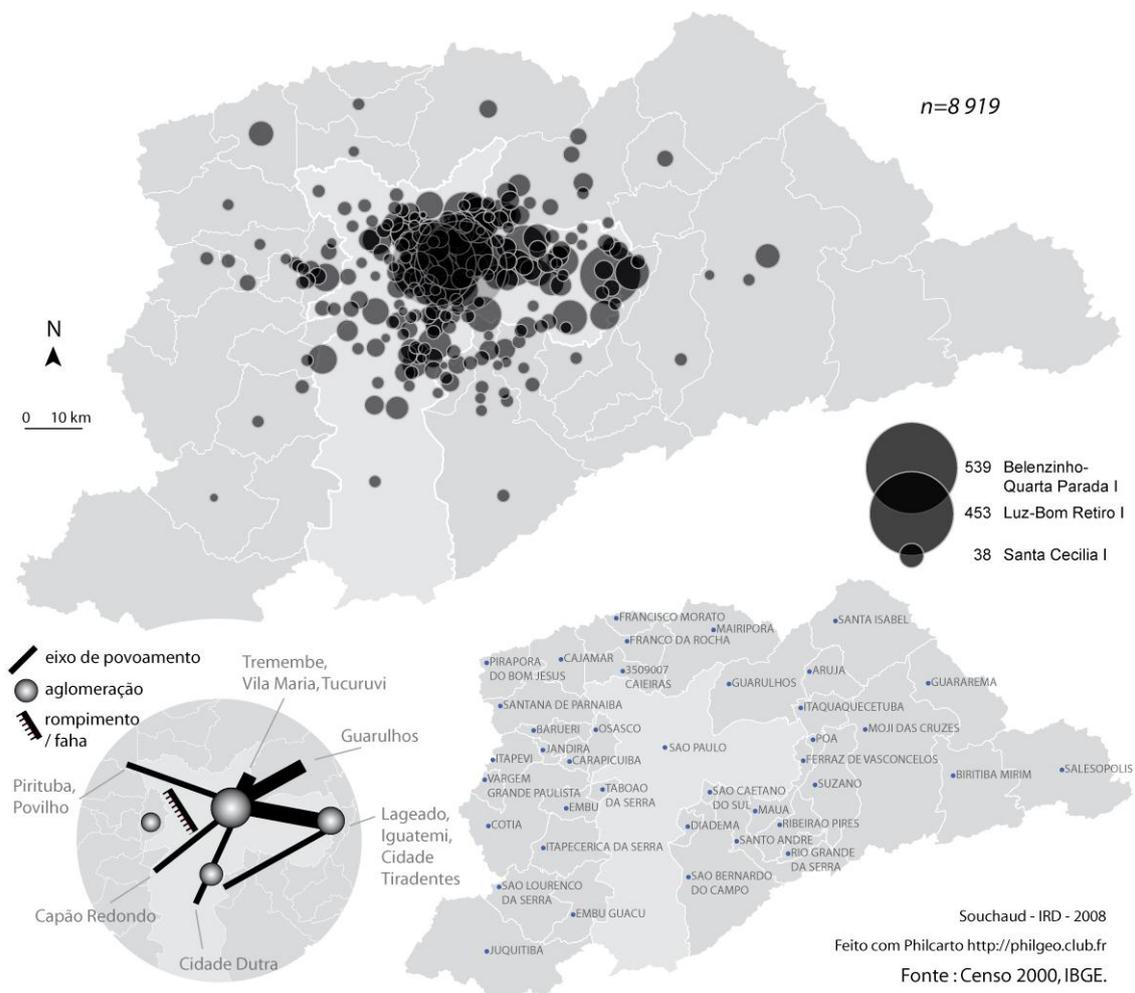
E neste contexto se insere, aos poucos e ganhando cada vez mais espaço, a imigração Boliviana. Sidney Silva (2006) afirma que, a partir de 1950, convênios de intercâmbio científico e cultural entre Brasil e Bolívia estimularam a migração de estudantes de medicina, engenharia e, de uma maneira geral, profissionais liberais. Mais tarde em 1980 um novo fluxo de migrantes Bolivianos aparece na cidade de São Paulo, entretanto agora caracterizado por jovens de ambos os sexos, solteiros e de escolaridade média, que migraram atraídos principalmente pelas promessas de bons salários feitos pelos empregadores coreanos.

Segundo dados do IBGE, em 2010 o País recebeu 268,5 mil migrantes internacionais, 86,7% a mais do que em 2000 (143,6 mil). O trabalho de Souchaud (2007) aponta para dados do IBGE referente à comunidade Boliviana, segundo ele no censo do IBGE, em 2000, 8919 pessoas residentes nos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) declararam ter nascido na Bolívia. O autor ressalta que quando se trabalha com o censo de 2000, referente à imigração boliviana, este dado é específico quanto ao número de residentes, e que portanto a estimativa de bolivianos na cidade de São Paulo vai muito além dos números apresentados, assim como afirmam outros autores,

³¹ Para obter mais informações a respeito dos fluxos de estrangeiros para São Paulo acessar: <http://museudaimigracao.org.br/centro-de-preservacao-pesquisa-e-referencia/historico-das-imigracoes/>

ONGS, e possivelmente até a Polícia Federal, o número estimado de aproximadamente 9000 bolivianos vivendo em São Paulo seja na verdade muito maior.

Conforme apontado anteriormente, a imigração Boliviana teve pelo menos dois grandes fluxos para a cidade de São Paulo, o de 1950 e o segundo entre 1970 e 1980. Ainda que um breve passeio por ruas de bairros que não do centro demonstrem que os Bolivianos não estão única e exclusivamente no centro da cidade, é lá que se encontra a sua maior concentração. O mapa que se segue permite perceber com clareza essa distribuição:



Distribuição de Imigrantes Bolivianos na Cidade de São Paulo. Imagem x. Fonte: SOUCHAUD, 2010, p. 284.

Segundo dados apresentados no Jornal Folha de São Paulo (2013), esta primeira geração que se inseriu na capital paulista tem ascendência europeia, e hoje moram em bairros de classe média alta como Higienópolis e Morumbi. Em uma das entrevistas realizadas pelo jornal, é possível observar que o imigrante daquele momento era potencialmente mais “qualificado”:

“Depois que me formei no secundário, em Cochabamba, ouvi sobre o movimento de estudantes para cá e vim fazer medicina”. Relembra Hemogenes Tapia Rojas, 75, morador do Morumbi. Após concluir o curso, em 1963, em Sorocaba, voltou para a Bolívia. E, um ano depois, mudou-se para a capital paulista a fim de se tornar ortopedista. Atuou no Hospital das Clínicas e na Santa Casa, nos quais era chamado de “gringo”. Porém, diz que não se sentiu discriminado.³² (Jornal Folha de São Paulo, 2013).

Posteriormente observaremos como, o perfil que se iniciou nos anos cinquenta ainda hoje tem representantes. Referente à ocupação dos espaços na cidade de São Paulo, Souchaud (2007) assinala para pelo menos dois tipos o primeiro e mais clássico, no centro da capital e o segundo direcionado para os subúrbios. Segundo o antropólogo Sidney Silva (2006) estes imigrantes bolivianos resinificaram determinados espaços na cidade e a praça Kantuta é o exemplo abordado pelo autor. A praça que recebe este nome devido a uma flor nativa da Bolívia, é também um marco da negociação da comunidade com a prefeitura da cidade segundo apontou dados retirados do campo.

Nos finais de semana, além da feira gastronômica, a praça vira um grande palco de manifestações culturais. Cymbalista e Xavier (2007) apontam que a Praça Kantuta é também um dos pontos que ativam a rede de solidariedade. Para os autores:

A Kantuta chega a receber 5.000 pessoas por domingo, é um dos mais importantes locais de encontro e preservação da cultura boliviana na

³² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/06/1295108-bolivianos-se-tornam-a-segunda-maior-colonia-de-estrangeiros-em-sp.shtml>

cidade e é bastante reconhecido pela comunidade. Mesmo quando os questionários foram feitos fora da Kantuta, todos os entrevistados disseram ter ido pelo menos uma vez ao local, especialmente no período de chegada e adaptação à cidade. (CYMBALISTA e XAVIER, 2007, p.67).

Notou-se durante as idas a campo, que muitos circulam ali em busca de emprego, ofertas de aluguéis, trocas de informações a respeito da cidade de origem dentre outros.

Descendo do metrô Armênia caminho em direção a praça, pelo caminho já é possível observar alguns bolivianos caminhando rumo ao mesmo destino que eu. Sei que estou chegando quando avisto o improvisado estacionamento de carros, que fica logo na entrada da rua que leva a praça. Neste dia, observo que ali, próximo ao estacionamento, tem uma grande fila, pela minha contagem aproximadamente 25 pessoas. Um pouco mais a frente um grupo ensaia coreografias próximo a uma das barracas que ficam no entorno. Dou uma volta pela praça o que vejo são barracas lado a lado, vendendo alimentos, bebidas, objetos, e produtos típicos da Bolívia. É comum perceber nas barracas a bandeira da Bolívia, ou tecidos com as cores que remontam os “tecidos andinos”, bem no centro da praça tem uma quadra, nela outras pessoas ao som de músicas típicas dançam. Os grupos embora façam passos que ao meu ver se assemelhem bastante, não compõem uma unidade. Conforme retorno na praça vou percebendo, as singularidades das diferenças. Conversando com uma de minhas principais fontes na praça, descubro que aquela fila, se trata na verdade, de uma fila de emprego, e que é muito comum que ali na praça donos de oficinas ofereçam emprego, e por sua vez imigrantes ofereçam sua força de trabalho. (Trecho retirado do caderno de campo).

A Praça Kantuta assim como a migração boliviana é foco de bastante estudo³³, Pucci (2014) observou qual a recepção que os “nativos” (paulistanos ou moradores nascidos brasileiros) da região tinham para com os “outsiders”(bolivianos). Seu estudo se baseia na concepção do autor Cardenas (2006) para quem o preconceito dos “nativos” se manifesta de duas maneiras; sutil e manifesto, haveria para o autor três sujeitos que na obra de Pucci são analisados, são eles; o sujeito fanático, o sujeito sutil e o sujeito igualitário. Pucci (2014) notou a presença de ambos no entorno da praça Kantuta. O sujeito fanático, por exemplo, se refere à questão do trabalho. Em pesquisa realizada entre os anos de 2010

³³ Ver: BAENINGER (2012); TRUZZI (2012); ROLNIK(2007); MANETTA(2012); MAGALHÃES(2010).

e 2011 o autor colheu depoimentos que elucidam e caracterizam cada um destes sujeitos, no exemplo abaixo tem-se apontado pelo autor um exemplo de como seria o sujeito fanático: Porcos, muito porcos. Muito... E muito escravo. Eles são muito escravizados. (...) Mas eles são sem cultura. Eles não têm um mínimo de civilização. (...) Pra nós são coitados. (Vizinho do Brás, aposentado). (Pucci, 2014, p. 6). O sujeito sutil por sua vez pode ser considerado como mais moderado, para ele a presença dos bolivianos causa pouco impacto, ainda que entre estes sujeitos não exista uma ligação muito próxima com a comunidade de imigrantes. Por fim segundo aponta Pucci (2014) os sujeitos igualitários, são mais próximos, frequentam as festas, em outras palavras participam mais do cotidiano dos imigrantes. Pucci (2014)

Tais posturas tomadas pelos “nativos”³⁴ são entre outros reflexos da mídia que constantemente atrela bolivianos a oficinas de costura e a trabalhos análogo escravo. Tal imagem já foi explorada por Silva (2007) segundo o autor, os imigrantes Bolivianos sofrem preconceitos devido à frequência com a qual a mídia veicula imagens depreciativas a respeito deles, acarretando em constrangimentos, e em discursos relacionados ao fato de que tais migrantes só deveriam vir para o Brasil uma vez que estes tivessem com sua situação trabalhista definida. Segundo estudo realizado por Souchad (2010), 44,1% dos imigrantes ativos e ocupados trabalham na confecção de artigos do vestuário e acessórios, 2,6% representam os vendedores ambulantes, 6,2% dos imigrantes exercem atividades qualificadas, outros 2,0% são dentistas, por fim 1,3% são dirigentes de empresas empregadoras com mais de cinco empregados.

3.2. Heterogeneidade na comunidade – Depoimentos

³⁴ Para mais detalhes ver ELIAS e SCOTSON, 2000.

Durante minhas idas a campo pude observar questões sobre tantos diversos temas que apenas uma dissertação não seria capaz de reproduzir tudo. Entretanto, alguns pontos que já foram abordados por autores como Sidnei Silva, Baenger, Truzzi e tantos outros acadêmicos que se debruçaram sobre o tema. Alguns pontos considero importante de serem salientados, a comunidade boliviana na cidade pode ser considerada uma das maiores visualmente quando se fala em quantidade percentual no que se refere a imigração latina para a cidade. E de fato, os dados obtidos pelo IBGE apontam que esta comunidade é a que mais cresce dentre as demais isso, no entanto, não significa que paraguaios, peruanos, dentre outros não estejam em constante crescimento.

A escolha da comunidade partiu, como exposto na introdução, de uma série de fatores interligados. Ter certo conhecimento deles me facilitou alguns questionamentos, e também a abertura para fazer os questionários e o próprio campo. Porém mais uma vez é importante lembrar como essa comunidade é rica culturalmente falando, suas festas movem um grande número de pessoas, e são cada vez mais um momento de confraternização entre os diferentes grupos étnicos da Bolívia que se apresentam na capital paulista. Notei durante meu campo, que a festa das Alasitas e a festa de nossa senhora de Copacabana é para eles como o carnaval e talvez o dia de nossa senhora de Aparecida é para nós importante para muitos, porém não compartilhado por todos.

As festas, se colocam em um local, não apenas de encontro, ou de lazer, vai além disto: elas são um local onde o prestígio e o status a todo instante estão presentes. Sidney Silva bem aponta para o fundamental papel do *passange*³⁵, na comunidade e o prestígio atribuído a ele. Acompanhei o carnaval boliviano duas vezes, entretanto elas não ocorreram no meu campo. Acredito que outro ponto muito questionado sobre a comunidade boliviana é o segmento da costura e sua intrínseca relação com o trabalho escravo. Muitos dos meus entrevistados trabalharam com costura, entretanto nem todos se disseram muito explorados, inclusive a própria categoria de trabalho “análogo escravo”

³⁵ Segundo Sidnei Silva uma das formas de se conseguir o reconhecimento social é a realização de uma festa através dos “presterios y posantazgos” que exige dos mesmos o dispêndio de altas somas de dinheiro. De acordo com Mario Montão Aragon citado por Sidnei Silva.

pode ser mais explorada, o que exatamente isso quer dizer para quem diz. Um brasileiro que vai para os Estados Unidos lavar pratos ou ser garçom, normalmente ganha por hora, sendo assim, muitos trabalham mais, para também ganhar mais. Será que eles se consideram escravo? Essa questão mostrou-se presente em campo. Um boliviano expõe que para ele essa questão é cultural, conforme exposto no texto, e para além disso, tomei conhecimento dos valores das peças de roupas utilizadas durante as festas da comunidade, um chalé parte da indumentária, pode chegar a custas cerca de trezentos dólares, o que desmistifica a comunidade como sendo pobre. Na verdade, em seu trabalho de campo, Silva já havia observado que na Bolívia, essa questão é bastante demarcada, o que se demonstrou foi uma clara divisão social dentro do país, entre uma minoria branca rica, e uma maioria de ascendência indígena. Tal característica é compreendida de modo cultural por Mario M. Aragon (*apud* Silva, 1996, p.65), da seguinte maneira :As classes altas e parte das médias estariam configuradas pela cultura hispano-criolla, a cultura dominante. Por outro lado, a maior parte das classes médias e parte baixa são portadoras da cultura chola. E, finalmente, as classes baixas seriam expressão das culturas Kichuo-aymara e outros grupos silvícolas, os quais são considerados inferiores pelos próprios indígenas aymaras e quéchuas. (Aragón *apud* Silva, 1996, p.65).

Logo o que podemos perceber é que, existe uma parcela da população que possui bens, e uma classe social que procura crescer financeiramente dentro do país. Muitas vezes estes casos, quando ocorrem, demoram a ser associados a uma ascensão de fato, pois os traços físicos acabam em alguns casos falando mais alto.

Um de nossos entrevistados, Alan, teólogo, filho de pai brasileiro e mãe boliviana me revela por exemplo que nunca sofreu preconceitos em São Paulo, pois não é considerado boliviano:

Entrevistadora: Alguma vez você, ou conhece alguém, teve que ir ao SUS ou matricular o filho na escola? Sabe das dificuldades ou se foi tratado normal? Já teve que ir ao hospital público? E como foi?

Entrevistado: Foi normal pra mim. O único chato é que nos postos de

saúde do Brasil há demora., no meu caso eles me tratam diferente porque não acham que sou boliviano. Mas se o brasileiro vê o boliviano, como baixinho e moreno, ele trata diferente. (Alan)

Em todo caso, a população na Bolívia, segundo aponta Silva, encontrou meios de ascender, como o caso acima descrito, através da via eclesiástica, porém este caso não é isolado, muitas chollas³⁶ enviam seus filhos à escola para que estes se tornem profissionais liberais, tais como médicos, advogados e professores e deste modo consigam status e prestígio na comunidade. Neste tópico, falaremos do momento em que alguns dos entrevistados chegam ao Brasil, em especial à cidade de São Paulo. Os nomes utilizados aqui são fictícios a fim de preservar a identidade de cada entrevistado. Acreditamos que desta forma ficará mais claro sustentar a hipótese de que existem diversas “Bolívias” em São Paulo, vividos através de diferentes atores, com perfis aparentemente parecidos, mas bastante distintos quando observados mais de perto.

“ Eu achava que era um dia de festa. Me largaram no vale do Anhangabaú, um garoto de 14 anos ninguém liga para o tamanho, não chama atenção passa despercebido (...) na verdade acho que hoje ainda passo aos meus 73” (Lucas)

Lucas nasceu em Cochabamba, imigrou para o Brasil em 1957, aos quatorze anos de idade. Conta que queria melhores oportunidades na vida, que sua viagem era realizada principalmente através de carona. Intitula aquele momento de sua vida como “um imigrante largado”. Sua trajetória caminha até a cidade do Rio de Janeiro, onde segundo ele, aprendeu sobre artes, sua faculdade, diz ele, foi a faculdade da vida onde saiu diplomado. Aprendeu sobre maneiras de trabalhar com determinados elementos artísticos, atualmente mora na cidade de São Paulo, é pintor e, através do conhecimento adquirido através de cursos no decorrer de sua vida mesclada à sua história de vida, hoje também

³⁶ Chollas são mulheres frutos de miscigenação entre o homem branco e o indígena. O mesmo vale para Chollos, ainda segundo Ozzie Simmons “um cholo pode ser classificado como mais ou menos ‘criollo’ dependendo do grau de sua orientação em direção à cosmovisão mestiça” (Sidnei Silva, p. 69 citando Ozzie, 1987, p.80).

viaja para dar palestras motivacionais. O perfil do Lucas configura um tipo de imigração que atualmente vem sendo mais abordada. Ou seja, o de crianças, jovens migrando sem a companhia de um adulto responsável. Lucas pode ser considerado um exemplo ilustrativo de que já na década de 60 a imigração de menores desacompanhados já ocorria, talvez em menor número e por isso, não sendo o foco da atenção midiática.

Amanda, nossa outra entrevistada é bastante religiosa³⁷, nasceu em La paz, começamos nossa entrevista, e aos poucos ela vai me contando sobre suas vivencias na cidade. A mais de dez anos no Brasil me diz que vir para o País foi um planejamento familiar, imigraram primeiro com os dois filhos e só mais tarde o marido imigrou. Ele a acompanhou até a fronteira com o Brasil, entretanto ficaria caro para ambos atravessarem, na época seus filhos menores de idade lhe deram coragem para prosseguir e conquistar um futuro melhor. Me revela, que não ter conhecimento da língua foi uma grande dificuldade até a chegada em São Paulo. Em 2011 voltou para a Bolívia, mas apenas para uma visita rápida, segundo ela, os planos são “ir ficando no Brasil, minha segunda terra”:

(...) quando estava em Bolívia, não havia trabalho quando eu saí de lá, não havia trabalho, não havia como, tinha que trabalhar somente para o dia, e eu tinha meus filhos pequenos e não sabia muitas vezes como atender a eles, e estando aqui pelo menos, já, já pude trabalhar, começo a trabalhar começo ilegalmente, mais, depois foi mais, é, como eu posso dizer, mais... certo, legalmente já, e com mais oportunidade, Em outro trecho da entrevista diz: mesmo antes de vir, eu passei por essa situação, ou podia estudar, ou podia trabalhar, não podia fazer as duas coisas ao mesmo tempo muito mais sendo de um lugar humilde. (Entrevista realizada com Amanda).

Conforme observamos sobre as redes de solidariedade, estas fazem toda a diferença no momento de decisão e chegada em São Paulo, segundo Carleial (2002):

³⁷ A questão da religiosidade entre os imigrantes é apontada por Sidney Silva como uma das formas de ascender socialmente, manter relações de solidariedade, além de todas as outras questões a que se refere o próprio culto e suas crenças.

As redes de solidariedade aos imigrantes são tipos de estratégias econômicas e sociais, que permitem oportunidades de emprego e de convivência, amenizam os conflitos decorrentes das adversidades encontradas no lugar de destino, viabilizando o processo migratório. (Carleial, 2002).

Neste caso, essa rede auxiliou desde a chegada de Amanda até a inclusão dos filhos em escola pública.

Eu vim, assim, por terra, sozinha, não através de agência (coyotes)³⁸, porque eu tenho uma irmã que vive aqui quase trinta anos e o esposo dela é brasileiro, e ele orientou muito a nós, e isso facilitou para mim, eu não sofri nenhum tipo de trabalho escravo, posso dizer, porque meu cunhado me ajudou muito, me ajudou até mesmo a falar, a buscar a vaga para a escola dos meus filho, então me ajudou muito. Eu não sofri muito com essas coisas que muitos bolivianos têm passado né, quando vem com dívida e tem que trabalhar mais de meio ano para pagar essa dívida. (Entrevista realizada com Amanda)

De fato, o que nosso campo nos mostrou, que foram muito poucos os casos em que as redes de familiares ou de solidariedade não foram ativadas. As motivações destes outros, vão de encontro com sua condição financeira e pretensões na cidade, em um dos casos, o que observamos foi na verdade uma negação e aversão ao grupo, e sendo assim, não fizeram uso destas redes. É interessante perceber como para alguns a utilidade destas redes mais tarde viria a ser também um espaço de “dádivas”, pois, uma vez que tendo vindo para o Brasil com ajuda de um compadrio, muitos imigrantes adquirem dívidas e passam meses às vezes até anos para pagarem, o

³⁸ Neste caso, quando a entrevistada se refere à agência, na verdade se refere aos serviços prestados por coyotes, pessoas que cobram para trazer a pessoa através da fronteira, sem documentos, e de maneira ilegal.

que acaba gerando o que se conhece por dívida de servidão, e mais tarde um trabalho análogo ao escravo. Entretanto, é preciso reforçar que, nem todas as relações presentes nas redes culminam no descrito acima. Como é o caso de nossa entrevistada, que acionou sua rede de familiares, e segundo seus próprios relatos, não teve nenhuma dívida a ser paga em troca de seu trabalho. Para além das redes, Sidney (1996) aponta para outras relações (apadrinhamento, de compadrio, de *paisanaje* ou de parentesco) que se tornam fundamentais para a inserção do imigrante a um novo contexto sociocultural.

Em se tratando de contextos socioculturais, o ambiente escolar, segundo os entrevistados foi um excelente ambiente, pois não apenas os filhos que estavam matriculados aprendiam como ao chegar em casa os ensinamentos eram compartilhados. Amanda, uma de nossas entrevistadas, me revela que uma das formas que conseguiu aprender mais sobre a cultura brasileira e o próprio português foi através da socialização de seus filhos no convívio escolar.

Eu aprendi muito também com meus filhos, porque eles vão para a escola, estão aprendendo com a cultura daqui, estão crescendo assim e eu estou aprendendo muito com eles, é a parte das coisas que passam em assim, algumas como eu me sinto nas casas e nas oficinas, se sentem exilados, se sentem rejeitados. (Entrevista realizada com Amanda).

Entretanto, é de conhecimento que o ambiente escolar às vezes pode ser bastante hostil, muitas crianças reproduzem a xenofobia, e certas discriminações que aprendem em casa, segundo Maria³⁹, uma de nossas entrevistadas, quando chegou no Brasil não

³⁹ A entrada desta nossa entrevistada no Brasil, nos remete ao fluxo de profissionais mais qualificados ao qual Silva se refere, entretanto, com certas mudanças, seu pai na época era contador e veio para o Brasil com toda a família. Durante a entrada no País, ela me diz que foram solicitados diversos exames médicos que comprovassem seu bem-estar. Seu irmão na época, apresentou um problema nos pulmões e a ele foi negada a entrada no País, foi necessário que ele primeiro se tratasse e só em seguida pudesse reapresentar os exames e aí sim, entrar no Brasil. Maria me conta que seu pai foi trabalhar na região da Faria Lima, importante centro

falava português, e quando, no intervalo da escola as crianças faziam piadas referente ao seu tom de pele, cabelo e idioma ela simplesmente não compreendia. Ao entender que aquelas risadas na verdade eram de chacota, ficou bastante nervosa.

(...) nós não sabia português entramos na escola no primário, aí tinha uma professora que na hora do recreio ensinou a gente a falar, ensinaram a gente a falar, ehh, sabe, somos crianças aquele bullying das pessoas que tiram sarro de você porque você não fala o idioma, por causa da... dos traços também, eles falava “índia pra cá, índia pra lá”, não sei, até um momento que eu não entendia bem, eu não ligava, mas quando comecei a entender o idioma, aí eu ficava brava, sabe, comecei a ficar brava assim com as crianças, né, tudo criança, hoje em dia, eram criança, mas me deixava brava e (...) (Maria)

Essas características apontadas pelas crianças da escola, “índia” é também compartilhada dentro da comunidade, segundo Silva (1996) “a imagem que o grupo tem de si mesmo é marcada pela ambiguidade, devido às diferenças étnico-culturais e sociais existentes na Bolívia” de fato, observou em nosso campo na fala de uma das entrevistadas, essa clara demarcação. Mariana tem aproximadamente quarenta anos, nasceu em La Paz, filha de família classe média alta estudou sempre em colégios particulares, fez faculdade na Bolívia e lá conheceu seu atual marido, casaram-se e por razões de trabalho do marido, o casal veio para o Brasil. A fala desta imigrante difere bastante das outras entrevistas em suas palavras:

comercial de São Paulo, entretanto ele ainda não possuía toda a documentação necessária para o trabalho, e seu patrão o dizia para se esconder toda vez que achava necessário. Tempo mais tarde, com a documentação regularizada, ele continuou trabalhando como contador. É interessante notar, que, mesmo possuindo qualificação, foi necessário para ele aguardar até que seus documentos ficassem prontos, e sendo assim, ele trabalhou na “clandestinidade” e não foi como costureiro. O que nos leva a crer mais uma vez na diversidade dos fluxos.

Pra começar eu acho que todo boliviano que vem aqui, vem, não todos, mais a maioria, porque é ganancioso...

Aqui tem, por exemplo, boliviano que vem, que vem trabalhar mais que, que morre de fome, não, não tem moradia boa, mas vai na Bolívia e fala que eles moram muito bem né, que eles têm casa, que eles têm tudo, mas eles não têm, eles não têm, vem aqui para sofrer, eu penso assim, em vez de vir aqui sofrer no Brasil, porque não sofre no seu país? Porque na hora do 'voto', eles são bons pra votar, eles são bons pra votar, pelo Evo Morales, né, eles votam tudo por ele, já, né por quê? Porque ele tem a mesma coisa que tem aqui.

Em outro trecho da entrevista diz: “Eu não gosto de me envolver com essas pessoas (se referindo aos bolivianos das oficinas, ou que vão à feira da Kantuta) meus amigos são todos médicos, doutores, engenheiros, pessoas do bem...” em outro trecho diz ainda “ Se eu fosse a Dilma mandava todos esses imigrantes que vem procurar trabalho de volta para o país deles. ”

Ainda sobre essa aversão à comunidade, e a própria frase sobre expulsar todos os imigrantes que vem em busca de emprego para São Paulo, ela diz:

Todos os imigrantes que, eu penso assim, que cada um que tem que trabalhar que tem que fazer, vai e faz no seu lugar, faz na sua cidade, no seu país, não tem porque vim em outro país, porque sendo assim, tudo bem se o Brasil fosse uma Austrália, uma Suíça, uma Rússia da vida, tudo bem, né, até eu, eu mesma, sendo boliviana e estando aqui no Brasil, meu filho, meu filho ele, no ano que vem ele faz intercambio, ele vai pra Austrália, ele vai ficar um ano na Austrália, até terminar o colegial, mais o outro ano se ele continuar, conseguir ficar lá, ele vai ficar e vai fazer faculdade lá, ou na Rússia, eu prefiro, porque, porque lá ele ganha bolsa, ele tem tudo, e não tem criminalidade. Você vê, Brasil, tem, muito alto em criminalidade, e nem nos Estados Unidos, nem no Chile que está do lado, o índice é igual ao aqui no Brasil, aqui por, é, morte, vítima, só morte por policiais, aqui no Brasil, tem onze mil, duzentos e doze mortes, por cem mil habitantes, é, em São Paulo, por exemplo, isso eu não estou falando, eu li, li na Folha de São Paulo, e no Chile não, na Austrália, zero, então, eu penso assim, né, cada um, cada um, agora tudo bem, se você é boliviano, brasileira, chinesa, em qualquer lugar, você se forma em seu país e sai do seu país para fazer um curso, pra fazer, tudo bem, né, cada um, cada um.

O mais interessante nesta entrevista foi notar que todos os traços que Mariana indicava no outro (no índio), como cabelo escuro, pele morena, olhos escuros, eu os identificava olhando para ela. Revela ainda, em sua fala, as demarcações regionais presentes na Bolívia:

Entrevistadora: Assim, você disse que você consegue reconhecer de longe de onde é a pessoa...Mariana; consigo, consigo, porque dá pra perceber, na forma que se veste, na forma de caminhar, na forma que conversa, *nem conversa né*, mais na forma que te olha você já sabe de onde que é, e normalmente aqui tem muito Potosino, e tem muito Cochabambino, e Collas, *paceños* já vem mais espertos, porque ele vem, e são os atravessadores⁴⁰ né.

Voltando à diversidade presente na cidade, podemos citar o caso de Alan, diferente de todas as motivações expostas até aqui, ele vem para o Brasil por conta de um convite entre sua igreja em sua cidade natal Beni, e uma da mesma congregação em São Paulo. Convidado a dar palestras a jovens, me diz veio ao Brasil por duas vezes até se fixar aqui, primeiro veio em 2007 e depois em 2008.

Então, em 2007 eu estava cursando a faculdade de teologia. Uma irmã da minha colega da faculdade me convidou. Aceitei o convite e vim, os pastores gostaram da participação que eu fiz na igreja e me apresentaram um projeto que eles tinham: projeto do seminário bíblico teológico. A igreja iria abrir um seminário e me convidaram para apoiar, dar palestras, ser professor do seminário e participar da organização. Como não tinham muita experiência, fui convidado para levantar o seminário, com respaldo da instituição e da faculdade de onde saí. Voltei em 2008 para dar um novo apoio da igreja e apresentar o projeto. Me formei em 2009 e em 2010 vim para cá.

Portanto, Alan veio ao Brasil duas vezes a convite da igreja. Conforme expusemos anteriormente, a questão da religião entre os

⁴⁰ Atravessadores aqui são pessoas que recebem para trazer os bolivianos a São Paulo, segundo Mariana, “A maioria que eles trazem de lá, mais trazem pra quê, com mentiras, trazem falando uma coisa que eles querem e não é, é outra coisa né, eles mostram outra coisa, não é o que eles acham”.

bolivianos é bastante forte, ainda que, nem todos professem da mesma fé. Alan participa da Assembleia de Deus, entretanto percebemos em nosso campo, um grande número de católicos, inclusive foi em um ambiente religioso que encontramos Maria. Muitas mulheres participam de novenas oferecidas pela igreja, e ali a entrada é mais fácil para mais tarde poder entrevistá-las.

Marta está no País há aproximadamente seis anos, me conta que chegou no Brasil com os filhos, pois uma mãe não quer os filhos passando necessidade, percebendo que as oportunidades estavam escassas na Bolívia, resolveu se arriscar e vir para o Brasil. Mãe com dois filhos Marta me revela que como mulher sente muita pressão da comunidade⁴¹, e sempre que questionada, diz ter o marido acamado, e por este motivo ninguém nunca o vê, quando questiono sobre a doença de seu marido, Marta me indica uma estratégia que adotou, dizendo:

Não tenho marido, mas quando me perguntam digo que ele está acamado. Sou mãe, solteira, e, mesmo na comunidade uma mulher que migra sozinha, e ainda está sozinha, ainda é vista com maus olhos. (Marta)

Em termo de estratégias, uma em particular nos chamou a atenção. Ao entrevistar uma professora ela relatou que estava em classe e um de seus alunos não se sentava, a professora chamou-lhe a atenção:

“Eu dizia para ele menino senta, menino senta, e o menino não sentava. Até que em determinado momento, ele chegou perto de mim e disse bem baixinho. Professora é que eu não sou menino... sou menina. Mais tarde ela me explicou que quando a mãe veio para o Brasil veio sozinha com as

⁴¹ Sobre questões mais voltadas para gênero, em torno da migração Boliviana pesquisar: (Boyd e Grieco, 2003; Pessar, 2000; Peres e Baenbeger 2011)

filhas e, com medo de que acontece algo, cortou os cabelos das filhas e lhes colocou roupas masculinas”. (Lúcia, educadora do sistema básico de ensino).

O relato acima mesmo não sendo de uma imigrante, retrata a estratégia adotada por uma mulher que viajando sozinha optou por cortar o cabelo das filhas, deixando-as dessa maneira com um tipo masculino. Cada imigrante do gênero feminino nos revelou uma peculiaridade acerca de sua vinda para o País, compreendemos que diversas são as motivações, econômicas, sociais, religiosas, dentre tantas outras, é valido ressaltar que nem todas as histórias caminham no sentido de conquistas uma vida melhor, como é o caso exposto de Mariana, nossa entrevistada que gostaria que todos os imigrantes “ilegais” fossem mandados embora do País.

Mariana tendo viajado para acompanhar o marido configura conforme dito acima outro tipo de migração. Durante as entrevistas algumas pessoas diziam ter escolhido o Brasil pois sabiam que o País, embora não estivesse ótimo, estava caminhando, e seria uma boa oportunidade.

Houve também quem dissesse que escolheu o Brasil pois precisava de tratamentos médicos. Como é o caso de Paulo que chegou no Brasil em 2005, segundo ele, veio para o Brasil por situação de Saúde, e que procurou tratamento na rede de Sistema Único de Saúde (SUS). Recentemente as autoras Faleiros e Martins (2013) realizaram uma pesquisa sobre o acesso ao Sistema Único de Saúde, analisaram através de entrevistas semiestruturadas usuários Bolivianos do sistema, apontam que a maioria dos entrevistados eram mulheres 74%, constataram que a maior parte dos bolivianos entrevistados não eram de origem rural, estes vinham principalmente das cidades de La Paz. A maior parte dos entrevistados eram casados, e tinham filhos.

Segundo a pesquisa das autoras, os bolivianos elogiavam bastante o SUS ao passo que os brasileiros costumam se queixar no atendimento. As autoras indicam uma motivação para os elogios, embora na Bolívia a nova carta constitucional aprovada em 2009 aponte para melhorias quanto ao atendimento efetuado pelo sistema único de saúde, como sendo principalmente universal e gratuito o que ocorre na verdade é algo distinto do previsto, em seu estudo,

apontam que uma das entrevistadas diz que além de não ter muitos hospitais, os tratamentos que deveriam supostamente ser gratuitos eram pagos e muitas vezes bem caros. Ao passo que, no Brasil embora as filas sejam grandes, é possível encontrar tratamento de graça⁴².

Paulo veio ao Brasil para realizar tratamentos médicos, é formado em Comunicação Social, entretanto não exerce sua profissão no Brasil, trabalhou os primeiros anos no país no setor têxtil de modo ilegal pois a equiparação de títulos é um problema enfrentado por este e muitos outros imigrantes. Tal questão é presente na voz de outros imigrantes, quando acompanhei o seminário vozes e olhares, evento oferecido pela Missão Paz, que tem como principal foco dar voz aos imigrantes tornando-os em principais, diversos imigrantes de diferentes nacionalidades foram convidados para relatar suas vivências, principalmente em torno de questões relacionadas a trabalho. Observei neste seminário que muitos imigrantes possuem cursos profissionais, graduação, mas que, não conseguem trabalhar na área quando entram no país, e acabam trabalhando em áreas paralelas.

Questionei meu campo se no decorrer do tempo que estão no Brasil, ocorreram atos xenofóbicos, preconceituosos dentre outros. De modo geral, os imigrantes que possuem aspectos físicos tipicamente indígenas, encontraram mais dificuldades do que aqueles que aparentemente não se encaixam em um “perfil boliviano”. É importante lembrar que, mesmo dentro da comunidade, existe preconceito entre os compatriotas, como revelou Silva:

(...), com efeito, esses imigrantes vêm a si mesmos em primeiro lugar como pacenhos, cochabambinos, cruzenhos, orurenos, potosinos etc., e depois como bolivianos. Porém, quando alguém do Altiplano (colla) ou dos Vales (qochalo) se refere aos oriundos do Oriente boliviano, então aparece outra forma de identificação, em geral de cunho depreciativo e hostil, que é a categoria *camba*. (Silva, 1996, p. 179).

⁴² No Brasil, uma das ações para lidar com a questão migratória voltada principalmente para a saúde, foi a criação do Sistema Integrado de Saúde nas fronteiras (SIS fronteiras). Os serviços de saúde mais utilizados foram: vacinação, pediatria e parto. Apenas quatro dos entrevistados utilizaram atendimento odontológico. As mulheres, especialmente quando grávidas, frequentaram mais os postos de saúde, assim como bebês e crianças. Os homens entrevistados conhecem menos porque em suas famílias, cabia à mãe os cuidados de saúde com relação aos filhos.

3.3. A lei nos livros e a lei na prática - O acesso aos documentos.

Foi possível observar até aqui, que cada um dos entrevistados possui uma história de vida e que esta configura um quadro bastante ilustrativo da heterogeneidade da comunidade presente na cidade de São Paulo. Demonstramos acima as motivações e estratégias adotadas por cada imigrante no País. Nos interessa neste tópico demonstrar o que denominamos como três tipos⁴³ de imigrantes, no que tange o conhecimento e maneiras de lidar com a lei.

Entretanto, antes de adentrarmos nestes tipos, vamos conhecer um pouco sobre as trajetórias destes imigrantes quanto a documentação. Roberto nasceu em La Paz e chegou no Brasil em 1996 entrou pela fronteira de Corumbá, migrar segundo ele mesmo diz é uma grande aventura, e ela se torna ainda mais forte no momento em que na imigração ele espera para saber se será aceito ou não no país, a segunda aventura é conseguir fazer-se compreender através da barreira imposta pelo idioma. Na verdade, este segundo item, foi frequente na fala de todos com quem conversei. No Brasil trabalhou em oficinas de costura, e me revela uma divisão entre ser confeccionista e costureiro. Segundo ele, o primeiro necessita de um estudo prévio, ganha mais e tem mais prestígio, ao passo que o segundo “não é um trabalho muito importante”⁴⁴. Em 1998, pelo que conta, conseguiu se anistiar e tomou conhecimento da regularização com o próprio dono de oficina, caso bastante atípico do que encontramos no campo.

⁴³ É importante ressaltar que estes tipos são modelos weberianos, ou seja, trata-se de tipos ideais.

⁴⁴ Segundo Sidney Silva (1996) normalmente a remuneração dos trabalhadores das pequenas confecções dependem intrinsecamente de sua produção, portanto, alguns fatores tais como o tipo de máquina de costura e tipo de trabalho exercido interferem diretamente no salário. Neste caso, ser modelista ou plissador, significa ocupar um local não apenas de prestígio, uma vez que é necessário certo conhecimento técnico e qualificado para isto, mas também o valor pago por este serviço é bem superior.

Muitos entrevistados citam o medo que diversos bolivianos sentem para sair da oficina, pois seus empregadores muitas vezes criam uma ilusão, dizendo que é perigoso ir a rua, a centros médicos, até mesmo matricular os filhos na escola, que a qualquer momento a polícia pode aparecer e levar eles de volta ao país de origem. Em todo caso, nos revela Roberto que o mais complicado não foi conseguir os documentos, mas sim atender às diferentes solicitações que a todo instante sofriam modificações, quando questiono sobre quais os documentos mais difíceis de conseguir ele me revela o seguinte:

Documento, mesmo, não era o problema, o problema é que era trabalhoso, por que a pessoa (Polícia Federal) sentava para te atender e dizia “não quero esse aqui não, tem que me fazer outro documento” Questiono que documento era esse: Então na verdade era o mesmo, acontece que lá na Bolívia o nome que aparece primeiro na identidade é o do pai e depois o da mãe, aqui no Brasil é diferente, então tinha que ir lá no consulado, só para alterar o sobrenome, depois voltava para a polícia federal esperava uma, duas, três horas para descobrir que aquele documento também não estava bom ouvir eles dizerem “ não, você tem que fazer outro” pra mim isso era mais difícil do que simplesmente mostrar os documentos. (Roberto)

Para além desta revelação, me conta que sua mulher se regularizou em 2009, ano em que sua filha nasceu por intermédio de vizinhos também bolivianos. Sobre as leis referentes à imigração, ou à própria mudança que está “ocorrendo” ele diz não ter conhecimento algum. Alan, no caso de imigrante que veio para o Brasil pela via eclesiástica, ao chegar no Brasil esperou mais ou menos sete meses para se informar sobre o assunto documentação. Quando foi, partiu em duas direções, o consulado da Bolívia e um escritório na rua Coimbra (outro importante espaço na cidade para os bolivianos). No consulado apenas mostraram os requisitos ao passo que no escritório fizeram todo o processo para conseguir a documentação, é válido frisar que neste segundo o serviço prestado não foi de forma graciosa.

Sobre o momento em que consegue se regularizar no País, diz ter sido bastante rápido, demorou apenas dois ou três dias, quando o questiono sobre porque ele acha que tenha sido tão rápido, ele me diz que provavelmente naquele momento não deveria ter tanta solicitação.

Entrevistadora: E sobre a época em que você se regularizou: como foi o processo de juntar e esperar a documentação?

Entrevistado: Agora escuto de muitas pessoas que é um processo bem delicado e demorado, mas é só agora, porque tem muito imigrante. O agendamento tem fila de espera de 2 a 3 meses. Quando eu tirei, foi em dois dias.

Entrevistadora: A regularização completa?!

É. Dois dias. Mas isso foi antes, porque era mais fácil, não tinha muita demanda. Agora que tem, tem que esperar 3 meses para ser agendado com a Polícia Federal.

Entrevistadora: Você conseguiu o agendamento em quanto tempo?
No segundo dia já tinha a documentação.

Entrevistadora: você acha que o fato de você ter ido nesse consultório ajudou a conseguir a documentação?

Sim no dia, fiz todo o processo de obtenção de documentação - cartório, etc etc - e eles tiraram o resto para mim. Falaram “você vai direto ao consulado da Bolívia e tem Polícia Federal, espera o dia todo que vão te atender”. Esperei toda a manhã e fui atendido.

Entrevistadora: A regularização chegou em casa ou você já pegou lá na Polícia Federal?

Peguei lá. Peguei o protocolo na hora, o (RNE-Registro Nacional do Estrangeiro) Peguei com 6 meses, o que é normal e estabelecido por lei e Polícia Federal. (Vitor)

Embora, Alan tenha mencionado “o que é normal estabelecido por lei” diz conhecer pouco sobre a legislação vigente no país, mas que, em todo caso, leu recentemente que os imigrantes não têm muitos benefícios, e que esta lei continua parada desde a ditadura, me diz participar de alguns grupos para discutir sobre a questão migratória no Brasil e, quando questiono se nestas reuniões eles debateram sobre a COMIGRAR, ele responde “Comigrar? O

que é Comigrar?” porém, ainda sem demonstrar conhecimento da COMIGRAR, me diz saber que a lei está em fase de transição.

Entrevistadora: Você sabe que está sendo debatida a mudança da lei?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: E o que você acha? É: Acho legal. É bom demais, porque é preciso e necessário. Muitas coisas são limitadas, o migrante deveria ter os benefícios que também o ser humano deve ter. Os brasileiros têm, porque o estrangeiro não pode ter? Dentro da lei e estatuto do migrante, tem muita coisa que não é assim.

Entrevistadora: O quê, por exemplo?

E: Por exemplo, a saúde e educação. Antigamente, se você não tinha documentação para estudar, o menino ou menina não entrava na escola. Agora, porque a gente conseguiu? As ONGs foram para a rua lutar e ainda estão lutando. Não está estabelecido no papel pela lei que estrangeiro pode partilhar da educação e saúde sem precisar de documentação, mas teoricamente a gente faz parte. Não está estabelecido por lei, então é preciso que alguma coisa seja feita.

É necessário pensar o papel dos próprios documentos⁴⁵ dentro da nossa sociedade, ser legalizado, ter documentos, vai muito além de simplesmente ter um objeto, uma vez que com ele o imigrante passa a ter como diz Bonassi (2000) sua meia cidadania tutelada, em sua pesquisa a autora diz perceber em seus entrevistados, uma clara mudança nas perspectivas quanto ao futuro, um resgate de auto-estima, e a saída de um dia a dia inseguro e cheio de dúvidas. Ainda segundo a autora “na ilegalidade “sobrevivesse”, enquanto, quando se recebe o documento, voltam os sonhos de um

⁴⁵ Corrobora com a discussão da utilidade dos documentos na sociedade a autora Peirano (2009), em seu estudo observa que a necessidade de comprovar quem se diz ser é bastante cultural, enquanto no Brasil é necessário apresentar RG, CPF, Comprovante de Residência, nos Estados Unidos por exemplo, a identidade de cada um é guardada, e velada, sem a necessidade de uma constante apresentação e comprovação de demonstrar quem se diz ser.

futuro melhor, “é como se a gente recebesse uma vida nova” (Bonassi, 2000, pp 95).

Corroborando com a discussão da utilidade dos documentos na sociedade a autora Peirano (2009), em seu estudo observa que a necessidade de comprovar quem se diz ser é bastante cultural, enquanto no Brasil é necessário apresentar RG, CPF, Comprovante de Residência, nos Estados Unidos, por exemplo, a identidade de cada um é guardada, e velada, sem a necessidade de uma constante apresentação e comprovação de demonstrar quem se diz ser. No processo de anistia, por exemplo, solicitavam-se comprovações, de datas, nomes, endereços dentre outros, para os imigrantes. Entretanto é preciso ressaltar que muito imigrantes chegam ao país, sem portar documento algum, e que mesmo o uso de documentos é cultural, pessoas podem passar uma vida inteira sem tirar Rgs por exemplo.⁴⁶ Segundo a autora, os documentos possuem “dois aspectos paradoxalmente complementares; de um lado, permitem a seus portadores vários privilégios em relação aos que não os possuem; de outro submetem-nos a um constante controle externo tirando-lhes várias liberdades”. (Peirano, 2009, pp 65). Ao dar entrada ao processo de anistia e não possuir toda a documentação necessária muitos imigrantes continuaram indocumentados, ou seja, esse processo dificultou bastante o acesso a situação regular no país conforme apontou diversas ONGs e entidades que trabalham com imigrantes.

Permitindo que muitos imigrantes permanecessem como ilegais no País, podemos, portanto, questionar esta categoria e a maneira como ela é formada. O Estado é quem define o que é

⁴⁶ No Brasil por exemplo os índices de sub-registro variam de 11,1%, no Acre, até 42,8%, em Roraima.

formal, informal, legal, ilegal, entretanto cada vez mais tais categorias são difíceis de serem identificadas no dia a dia. Basta pensarmos que hoje a maior parte do trabalho é informal, uma breve caminhada pelas ruas da região da 25 de março, do Brás e de tantos outros locais demonstram isso. Imigrantes fazem parte desta lógica, pois, como mostrou a CPI de 2005⁴⁷ referente a trabalho análogo escravo na cidade de São Paulo, muitas empresas contam com nichos cada vez mais informais.

Paulo um de nossos entrevistados por exemplo, não conseguiu se legalizar através das anistias que ocorreram no país, devido ao número de documentos necessários a serem apresentados, e pelos custos, mas conseguiu sua documentação através do acordo do Mercosul, e durante o tempo em que estava ilegal no país trabalhava no nicho de informalidade que mais gera renda entre os bolivianos, a confecção.

Conforme informamos, o campo aos poucos foi nos revelando tipos ideais de sujeitos, quanto ao conhecimento das leis, mesmo aqueles que se diziam desconhecedores totais, em algum momento demonstraram indiretamente terem um pouco de conhecimento. No próximo tópico abordaremos um pouco mais cada um desses tipos encontrados.

2.2 Tipos ideais de sujeitos.

Através das idas a campo observou-se o primeiro tipo estes conhecem as leis (são pessoas que em sua grande maioria tem a práxis do dia a dia e por isso conhecem a lei). O segundo tipo não possui conhecimento algum sobre a lei (são principalmente pessoas que não falam português, dificilmente saem das oficinas de costura, e pouco falam espanhol) e o terceiro tipo são de conhecedores parciais das leis, que obtiveram tal conhecimento através do contato

47

Disponível em http://www1.camara.sp.gov.br/comissao_joomla.asp?IDComissao=88&Tipo=3.

com entidades (Ongs, pastorais, associações) ou através de pesquisa (jornais, internet). Para exemplificarmos tais tipos, utilizaremos as entrevistas realizadas em campo.

Dentro dos nossos tipos, Amanda faz parte do terceiro tipo, entretanto pode-se dizer que ela também configura o primeiro. Ela é de La Paz e está no Brasil a mais de dez anos, casada tem três filhos. Me diz que hoje não é tão difícil se regularizar como era a dez anos atrás, porém hoje é mais demorado.

Houve uma época que foi muito difícil conseguir os documentos, principalmente por que eu não tinha dinheiro para tirar os documentos necessários para levar para registrar. Em 2009 saiu a anistia, e nos quatro tiramos os documentos, porém meu marido não conseguiu.

Entrevistadora: Como é tirar os documentos hoje em dia?

Entrevistada: Não é mais complicado, é, eu acredito que a situação tem melhorado muito, com respeito a tirar os documentos, você pode se legalizar mais fácil agora, né, mais é demorado, essa é a única diferença, é, tem menos custo, mas demora mais, não tirar simplesmente, é, ã, o RG tanto a carteira de trabalho, tem que já agendar, é que eu não sei o que fazer para adquiri-lo, isso é o que torna mais difícil, complicado para nós, imigrantes, especialmente para os bolivianos, porque não contamos assim com ajuda de nosso cônsul, ele nunca vai nos estender a mão quando necessitamos, então, essa situação é difícil, do o imigrante boliviano, a parte de ser, dependendo de onde são, de onde vem chegar, se são do Altiplano é um pouco mais tímido, mais, tem um pouco mais de medo, mais reservado, se é da Província é muito mais, porém, se é da região do oriente, eles são mais aberto, já como um brasileiro, o caráter é diferente, então eles são um pouco mais, mais comunicativos podemos dizer, é, essa é a diferença, mais, eu, sempre (Amanda)

Quando questiono sobre a questão burocrática ela me revela que muitos criticam a burocracia brasileira, mas que no consulado da Bolívia não é muito diferente, ela me conta que este tempo todo que está no País nunca conseguiu contar com a ajuda de seu cônsul. O que Amanda conhece das leis ela aprendeu principalmente através de uma ONG, questionei se ela tinha conhecimento do projeto de lei novo, ela me respondeu que sim, que pelo o que entendeu a nova lei seria mais flexível.

A lei migratória a meu entender nos criminaliza, e não sou criminosa. Nós emigramos por alguma necessidade. (Amanda)

Segundo ela, seria bom que as autoridades compreendessem mais sobre a imigração, que se sentissem um pouco mais imigrantes. Mariana, nossa entrevistada que diz não gostar de conversar com outros imigrantes que frequentam a Kantuta, me diz que ao chegar no Brasil não encontrou dificuldade alguma em conseguir toda a documentação para ficar no país. Segundo ela sequer precisou passar pela Polícia Federal, todo o serviço foi feito por um advogado e despachante, e que todos os seus documentos foram entregues em sua casa logo após uma semana da data de sua entrada no Brasil. Mariana embora com mais estudo, pouco ou nada conhece das leis de imigração do país. A única coisa que diz conhecer é que, “o Brasil recebe imigrantes para trabalhar e que logo mais não terá como sustentar os próprios brasileiros”. Embora fale português Mariana configura nosso segundo tipo.

Paulo, também configura uma interseção entre o primeiro e último tipo. Entretanto Paulo, além de conhecer a lei, atua na comunidade como um promulgador dos direitos dos imigrantes. Ele me revela que 99% da comunidade não conhecem a lei. Paulo visita principalmente oficinas de costura, e me diz que em muitos casos, a entrada em tais oficinas não é tão simples, mas que por falar Aymara os imigrantes se sentem mais à vontade e por isso o deixam entrar. Ele demonstra ter conhecimento sobre o período em que a lei do estrangeiro foi elaborada, e me diz

A lei foi elaborada na época da ditadura no Brasil, e não está mais adequada, pois ela nos criminaliza, queremos ser vistos como humanos.(Paulo)

Sobre o CAMI e a Missão Paz: Empoderando o Imigrante.

Antes mesmo de chegar à conclusão já é possível notar nas falas dos imigrantes, conforme exposto acima, que instituições não governamentais têm grande importância no empoderamento do imigrante quanto a seus direitos. Observaremos abaixo que, entre os imigrantes, alguns ganham espaço como líderes, falando em nome da comunidade presente em certos bairros da cidade paulistana. Assim como algumas pessoas que trabalham nas instituições a serem abordadas aqui, eles ganham o status de agenciadores étnicos, uma vez que se inserem politicamente na luta em prol dos imigrantes, falando muitas vezes em nome deles, representando-os nos mais diversos segmentos da política, e unificando diferentes etnias em torno de uma causa, a causa migrante.

Em entrevista realizada com os coordenadores de duas destas entidades, podemos observar melhor o papel fundante de tais agentes. Entrevistamos o coordenador do CAMI (Centro de Atendimento do Imigrante), Roque Patussi, e da Missão Paz, Paolo Parise.

Minha entrevista com o coordenador da CAMI foi agendada para a parte da tarde, cheguei um pouco antes e pude acompanhar o trabalho na recepção. O CAMI está localizado próximo ao metrô Armênia, seu ponto de referência é a igreja conhecida como igreja das almas, presente na mesma rua. Do lado de fora já era possível reconhecer o local. Trata-se de uma casa comum, do lado de fora tem fixado um pôster com o nome da associação. A entrada da casa funciona como uma secretaria de um lado, e no corredor tem cadeiras onde os imigrantes esperam por atendimento. Pude perceber naquele dia que boa parte dos imigrantes ali questionava acerca de retirada de documentos e de abertura de contas no banco.

Seguindo pelo corredor existe uma estante com livros e revistas para doação, a sala da coordenação, o banheiro, e ao fundo uma cozinha, local em que, os que trabalham na associação realizam suas refeições, a qual inclusive fui convidada.

Antes de iniciar a entrevista, recordamos dos caminhos que me coloquei em contato com o CAMI, na época em questão, eu trabalhava na câmara dos vereadores e acompanhava principalmente as solicitações referentes à comunidade estrangeira na cidade. Foram três anos desde o primeiro contato e o presente.

Comecei questionando sobre o que era o CAMI, suas principais funções, grupos atendidos, e sobre o novo local que a sede estava. As questões seguintes foram surgindo conforme a conversa foi avançando.

Roque Renato Patussi desde 2011 é coordenador do CAMI e me conta que no começo essa ONG era na verdade um projeto⁴⁸.

O centro nasceu em vinte e dois de julho de 2005 como um projeto do SPM – Serviço Pastoral do Migrante, que por sua vez nasce em 1984 como um produto da campanha da fraternidade que tinha como tema para onde vais. (Patussi).

No ano em que iniciou seus trabalhos no projeto, Patussi foi ver quais eram as necessidades dos imigrantes, percebeu que as demandas eram principalmente de documentação e procura por curso de português. Notou que havia a necessidade de ir ao encontro destes imigrantes nos bairros e cidades vizinhas e tratar de outros temas relacionados, a trabalho, saúde, educação e outros diversos, com o intuito de empoderar este imigrante de informações, e possivelmente diminuir a vulnerabilidade que muitos se encontram. A principal forma de comunicação foi através do teatro, peças eram elaboradas e estas abordavam as questões acima mencionadas, junto a isto

⁴⁸ Informações baseadas em anotações do caderno de campo em entrevistas realizadas entre o ano de 2014 e 2015.

distribuíam uma cartilha em espanhol contendo diversas informações. Este material era distribuído após os ciclos de palestras. Especialistas também estavam presentes nos dias em que ocorriam tais atos, e tiravam possíveis dúvidas.

Fazíamos todo um trabalho de empoderamento. Com esses projetos começou a aumentar as demandas da instituição e as pessoas dos bairros começaram a dizer que precisavam de um curso de português, por que quando vamos a um médico ele não nos entende, quando vamos levar o filho na escola o professor não nos entende, da mesma forma ocorre quando vamos ao banco para abrir uma conta. Começamos então trabalhando com seis bairros aplicando curso de português, no segundo ano passou para dez e no ano passado (2014) já foram doze bairros diferentes, sendo que com este curso continuamos levando esse ciclo de palestras que neste último ano foi mais ligado a assessoria jurídica, regularização migratória e liderança. (Patussi).

A demanda foi crescendo cada vez mais, até que em 2013 o que antes era um projeto se tornou uma ONG. Questionei acerca desta questão ligada à liderança. Me foi explicado que a própria comunidade começou a levantar questões, e que estes demonstravam uma necessidade em ter um líder, percebendo isto, a instituição resolveu trabalhar com isso. E no ano de 2011 surgem os agentes sociais, que em sua maioria são imigrantes, estes visitam oficinas de costura, conversam com outros imigrantes. Estes líderes⁴⁹, são chamados de multiplicadores de bairro e no ano de 2014 era composto por aproximadamente 23 pessoas, visualmente têm-se as seguintes pontes: Líder⁵⁰ de bairro (Multiplicadores) ----CAMI----- Governo.

⁴⁹ Questionei sobre o perfil dos líderes, em sua maioria são jovens e homens. Havendo pouca a presença de mulheres como líderes.

⁵⁰ Os agentes sociais surgiram a partir do CAMI, os líderes (multiplicadores de bairro) surgiram como uma demanda da comunidade.

O papel do agente social durante a semana inteira é visitar a oficina de costura, falar com o dono da oficina sobre os direitos dele como dono e também quais as obrigações deste enquanto dono de uma empresa, da importância de regularizar todos os trabalhadores, humanizar o ambiente de trabalho, evitar acidentes de trabalho. Temos em nossa equipe um técnico em segurança do trabalho que entra e faz um relatório daquilo que é urgente de ser modificado, e aquilo que pode ser feito a longo prazo.

No CAMI todos os serviços prestados são gratuitos, entre eles os principais são:1) Regularização migratória, passo a passo. 2) Assessoria jurídica, na qual um advogado atende a qualquer tipo de violação dos direitos dos imigrantes, seja física, psicológica, laboral. 3) Assistente Social. 4) Departamento Cultural, que acompanha todos os eventos. 5) Informática, multimídia, fotografia, filmagem, modelagem, música. Conforme se pode ver em imagem abaixo:

Imagem 7. Cursos oferecidos pelo CAMI

Centro de Apoio e Pastoral do Migrante
Convida:

Ato de abertura
Cursos CAMI 2015

“A educação é arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”

Acontecerá no dia 1º de Março de 2015, às 9 hs da manhã, na sede do CAMI, Rua Guaporé 353 bairro Ponte Pequeno.

Música

Modelagem

Informática

Multi-midia

Português

Fonte: <https://www.facebook.com/CAMI>

Podemos perceber até o momento que, a instituição acima citada elaborou atividades, ações, que auxiliam no empoderamento do imigrante. Passando para a próxima entrevista, realizada na Missão Paz, também já citada posteriormente, se verá que tal instituição propõem uma abordagem tal qual o CAMI, ou seja, o de transformar o imigrante em um agente social de mudança, de sua própria mudança.

Minha entrevista na Missão Paz, começou em uma sexta-feira à tarde, já havia estabelecido contato com o padre Paolo Parise no evento vozes e olhares, antes de encontra-lo conversei com outras pessoas que trabalham na mesma instituição, entretanto tais entrevistas não serão neste trabalho abordadas.

Parise é italiano, de uma pequena região ao norte da Itália com aproximadamente 16 mil habitantes, da ordem Scalabriniana, me diz que foi através da congregação (também conhecida como congregação dos missionários de São Carlos) que começou a conhecer o mundo da imigração. No ano de 2010, ao concluir seu doutorado, vem para trabalhar na Missão Paz.

A hoje conhecida Missão Paz começou nos anos 30. Naquela época me diz ele, tinha um barracão de madeira, depois fizeram uma igreja de madeira, e em 1939 um trio de imigrantes italianos o arquiteto Petine o escultor Emindabile, e o pintor Pinachi, criaram essa estrutura planejada para receber os imigrantes italianos. Estava planejada a creche que é a atual casa do migrante, campo de futebol, auditório em dois andares para aulas, evento, cinema, teatro. Essa

estrutura planejada para receber italianos e já na época acolhia coreanos.

A atual casa do migrante anteriormente era para imigrantes internos, principalmente do eixo Nordeste-São Paulo.⁵¹

A partir dos anos 90 a instituição passa a receber mais imigrantes internacionais, até o ponto em que é raríssimo termos imigrantes internos. Podemos dizer que, ao lado disso têm o centro da pastoral, que nasce como parte principalmente religiosa, mas que aos poucos começa com atendimento jurídico, atendimento de documentação, e os serviços vão aumentando(...) psicóloga voluntária, entra depois progressivamente, o atendimento psicológico estruturado como algo fixo, atendimento em nível de saúde, educação, mediação trabalho, cursos profissionalizantes. E então é estruturado aquilo que chamamos de CPMM, que atualmente está formulado em cinco grandes eixos. O eixo documentação jurídico, eixo saúde, eixo educação, eixo mediação trabalho e cursos e eixo família e comunidade. (Paolo Parise)

Eixo família e comunidade. (Paolo Parise)

A casa do migrante hoje possui capacidade de cento e dez pessoas, trabalham em rede com outras instituições. Mesmo seguindo uma ordem religiosa, não deixa de atender aos imigrantes que professam outra fé. Questiono sobre os eixos mencionados, o que ocorre em cada um, dando principal atenção ao eixo trabalho, visto que este foi o eixo central selecionado para o seminário vozes e olhares.

Começando pelo eixo trabalho, ele surgiu a três anos, nasceu devido ao aumento de pedidos de pessoas (empresários) que precisavam de mão de obra, e por outro lado de pessoas que precisavam trabalhar. Questiono como funciona o eixo, me é explicado o seguinte:

O empresário e o imigrante passam ambos por um processo. O empresário tem que primeiro passar por um processo de formação, essas palestras têm duração de duas horas. Nesta palestra ocorre uma sensibilização, tiramos dúvidas e principalmente preconceitos, e muitas vezes surgem dúvidas como: se eles são violentos, se roubam, se usam drogas, se tem mesmo vontade de trabalhar (...) é cada coisa que a gente escuta (...) muitos têm dúvidas trabalhistas e perguntam se devem

⁵¹ Muito da entrevista realizada, diz respeito a história do local em questão, entretanto vamos nos ater aqui, aos dados relativos a proposta do trabalho, deixando para um outro momento a questão histórica.

registrar mesmo, se os imigrantes têm mesmo os mesmos direitos que brasileiros. Só um terço volta para contratar. Ano passado de duas mil empresas que passaram pela missão paz, apenas 818 contrataram. Por outro lado, o imigrante também passa por um processo e só depois deste processo pode conversar com o empresário. (Parise)

Desde que o imigrante chega na missão paz é oferecido aulas de português, todos os dias no período da manhã. E existe uma palestra obrigatória que ocorre normalmente às quartas-feiras, para que o imigrante possa participar do eixo trabalho, nesta palestra de aproximadamente três horas lhes é ensinado sobre elementos culturais, formas de se comportar, pelo SIETAR Brasil (grupo de especialistas em intercultura), e por seguinte como funcionam as questões trabalhistas. Quando eles são contratados, a empresa contratante assina um termo de compromisso ético com a instituição.

Explicamos sobre questões trabalhistas, como funciona uma folha de pagamento, como funciona hora extra, sobre o vale refeição, vale transporte, todas essas questões e como denunciar se por acaso precisar. (Parise)

Antes de iniciarmos a explicação sobre o próximo eixo (documentação e jurídica) Parise me diz que já conseguiu ir em 140 das 818 empresas que contrataram imigrantes, para verificar se todas as questões trabalhistas estão corretas, se estão enfrentando problemas e me revela algo que vai de encontro com esta pesquisa. Ele me diz que, em muitos casos os próprios imigrantes entram em contato com a instituição alertando sobre problemas e que, portanto, este trabalho, de dar palestras e informar (é válido dizer aqui que a palestra obrigatória é realizada em três línguas) é fundamental para que o imigrante tome conhecimento acerca de seus direitos. Abaixo podemos ver uma foto da aula de português:

Imagem 8. Aula de Português oferecida pela Missão Paz.



Fonte: <http://www.missaospaz.org/#!/fotosevideos/cztd>

O eixo documentação e jurídica ajuda desde a organizar a documentação necessária para a regularização no País, seja através do Mercosul, através do visto humanitário, até possivelmente auxiliar quando o imigrante encontra problemas ou dificuldade na Polícia Federal. Para documentação jurídica, eles têm uma advogada fixa e mais duas pessoas que a auxiliam.

A advogada, quando precisamos, resolve problemas trabalhistas, questões dentro de oficinas de costura, fazendo mediação. E acho interessante que algumas vezes vem mulheres aqui perguntando o que fazer para se separar, com questões do tipo, "ah, mas como vou viver" "o que preciso fazer para separar". Nós liberamos uma boliviana que passa nas famílias e observa se tem questões de violência doméstica, se tem questões de regulação migratória a ser feita, entre outras coisas. (Parise)

Sobre o eixo educação ele me diz que começaram a selecionar famílias que tivesse em situação de vulnerabilidade, de mães que trabalhavam em oficinas de costura e não tinham

onde deixar seus filhos, começaram então com um projeto piloto onde uma van passa logo pela manhã, aproximadamente seis horas, pega as crianças, e as levam para o Instituto Cristóvão Colombo (ICC) que fica no Ipiranga e faz parte da rede missão paz. A criança ao chegar recebe café da manhã, vai para a aula, em seguida almoça, tem atividades, psicólogo, pedagogo, piscina, dentista, e no final da tarde, por volta das seis horas, janta e volta para casa. O projeto se mostrou um sucesso, mas Paolo me revela que, devido à disponibilidade de vagas, o número de crianças não pode, infelizmente, ser maior. Questionei sobre as crianças imigrantes que estudam nas escolas públicas:

Nós tivemos uma experiência, com três escolas o ano retrasado, onde os professores relataram para nós que, eles diziam: os bolivianos estão atrasando o programa. Aí aplicaram um teste para todos os estudantes, brasileiros e estrangeiros, e a coisa interessante foi que as crianças bolivianas eram mais avançadas, e aí começaram a perceber que as crianças bolivianas, por conta do seu traço cultural, elas na escola, são muito mais de observar, ao passo que as crianças brasileiras bagunçam muito mais, e isso se traduz em termo de aprendizagem. Pelo menos nesta escola os dados foram revertidos e os professores ficaram bem satisfeitos. (Paolo)

Minha entrevista ganha outros rumos e voltamos a falar de questões jurídicas, em específico a respeito das leis que estão tramitando, sobre a comunidade boliviana, sobre a COMIGRAR, e acabou ficando de fora a explicação do eixo saúde e eixo curso. Mais tarde me inteirei sobre o mesmo. O eixo saúde, é composto por uma técnica de saúde, uma psicóloga e voluntários, e tem como principal foco o acompanhamento da saúde física e psíquica dos imigrantes que chegam até a missão paz, que os encaminham para hospitais e dão orientações sobre como conseguir o cartão SUS e suas finalidades.

O que se pretendeu neste capítulo foi demonstrar que as ONGs, e instituições, atuam de maneira fundamental em questões relacionadas a imigrantes. Diversos são os grupos de imigrantes na cidade de São Paulo e, sendo assim, diversos também são os momentos na história em que certos fluxos se tornam mais midiáticos. Se observou, no que

tange a imigração boliviana, três tipos de grupos quanto ao conhecimento de direitos, e conforme apontado acima, entre os imigrantes abordados neste trabalho todos passam a ter conhecimento a partir das ONGs.

Os imigrantes presentes na COMIGRAR defendiam principalmente causas referentes às comunidades das quais provinham, e uma vez que tendo sido indicados pelas ditas comunidades, se configuravam neste espaço como agenciadores étnicos. O termo cunhado pelo autor Jenkins nos auxilia na compreensão acerca de como estes agenciadores se constituem. Segundo o autor, será principalmente em contextos políticos que tais agenciadores surgem e a identidade étnica do grupo é acionada. Basta pensarmos da seguinte maneira: durante a viagem para um novo país, salvo aqueles que o conseguem fazer de maneira direta, é muito comum passar certo tempo em alguns países, cidades, dentre outros. Chegar ao ponto “final” na verdade é apenas um começo para reaprender, e questionar diversas questões. Sair do país nem sempre constitui a ideia de pertencimento do mesmo, entretanto chegar a uma nova nação é ser apontado como sendo o outro. Neste sentido, é preciso começar a se negociar com a própria identidade o que segundo o autor (Jenkins) será a dualidade entre o “I and ME”.

A formação da identidade que nos é atribuída também é questionada pelo autor, segundo ele, sabemos quem somos, em primeiro lugar porque alguém nos conta isso, como bem aponta Benedict Anderson (2008) em comunidades imaginadas, no qual dirá que nação não é só composto por aquilo que se lembra, mas também por aquilo que é esquecido. Relembrando a socialização primária sob a qual todos passamos, Jenkins, dirá que é fácil compreender como em determinados locais a identidade étnica propriamente dita é mais “forte”. A criança irá aprender não apenas que ela é “X”, mas também o que significa ser “X” em contraposição a ideia de Epstein (1978), que diz que não ser X significa portanto ser Y ou Z. Ainda que em determinados momentos identidades étnicas (Barth, 2000) sejam acionadas é importante frisar que na imigração Boliviana para São Paulo, diferentes vozes e olhares sobre o “ser boliviano” constituem o que Geertz (2011) atribui ao estudo de cultura, que esta não pode ser interpretada através de um único discurso mas sim através de uma polifonia de vozes.

É justamente essa polifonia de vozes que nos leva a acreditar que a tomada de consciência dos imigrantes sobre seus direitos se dá cada vez mais em espaços onde

primeiro ocorre curso de português, segundo possui aulas gratuitas, e terceiro que debatam questões das mais diversas possíveis. Podemos observar através da fala do imigrante Emmanuel⁵², por exemplo, que foi o seu círculo de pessoas que o direcionou até uma ONG, e foi nesta que ele conseguiu primeiro se manter no País, e segundo entrar na faculdade. A imigrante Abel por outro lado diz saber que o que ocorria com ela não era certo devido ao que tinha aprendido na Missão Paz, e o mesmo relato se repete nas falas dos outros imigrantes expostos aqui.

Foi possível observar na fala dos coordenadores, Paolo e Roque, que as instituições citadas estão cada vez mais se esforçando para que os imigrantes tenham mais suporte, e consigam trilhar sozinhos seus caminhos. Sabe-se que as ONGs ocupam uma lacuna onde o Estado não chega, entretanto é preciso reforçar que estas não são o Estado e que é dever deste munir a todos de informações e ações que agreguem e conscientizem sobre direitos e deveres.

Considerações Finais

Ao iniciarmos esta pesquisa, o principal objetivo era investigar o que os imigrantes bolivianos pensavam sobre o estatuto do estrangeiro e as propostas de modificação do mesmo, bem como acompanhar um pouco de suas vivências pela cidade e a sua relação com os processos de anistia para os que não estavam legalizados.

Ao longo do trabalho de campo pudemos perceber que a grande questão não eram apenas os seus conhecimentos sobre o estatuto e a legislação mas também, o papel fundamental que as agências não governamentais desempenhavam no acolhimento, empoderamento e transformação destes imigrantes.

Percebemos diferentes graus de conhecimento e práticas em relação às leis de imigração brasileiras e em função disso agrupamos os imigrantes bolivianos em três tipos,

⁵² É possível acompanhar as falas, bem como o seminário de onde estas foram retiradas nos anexos.

classificando-os a partir da sua inserção no processo de regulamentação e emissão da documentação de imigração mas também no grau de conhecimento demonstrado para solucionar as necessidades de sobrevivência na prática cotidiana.

Não houve a pretensão de esgotar o tema uma vez que a comunidade boliviana é uma das maiores na cidade de São Paulo e que possui um fluxo contínuo, sendo assim, como toda imigração continuada no tempo, o perfil dos imigrantes vai se transformando, podendo gerar novos e interessantes estudos que complementem os vários já existentes.

O que almejamos com o trabalho desenvolvido foi suscitar um novo olhar sobre a comunidade, iluminando com a nossa etnografia algumas questões ainda passíveis de discussão. Entre elas destacamos especialmente o papel fundamental que desempenham a necessidade de documentos, tão presentes no dia a dia destes e de tantos outros imigrantes, a difícil problemática da clandestinidade, e por muitas vezes a falta de informação.

Sobre esse último elemento acreditamos ser de extrema importância para os imigrantes, de qualquer grupo e não apenas os bolivianos, conhecer os limites do conhecimento da comunidade a respeito de seus direitos e deveres enquanto imigrantes, para desta forma pensar em possíveis políticas que consigam alcançar as margens onde o Estado propriamente não se encontra, mas em que é possível perceber que suas práticas são geridas por agentes estatais, que tendem a configurar e exercer relações de poder de maneira frequentemente arbitrária. Tornar o imigrante um conhecedor de seus direitos, é de certo modo equilibrar tal relação.

O caminho que procuramos traçar nesta pesquisa, teve como intuito sair de uma perspectiva mais macro acerca da política migratória brasileira e caminhar para uma perspectiva mais micro sobre suas implicações, percebendo nelas os aspectos econômicos, políticos, sociais e sobretudo culturais. É interessante perceber que no Brasil sempre, houveram restrições à entrada de estrangeiros. Ora declaradas, ora veladas e que a legislação foi criada com propósitos bastante específicos tais como colonização e trabalho, escolhendo frequentemente um “imigrante ideal” e, portanto, favorecendo a entrada de determinadas etnias em detrimento de outras.

Quando finalmente na década de oitenta se “regularizou” a entrada de imigrantes no país, através do estatuto do estrangeiro o pensamento da época era pautado em uma perspectiva desenvolvimentista e na doutrina da Segurança Nacional, portanto o estatuto criminalizou o estrangeiro e o transformou em uma possível ameaça, abrindo exceções apenas para aqueles que se configuravam como mão-de-obra qualificada e que entravam no país já contratados pelas empresas.

Com a redemocratização, o Brasil mudou, o mundo se globalizou ainda mais, entretanto, o que temos ainda é uma lei antiga e retrograda, que constantemente é questionada por acadêmicos, ONGs, e inclusive pelos próprios imigrantes.

No segundo capítulo desta dissertação, ainda na perspectiva do macro para micro, observamos uma das várias tentativas que foram feitas para alterar a lei atual. Através da etnografia da COMIGRAR pudemos entrever as perspectivas do governo, da academia, dos migrantes e das ONGs, analisando os pontos em comum, mas também as divergências.

O processo ao todo colabora para que pensemos, de que maneira as políticas de migrações conformam a agenda política do país, como são fomentadas as leis, e principalmente o quão acessível é sua discussão uma vez que o que se pronunciava era que o processo de mudança do texto seria amplo, e de participação popular.

O que percebemos durante o campo, é que alguns falam em nome do grupo, ainda que, parte deste grupo sequer tenha conhecimento sobre o debate. Notamos também que, o conhecimento adquirido sobre legislação, permite ocupar um local de prestígio e status, pois, como bem nos mostra a entrevista do Alan, o serviço prestado por um boliviano na rua Coimbra de informar os caminhos necessários para conseguir a documentação, do seu início ao fim foi pago.

Além desta entrevista, tivemos outros informantes que nos disseram, que durante as anistias próximo aos muros da igreja do Glicério, ficavam imigrantes de diferentes nacionalidades oferecendo serviços (cobrados), pois sabiam que ali era um grande polo de estrangeiros que buscam por algum tipo de assistência.

Retomando a etnografia da COMIGRAR, observamos que muitas são as fronteiras invisíveis, porém muito presentes entre os imigrantes, e neste caso de todas as

nacionalidades. A utilização de determinados sinais diacríticos, tais como a vestimenta, nos mostra claramente isso, e para além, as discussões que acompanhei nas salas, em que era muito comum alguém dizer que a “comunidade” x, estava sofrendo por exemplo, ou que a “comunidade” y passava por determinado problema, entretanto isso não quer dizer que, eles, os diferentes grupos, não se reúnam para conquistar uma política pública, e aqui temos mais uma evidencia de tais fronteiras, mesmo entre os bolivianos, que conforme tentamos mostrar aqui, são bastante heterogêneos o que percebia durante tal evento era uma união em prol de um bem comum.

É valido, dizer que, durante minha pesquisa pude acompanhar não apenas os desdobramentos da COMIGRAR, mas também os do PLS 288/2015 do senador Aloisio Nunes⁵³.

Após a reunião nacional (COMIGRAR) realizada em São Paulo originou-se o texto final do anteprojeto de lei que foi apresentado ao governo, tal texto teve em sua justificativa a retirada criminalizante que gira em torno do imigrante respaldado ainda na época da ditadura, além de converter a dicotomia brasileiro/estrangeiro em uma nova paleta conceitual, em sua justificativa o anteprojeto abandona o conceito de “estrangeiro”

Além disso a lei inova criando uma Autoridade Migratória Nacional (ANM) que unificaria em um único local todos os serviços aos quais os imigrantes precisam em certa medida passar. O novo órgão “ANM” teria um regime autárquico especial (ou seja, comandando a si mesmo) vinculada à Presidência da República, tal autoridade atuaria como autoridade administrativa independente, em sua estrutura organizacional é possível observar sete órgãos entre eles uma Câmara de articulação sindical e um Observatório Nacional Migratório. O anteprojeto de lei inovaria ainda com a criação de um mecanismo de acolhida humanitária para atender fluxos pontuais de migração internacional, além de permitir que os que ingressassem no país com o visto temporário, pudessem ter até dois

⁵³ Aloysio Nunes Ferreira se formou-se em direito e cursou Ciências Sociais na USP, por conta de ações contra a ditadura militar, se exilou na França de 1968 a 1979. Ao retornar para o país, foi Deputado Estadual pelo PMDB por duas vezes, e uma vez Deputado Federal pelo mesmo partido. Em 1999 elegeu-se Deputado Federal do PSDB pelo estado de São Paulo, e entre os anos de 2013 a 2015 foi líder do PSDB no Senado, em 2015 assumiu a presidência da Comissão de Relações Exteriores e foi eleito vice-presidente do PSDB nacional.

anos para procurar emprego legalmente. Assim como o texto da COMIGRAR, o projeto de lei sobre imigração elaborado pelo Senador foi apresentado ao governo no ano de 2013.

O projeto de lei 288/2013 não foi o primeiro projeto que o senador enviou para tratar da questão dos imigrantes no Brasil, em 2012 ele escreveu a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 25/2012, que permite a imigrantes estabelecidos no país votar e ser votado em eleições municipais, a PEC aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PLS 288/2015 segundo o senador é resultado também de sua vivência como refugiado na França.

Enquanto elaborava este texto, o PL 288/2013 foi aprovado no senado e encaminhado para a câmara dos deputados, ao passo que o anteprojeto de lei da COMIGRAR sequer tramitou em diferentes casas. O que se demonstra o qual difícil pode ser o tramite para se alterar uma lei. Existe um verdadeiro jogo de poderes envolvido no que tange tal discussão, e conforme apontado por uma imigrante um excesso de ideias que não saem do papel.

Ao entrarmos em uma perspectiva ainda mais micro, observamos então como a “comunidade” boliviana lida com tais questões, notando aos poucos sua heterogeneidade que se apresenta sobre tantos diferentes prismas. Procuramos nesta dissertação retratar alguns pontos, tais como, o do trabalho relacionado ao ramo das confecções, e seu nicho étnico, as dificuldades encontradas para conseguir os documentos e o que significa para eles o acesso a estes. É interessante pensar que, mesmo após três décadas desde o trabalho executado pelo antropólogo Sidney Silva, a “comunidade” ainda sofre certos estigmas.

Bolivianos assim como brasileiros, tem suas semelhanças, diferenças, grupos sociais bastantes declarados, e para além destes tem culturas muito particulares e específicas, que se reapresentam na cidade de São Paulo. Foi justamente procurando essas particularidades que o campo nos revelou o que consideramos ser a novidade nesta dissertação, a existência de três tipos de sujeitos.

Foi interessante notar que dentre os que detinham algum grau de conhecimento, o que sempre era mencionado é a criminalização presente na lei atual. Para além disto, foi o

papel das Ongs, na formação implícita de um deles, e muito provavelmente na intersecção entre os tipos, como bem mostra o trecho da entrevista abaixo:

Entrevistadora: Você tem conhecimento sobre a lei nova?

Entrevistada: É, assim, cem por cento não, mais espero que entre as *instituições* que ajudam assim, é estava nascendo uma lei, que será um pouquinho mais flexível, é, não incriminará o migrante como é a lei atual, está mais pela sociedade de tomar mais conta assim, e eu creio que me falta muita informação, mais eu acredito que no que estão nos informando de tudo isso aí, espero que esta nova lei se aprovada e a muitos imigrantes favoreça. Só, acho que é só. (Entrevistada, grifos nosso)

Conforme apontamos na introdução as entrevistas realizadas foram todas de profundidade, procuramos retirar o máximo de informações, mesmo aquelas que apenas o silêncio é capaz de revelar. Dentre um destes “dados” retirados do silêncio, notamos por exemplo que, os imigrantes que pertenciam a Ong x, tinham em um discurso mais voltado para seus direitos políticos como a questão do voto por exemplo, ao passo que na Ong y, era mais visível ouvir discursos que iam de encontro com questões de acesso a direitos trabalhistas, acesso a saúde dentre outros. Não que todos estes não contemplem de alguma forma a esfera política e social. Se para os imigrantes, houve uma resposta bastante parecida entre os que conheciam a lei, não seria diferente entre as Ongs. Embora, diferentes, ambas acreditam que é necessária uma repaginação no texto da lei, e que é preciso que o governo tome seu papel enquanto

Entrevistadora: Você acha que a COMIGRAR debateu a legislação do estrangeiro?

Entrevistada: Olha, muita coisa ficou no papel, eu acho que assim, que ficou, que foi reunião que foi tudo, tudo maravilhoso, apresentaram um monte de pauta, pa, pa, pa, pa, só ficou naquilo, muita coisa ficou, poucas coisas que aconteceram. (Entrevistada)

A ideia aqui é que, eles acham que a Comigar foi apenas um palco para atuação não para implementação de políticas de fato, a iniciativa foi ótima, entretanto a finalização se perdeu em algum local.

Tendo percebido, os cursos, e as ações que as Ongs realizam algumas questões ficam ainda em aberto, tais como, essas duas com quem conversei diz que o empoderamento dos imigrantes é algo de fato muito importante, e que para realiza-lo não basta apenas ensinar sobre a lei, tem que explicar sobre a cultura brasileira, tem que ensinar o português, dentre diversas outras coisas. O que nos leva aos seguintes questionamentos, será que essas Ongs que atuam diretamente com os imigrantes tem consciência deste papel de empoderado? E quando tratam do aspecto da cultura de que maneira estão pensando a dita cultura brasileira, uma vez que me foi informado, que em uma das ongs estudada tem um curso em que durante um dia fala-se sobre o que é ser brasileiro.

Por fim acreditamos que o assunto não foi esgotado mas pode ser aprofundado e complexificado em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS.

ASSIS, Olney Queiroz e KUMPEL, Vitor Frederico .Manual de antropologia jurídica, São Paulo: Saraiva, 2011.

BAENINGER, Rosana (Org.). Imigração boliviana no Brasil. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012

BAENINGER, Rosana e SALES, Teresa. Migrações Internas e Internacionais no Brasil: panorama deste século. *Travessia, Revista do Migrante*. São Paulo. Ano XIII, número 36, Janeiro- Abril/2000.

BAENINGER, Rosana. *Fases e faces da migração em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo / Unicamp, 2012.

BASSANEZI, Maria S. C. B., SCOTT, Ana Silva V., BACELLAR, C. A. P., TRUZZI, Oswaldo M. S. Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950. São Paulo: Editora Unesp, 2008

BITTENCOURT, Clementino.Revista Alumni , 2012 volume 4.

BOURDIE, Pierre (1972) Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em Les Temps Modernes, 318, janeiro de 1973.

BOYD e GRIECO,; Women and Migration: Incorporationg gender into international migration theory. Migration Policy Institute. Washington, 2003.

BONASSI, Margarita. Canta, América Sem Fronteiras. São Paulo: Loyola, 2000

BRASIL, Lei de Segurança Nacional (LEI N° 7.170, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983.

BRASIL, Constituição Federal, 1988

BRASIL. decreto número 840, de 22 de junho de 1933.(Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0840.htm, acessado em 10/12/2015)

CÁNOVAS, Dalva Klaumann. Imigrantes Espanhóis na Paulicéia. São Paulo: USP, tese de doutorado, 2007.

CANTO, Marjolaine. “Migração Laboral no Brasil: desafios para Construção de Políticas.” Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais 1.1 (2015).

CARDENAS (2006) «Y VERÁS COMO QUIEREN EN CHILE...»: Un estudio sobre el prejuicio hacia los inmigrantes bolivianos por parte de los jóvenes chilenos. Última década., Santiago, v. 14, n. 24, jul. 2006 Acessado em 25 de outubro de 2015 doi: 10.4067/S0718-22362006000100006.

CARLEIAL (2002) REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES

Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VI, núm. 119 (124), 1 de agosto de 2002- Adelita Carleial

CARNEIRO, J. Fernando. (1950) *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil.

Cymbalista e Xavier (2007) A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. Cadernós metrópole 17 pp. 119-133 10 sem. 2007.

COSTA, Alexandre Araújo. Introdução ao Direito: Uma perspectiva zetética das ciências jurídicas. Porto Alegre: Fabris, 2001.

DAIGO, Massao. Pequena História da Imigração Japonesa no Brasil; Associação para comemoração do centenário da imigração japonesa no Brasil. (2008)

DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. “Algumas Formas Primitivas de Classificação”. in: José Albertino Rodrigues (org.) *Emile Durkheim: Sociologia*. São Paulo, Atica, 1981.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: Rio de Janeiro: Jorge Zahar

FALEIROS e MARTINS (2013) Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo. *Saúde Soc. São Paulo*, v.22, n.2, p.351-364, 2013

FERRAZ JR. 1995, Tercio Sampaio (1995) *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo. Atlas.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

IOTTI, Luiza Horn (org.) *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

IOTTI, Luiza. 2003, *IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO*,

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012

LEVY Maria Stella Ferreira. O papel da imigração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). In: *Revista de Saúde Pública*; São Paulo, n. 8 (supl.). 1974. p. 52. (1974)

MAGALHÃES, Giovanna Mode (2010). “Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo.” (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MANETTA, Alex (2012). “Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística”. In: *Imigração Boliviana no Brasil*, Rosana Baeninger (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/ Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

MILESE, Rosita (2009). Regularização de Imigrantes no Brasil, pelo sistema de Registro Provisório- Anistia de 1981, 1988, 1998, e 2009. in. www.migrante.org.br acesso em janeiro de 2014.

MILLS, C. W. *Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

PATARRA, Neide Lopes.(2005) Migrações internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, no. 3, p. 23-33, 2005.

PESSAR, 2000; The Linkage Between the household and workplace of dominican women in the U.S. *International Migration Review*, vol XVIII, nº 4, 2000.

PERES e BAENBEGER(2011) PERES, R. G.; BAENINGER, Rosana Ap.; Refugiados Africanos em São Paulo, Brasil: espaços da migração, 11/2011, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Vol. 24, pp.97-112, Lisboa, PORTUGAL, 2011

PUCCI (2014) Martinez Serran Fabio - Bolivianos em São Paulo: redes, territórios e a produção da alteridade,ed. CLACSO Buenos Aires

ROLNIK, Iara. (2010) A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *cadernos metrópole* 17 pp. 119-133 10 sem. 2007

ROUSSEU, Jean-Jaques.(2006) O Contrato Social. São Paulo, Escala Educacional: 2006.

SAKURAI, Celia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1999.

SAKURAI, Celia.. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Sumaré, 1993.

SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*.São Paulo, Edusp,1998.

SEYFERTH, G. 1997.A assimilacao dos migrantes como questao nacional. *Mana*, v.3, n.1, p.95- 131,

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n. 53, p. 117-149, mar./mai. 2002.

SEYFERTH, Giralda. 2007 Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: SEYFERTH, G. *et alii*. *Mundos em movimento: Ensaio sobre migrações*. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. *Horiz. antropol.* [online]. 2000, vol.6, n.14, pp. 143-176 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400007&lng=en&nrm=iso>.

SILVA, S. A *Costurando sonhos*. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

SILVA, Sidney Antônio " "Virgem / Mãe / Terra, Festas e tradições bolivianas na Metrópole" - Ed. Hucitec-Fapesp " São Paulo, 2003

SOUCHAD, Sylvain. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo. In: *Imigração Boliviana no Brasil/BAENINGER, Rosana (org.)*, Campinas: Núcleo de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

SOUCHAUD, Sylvain; A imigração Boliviana em São Paulo. in *Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante*, Ademir Pacelli Ferreira, Carlos Vainer, Helion Póvoa Neto, Miriam de Oliveira Santos (Ed.) (2010) 267-290

SPRANDEL (2012) Apresentação feita no Seminário Internacional Deslocamentos, Desigualdades e Direitos Humanos, realizado dias 6 e 7 de julho de 2012, na PUC/SP, como pós evento da 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia

TELAROLLI Jr, 1995, TELAROLLI Jr., Rodolpho: 'Immigration and epidemics in the State of São Paulo'. *História, Ciências, Saúde —Manguinhos*, III (2):265-283 Jul.-Oct. 1995

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 20, p. 199-218, 2008. TRUZZI, Oswaldo M. S.. Novos olhares sobre a imigração boliviana. *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2012, vol.29, n.2

VARGAS, Getúlio 1940

XAVIER, Iara R. Projeto Migratório e Espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, 2010. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ANEXOS

1: REGIMENTO INTERNO DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES E REFÚGIO -

COMIGRAR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O processo da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio - 1ª COMIGRAR ocorre de novembro de 2013 a 01 de junho de 2014, sendo encerrado com a etapa nacional a ser realizada na cidade de São Paulo, nos dias 30 e 31 de maio, e 1º de junho de 2014.

Parágrafo único. A conferência de que trata o caput terá caráter consultivo no que concerne à política nacional de migração e refúgio, sob coordenação do Ministério da Justiça em parceria com os Ministérios das Relações Exteriores e do Trabalho e Emprego, e observará os seguintes princípios:

- I - a promoção da participação social no ciclo das políticas públicas;
- II - o respeito aos direitos humanos dos imigrantes e refugiados; e
- III - a afirmação do princípio da solidariedade como orientador da Política Nacional para Migrações e Refúgio

Art. 2º A 1ª COMIGRAR terá os seguintes objetivos geral e específicos, respectivamente:

- I. Propiciar espaço para o diálogo social ampliado visando à formulação de propostas para subsidiar a integração da temática migratória e do refúgio nas políticas públicas brasileiras, fortalecendo uma gestão pautada pelos direitos humanos.
- II. Favorecer a participação de migrantes e coletivos migratórios em todos os processos e etapas;
- III. Incentivar a mudança de percepção dos gestores públicos e da sociedade quanto ao migrante como sujeito de direitos;
- IV. Oportunizar espaço para a expressão e formulação de demandas/bandeiras relativas à temática de discussão com a maior abrangência possível de setores e atores no território nacional;
- V. Avançar na transversalização da temática migratória e do refúgio garantindo o respeito aos papéis de cada um dos atores

governamentais e não governamentais envolvidos com ela na entrega das diferentes políticas de Estado afetas ao tema;

VI. Construir convergências entre as agendas da migração e do refúgio.

Art. 3º Todo o processo da 1ª COMIGRAR é coordenado pela Comissão Organizadora Nacional (CON), da qual o Ministério da Justiça é seu coordenador, contando com a colaboração consultiva do Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Geral da Presidência da República e do Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil sobre Ações de Migração e Refúgio (CASC-Migrantes).

CAPÍTULO II DO TEMÁRIO

Art. 4º São eixos temáticos da 1ª COMIGRAR:

- I. Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos;
- II. Inserção social, econômica e produtiva;
- III. Cidadania cultural e reconhecimento da diversidade;
- IV. Abordagem de violações de direitos e meios de prevenção e proteção; V. Participação social e cidadã, transparência de dados.

Parágrafo único. O texto-base disponibilizado na Plataforma orienta os debates das etapas integrantes da 1ª COMIGRAR.

CAPÍTULO III DAS ETAPAS INTEGRANTES DA 1ª COMIGRAR

Art. 5º Compõem o processo 1ª COMIGRAR as seguintes etapas:

I – Conferências Preparatórias

II– Etapa Nacional

Art. 6º São etapas preparatórias da 1ª COMIGRAR,
as Conferências: I. Estaduais

II. Municipais

III. Regionais

IV. Livres

V. Virtual

§ 1º Estas etapas tiveram como data limite de realização o dia 31 de março de 2014.

§ 2º Cada Conferência submeteu seu respectivo Relatório por meio da Plataforma da 1ª COMIGRAR em até 5 (cinco) dias úteis após a sua realização.

§ 3º Estas Conferências indicaram delegados para a Etapa Nacional, os quais foram validados posteriormente pela coordenação executiva da Comissão Organizadora Nacional (CON), o que condicionou a presença destes delegados na Etapa Nacional.

§ 4º As Conferências livres com menos de 7 (sete) participantes e as Conferências Virtuais não estavam passíveis de indicarem delegados de acordo com a metodologia da conferência.

Art. 7º A Etapa Nacional será realizada nos dias 30 e 31 de maio, e 1º de junho de 2014, na cidade de São Paulo.

§ 1º A etapa nacional tem o objetivo de aprofundar subsídios e recomendações para a integração das temáticas de migrações e refúgio nas políticas públicas brasileiras.

§ 2º Os subsídios e recomendações elaborados durante a etapa nacional serão incorporados nos debates e formulações para aperfeiçoamento das políticas do Estado brasileiro nos diferentes níveis do pacto federativo, sem contudo se revestir de caráter mandatório ou assumir efeito imediato de aplicação.

CAPÍTULO IV DAS INSTÂNCIAS ORGANIZADORAS NACIONAIS

Art. 8º São duas as instâncias organizadoras nacionais da 1ª COMIGRAR:

- I. A Comissão Organizadora Nacional (CON)
- II. A Coordenação Executiva Nacional

Art. 9º À Comissão Organizadora Nacional (CON), sob liderança e responsabilidade de sua coordenação executiva, compete:

- I – subsidiar com sugestões a proposta metodológica e a programação da 1ª COMIGRAR;
- II – contribuir para a avaliação da realização da 1ª COMIGRAR;
- III - mobilizar e incentivar a participação social na 1ª COMIGRAR;
- IV – deliberar sobre questões não detalhadas neste Regimento Interno, respeitando seus princípios, sob a forma de Resoluções, quando para tanto for convocada; e

V - discutir e deliberar sobre os casos omissos e controversos relativos à 1ª COMIGRAR.

Art. 10º Os membros da CON participarão na Etapa Nacional da 1ª COMIGRAR.

Art. 11º A Comissão Organizadora Nacional tem como coordenação executiva o Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

Art. 12º. À Coordenação Executiva Nacional compete:

I – produzir o marco metodológico e programático da COMIGRAR, em suas etapas preparatórias e na etapa nacional;

II - agendar e organizar a pauta das reuniões da Comissão Organizadora Nacional;

III - disponibilizar textos e relatórios para subsidiar os debates a respeito dos eixos temáticos contidos no Texto-base;

IV – gerenciar a Plataforma da 1ª COMIGRAR e manter fluxo ativo de informações sobre o processo;

V – mobilizar diferentes atores para participação nas Conferências preparatórias da 1ª COMIGRAR;

VI - sistematizar e organizar os debates, contribuições e propostas produzidos nas conferências preparatórias;

VII – viabilizar a realização da etapa nacional;

VIII – elaborar e disponibilizar publicamente o relatório final da 1ª COMIGRAR; e IX - dar publicidade aos documentos produzidos na 1ª COMIGRAR.

CAPÍTULO V DOS PRODUTOS E FLUXOS DAS ETAPAS

Art. 13^o. Todas as propostas debatidas e priorizadas nas Conferências preparatórias e submetidas em conformidade com os prazos e procedimentos previstos foram sistematizadas e disponibilizadas aos participantes para debate na Etapa Nacional.

Art. 14^o. Todas as Conferências preparatórias seguiram as orientações expressas no Manual Metodológico da 1^a COMIGRAR, onde são detalhados os fluxos de delegados e de propostas, bem como orientações metodológicas específicas para cada tipo de Conferência.

Art. 15^o. Os procedimentos e critérios para a destinação de vagas de delegados para participação na Etapa Nacional da 1^a COMIGRAR estão contidos no anexo deste Regimento e também foram disseminadas através do Manual Metodológico.

Art. 16^o. Todas as Conferências preparatórias, convocadas por entes governamentais, respeitaram o princípio da paridade na distribuição dos nomes de delegados entre representantes do poder público e da sociedade civil, com um terço das vagas da sociedade civil destinados a estrangeiros não naturalizados (migrantes, refugiados e outros), conforme especificações contidas no Manual Metodológico.

Art. 17^o. Para ser validada, cada Conferência preparatória precisou, , cumprir os seguintes requisitos:

§ 1^o Fornecimento dos dados contidos no formulário padrão disponível na Plataforma COMIGRAR, respeitando os prazos previstos, seguido das respectivas listas e documentos adicionais relativos a cada tipo de Conferência, incluindo o ato normativo governamental, no caso de Conferências Estaduais e Municipais.

Art. 18^o. Para a Etapa Nacional, será elaborado o Caderno de Propostas a partir da sistematização das propostas oriundas das Conferências preparatórias.

CAPÍTULO VI DA ETAPA NACIONAL

Art. 19º A Etapa Nacional da 1ª COMIGRAR objetiva:

- (i) Aprofundar as recomendações de princípios e diretrizes para a integração das diferentes temáticas relacionadas a migrações e refúgio nas políticas públicas brasileiras;
- (ii) Promover intercâmbio de informações e capacidades, e a articulação inter-institucional entre organizações e setores que trabalham com migrações e refúgio;

Art. 20º. Os participantes da etapa nacional serão divididos nas seguintes categorias:

I - delegados, indicados nas Conferências preparatórias ou representantes de coletivos participativos, validados pela CON, com direito a voz e voto;

II – convidados confirmados através de ofício enviado pela CON, com direito a voz;

III – membros da CON, da Coordenação Executiva da 1ª COMIGRAR e equipe de apoio, com direito a

voz.

Parágrafo único. A participação nos grupos de trabalho da etapa nacional da 1ª COMIGRAR é exclusiva a delegados, convidados, CON, Coordenação Executiva, e

equipes de trabalho, não estando abertos à visitação e/ou participação pública por parte de interessados em geral. Serão franqueadas as atividades em plenária a visitantes, desde que respeitados os limites e possibilidades logísticas dos ambientes da plenária.

Art. 21º. As despesas relativas à participação dos delegados representantes de organizações da sociedade civil, indicados através de Conferências Livres ou Conferências convocadas por entes governamentais, e validados pela CON, serão custeadas pelo Ministério da Justiça.

§ 1 Tendo em vista o respeito às regras e procedimentos administrativos do Ministério da Justiça, o prazo de substituição dos delegados por seus suplentes que requeiram deslocamentos através de passagens aéreas e diárias emitidas pelo Ministério da Justiça, se encerra em 20 de maio de 2014; a substituição dos delegados por suplentes que não requerem deslocamentos através de passagens aéreas e diárias emitidas pelo Ministério da Justiça poderá ser feita até o dia 23 de maio de 2014;

Art. 22º O Caderno de Propostas da Etapa Nacional é o único documento de texto, conteúdos e propostas a ser utilizado durante os trabalhos da etapa nacional.

§ 1o As propostas constantes do Caderno de Propostas são resultantes da harmonização e condensação das propostas elaboradas nas etapas preparatórias, com o objetivo de evitar debates em propostas individualizadas; os textos originais elaborados nas conferências preparatórias não serão utilizados nos trabalhos da etapa nacional;

Art. 23º A programação da Etapa Nacional da 1ª COMIGRAR será divulgada através da Plataforma COMIGRAR, da fanpage COMIGRAR nas redes sociais, e através de mala direta aos delegados confirmados;

Art. 24º A metodologia de trabalho da Etapa Nacional da 1ª COMIGRAR consiste em grupos de trabalho para aprofundar o texto apresentado no Caderno de Propostas. Os grupos de trabalho serão organizados nas seguintes nuvens temáticas:

- NUVEM Nº 1, que terá três grupos concomitantes em diferentes salas, trabalhando sobre as propostas agrupadas nos seguintes itens do Caderno de Propostas:

- Igualdade de direitos
- Marco legal nacional e gestão pública para migrações e refúgio
- Marco legal internacional, atuação pública e cooperação multilateral

- NUVEM Nº 2, que terá três grupos concomitantes em diferentes salas, trabalhando sobre as propostas agrupadas nos seguintes itens do Caderno de Propostas:

- Serviços locais
- Capacitação de Agentes Públicos e da Sociedade Civil
- Produção, gestão e acesso à Informação

- NUVEM Nº 3, que terá dois grupos concomitantes em diferentes salas, trabalhando sobre as propostas agrupadas nos seguintes itens do Caderno de Propostas:

- Procedimentos operacionais em programas e serviços públicos

- NUVEM Nº 4, que terá três grupos concomitantes em diferentes salas, trabalhando sobre as propostas agrupadas nos seguintes itens do Caderno de Propostas:

- Inclusão produtiva, empreendedorismo e qualificação para o mundo do trabalho
- Saúde

- Assistência Social
- Educação

- NUVEM Nº 5, que terá dois grupos concomitantes em diferentes salas, trabalhando sobre as propostas agrupadas nos seguintes itens do Caderno de Propostas:

- Violação de Direitos, responsabilização, proteção e prevenção
- Cultura e Interculturalidade
- Participação social e debate público

- NUVEM Nº 6, que terá um grupo em uma sala, trabalhando sobre as propostas agrupadas nos seguintes itens do Caderno de Propostas:

- Brasileiros no exterior e retornados

§ 1 Os participantes dos grupos de trabalho, de acordo ao horário previsto na programação da etapa nacional, terão como tarefa:

- ler os conteúdos dos itens do Caderno de Propostas, com a orientação do facilitador do grupo;
- sinalizar destaques nos trechos dos textos lidos pelo facilitador, para registrar onde deseja propor que sejam inseridos conteúdos adicionais e/complementares;
- apresentar ideias de destaque nos trechos do Caderno de Propostas que sejam vinculadas tanto aos temas em debate no grupo de trabalho como ao item em leitura no momento em que apresentou seu destaque;
- contribuir para que as sugestões apresentadas sejam elaboradas de forma clara e precisa para o registro pelo sistematizador do grupo;

§ 2 A equipe técnica da COMIGRAR, composta de um facilitador, um moderador e um voluntário de apoio, conduzirá os trabalhos de grupo de acordo às seguintes orientações:

- assegurar que todos os participantes do grupo tenham acesso ao texto do caderno de propostas no momento do trabalho em grupo, seja individualmente ou compartilhadamente;
- assegurar que todos os participantes preencham a lista de presença;
- ler as instruções sobre a metodologia de trabalho dos grupos, para todos os participantes antes de iniciar os trabalhos; a distribuição de tempos será instrução oferecida pelo facilitador em cada grupo;
- projetar e fazer a leitura, proposta síntese por proposta síntese, dos itens do Caderno de Propostas que estão previstas para aquele grupo de trabalho em particular;
- registrar os destaques sinalizados pelos participantes, nos trechos de cada proposta síntese lida pelo facilitador;
- ao final da leitura de cada proposta síntese, o facilitador abrirá para que os destaques sejam verbalizados pelos participantes;
- para cada destaque verbalizado pelo participante que o manifestou, o facilitador deverá consultar o grupo se alguém quer complementar o item específico apresentado neste momento, ou se alguém discorda do item específico apresentado neste momento;
- os itens apresentados, inclusive aqueles que o complementarem, deverão ser registrados no arquivo original do Caderno de Propostas, pelo sistematizador, inserindo-os em vermelho no trecho em destaque;
- o facilitador conduzirá os trabalhos de forma a que as ideias complementares sejam apresentadas da forma mais clara, direta e objetiva possível por cada participante do grupo;

§ 3 Na ocasião de surgimento de divergências, os trabalhos de grupo serão assim conduzidos:

- Os itens apresentados para os quais houver divergência deverão ser reservados para serem debatidos ao final do trabalho de cada proposta síntese, uma vez que tenham sido verbalizados e registrados todos os destaques para os quais não houver divergências;

- nos itens divergentes, o facilitador pedirá que o participante dono do destaque apresente sua ideia; em seguida, pedirá que o participante divergente apresente sua ideia; o facilitador pedirá a ambos para que confirmem se as ideias são de fato divergentes; caso o confirmem, o facilitador perguntará pedirá aos participantes do grupo sugestões para a condução conseguinte daquela específica divergência; o grupo de trabalho deverá produzir uma recomendação para todos os casos de divergência, sem que a busca do consenso sobre aquele tema em particular seja a regra única, prioritária, ou necessária;

- o sistematizador deverá registrar as ideias divergentes e as recomendações produtos do diálogo sobre tais ideias, naquele momento, marcando-as em roxo, no arquivo do Caderno de Propostas;

§ 4 Nenhuma proposta constante do Caderno de Propostas poderá excluída, total ou parcialmente, cabendo ao Grupo de Trabalho aprofundar e/complementar os textos;

§ 5 Todos os participantes terão acesso ao Caderno de Propostas da etapa nacional, disponibilizado pela Plataforma COMIGRAR e enviado por e-mail ao correio eletrônico informado na ficha de confirmação de participação. Recomenda-se que os participantes cheguem aos grupos de trabalho tendo lido com antecedência os conteúdos do Caderno de Propostas. Recomenda-se que os participantes escrevam e preparem com antecedência os itens de destaque que lhes interessa fazer no grupo de trabalho que participará, trazendo consigo suas anotações prévias;

§ 6 O Caderno de Proposta, complementado pelos destaques feitos pelos grupos de trabalho, é o resultado desse processo participativo de leitura, aprofundamento e discussão de ideias, a ser entregue ao Estado brasileiro como recomendações para a integração da temática migratória nas políticas públicas; o Caderno de Propostas, complementado, será disponibilizado publicamente na Plataforma COMIGRAR, assim como a lista corrida das propostas elaboradas originalmente nas conferências preparatórias oficialmente registradas como parte do processo da 1ª COMIGRAR;

§ 7 Na etapa nacional não haverá votação de priorização em propostas em resposta à solicitação do governo federal para que todas as propostas elaboradas sejam formalmente encaminhadas às autoridades responsáveis pela organização da 1ª COMIGRAR, sem filtragem de prioridades de qualquer natureza;

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24º. Os casos omissos neste Regimento serão analisados e decididos pela Comissão Organizadora Nacional, liderados por sua coordenação.

ANEXO

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA A DESTINAÇÃO DE VAGAS DE DELEGADOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ETAPA NACIONAL DA 1ª COMIGRAR

Número de delegados a serem indicados

- 1) A metodologia aplicada para o cálculo de número de delegados a serem indicados para a Etapa Nacional foi estruturada com base no total da população do município, do quantitativo total de migrantes e refugiados, de acordo com a base de dados do Departamento da Polícia Federal e do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), e com base na quantidade de etapas a serem realizadas pelos atores no processo da COMIGRAR. A unidade territorial base para a contagem do número de delegados nas conferências convocadas por poderes públicos é o município. Esta é uma medida válida somente para efeitos de contagem do número de delegados, sem implicação de qualquer outra natureza;
- 2) Pela impossibilidade de prever o número e quais municípios realizarão conferências locais, a Comissão Organizadora Nacional da 1ª COMIGRAR estabelece que o processo de escolha e confirmação de delegados escolhidos em conferências convocadas por poderes executivos, deverá acontecer em três etapas:

1ª etapa) Registro da conferência, que inclui o envio, via Plataforma COMIGRAR, do ato normativo local que a institui, de informação sobre quantos eventos preparatórios serão realizados, e da lista com o nome exato e individualizado dos municípios onde estes eventos preparatórios acontecerão;

2ª etapa) Em resposta, a Comissão Organizadora Nacional da 1ª COMIGRAR informará quantos delegados a conferência preparatória poderá encaminhar, obedecendo ao cálculo que adota um critério combinando: número da população total estimada, número de estrangeiros residentes, número de solicitações de refúgio, e número de eventos preparatórios;

3ª etapa) Uma vez terminada a conferência preparatória, de acordo ao Manual da 1ª COMIGRAR, o relatório e a documentação requeridos serão enviados via Plataforma COMIGRAR pelos responsáveis pela conferência local. Em resposta, a

Comissão Organizadora Nacional da 1ª COMIGRAR informará a lista dos nomes dos delegados confirmados, de acordo à distribuição de vagas entre os municípios do mesmo porte;

- 3) Ao receber a lista de delegados com os respectivos números de votos obtidos que cada conferência enviará, a Comissão Organizadora Nacional da 1ª COMIGRAR decidirá a designação adicional linear de delegados de acordo aos critérios descritos;
- 4) A Comissão Organizadora Nacional da 1ª COMIGRAR terá a quantidade total de 100 vagas de delegados para assignar às cotas específicas por refugiados e eventos preparatórios realizados;

Municípios agrupados por porte	Nº máximo de delegados que cada município pode listar para enviar à CON*	Nº de delegados a serem acrescentados pela CON			
		Até 50 refugiados	50 ou mais refugiados	Até 1 evento preparatório	2 ou mais eventos preparatórios
Pequeno Porte 1	20	1	2	1	2
Pequeno Porte 2	22	1	3	1	2
Porte médio	24	1	2	5	2
Grande Porte	30	1	2	1	2
Mega cidades	350	1	2	2	2
Total	650	-	-	-	-

mentais, nomeados; e metade de delegados não-governamentais, eieitos; 1/3 devem ser estrangeiros migrantes não naturalizados brasileiros;

- Pequeno porte 1 = até 20 mil hab
- Pequeno porte 2 = entre 20 e 50 mil hab
- Porte médio = 50 e 100 mil hab
- Grande porte = 100 e 900 mil hab
- Mega cidades = mais de 900 mil hab

Exemplos:

- 1) Município X tem 67.489 mil habitantes. É um município na categoria de porte médio e, por esta razão, deve informar oficialmente à Comissão Organizadora Nacional (CON) o nome de 14 delegados para a etapa nacional da 1ª COMIGRAR.

Desses 14 nomes, sete serão representantes da equipe governamental, nomeados oficialmente como delegados, desde que tenham participado integralmente da Conferência preparatória. Os outros sete serão representantes não governamentais, escolhidos durante a Conferência preparatória, de acordo às regras constantes neste manual. Dentre os sete representantes não governamentais, 33%, ou seja, duas pessoas deverão ser estrangeiros migrantes não naturalizados brasileiros.

- 2) Municípios X, Y e Z realizarão conferência regional. Apesar de realizarem evento único, o número de delegados a serem indicados para a etapa nacional é o número individualizado de cada município de acordo às regras deste manual.
- 3) Estado Z realizará conferência estadual. O número de delegados a serem indicados para a etapa nacional é a contagem do número individual que corresponde a cada município participante da conferência estadual.

ANEXO 2. Etnografia seminário Vozes e Olhares.

Durante o Seminário Vozes e Olhares, o espaço é quem falava mais a respeito do que aconteceria nas reuniões. Cheguei um pouco mais cedo do que o horário de abertura do evento, exatamente no horário em que seria servido o café da manhã aos convidados. O salão fica localizado em um espaço ao lado da Igreja do Glicério, fácil de ser reconhecida pois é a única da rua. Do lado de fora uma grade separa a calçada do espaço da igreja, que tem um pátio bastante grande e uma área coberta antes mesmo de chegar a este outro edifício, onde ocorreria o seminário, ou seja, o percurso que tive que fazer da entrada até o salão já me revelava olhares intercruzados.

Sentados em degraus da igreja ou nos degraus que levam ao salão observei diversos homens negros, com numerosas malas ao seu lado. Por meio da grande mídia, já sabia que o local recentemente tem recebido um grande fluxo de imigrantes haitianos vindos do Acre, entretanto as notícias não conseguem retratar a emoção que se tem ao ver o conjunto, malas mais pessoas mais suas feições. Era interessante observar que os que estavam do lado de fora do salão eram mais tímidos, ficavam em grupos pequenos as vezes de 4 ou 3 pessoas conversando. Já na parte interna do salão onde ocorria o café da manhã a presença era muito maior de pessoas que pareciam já se conhecer, mais tarde durante as rodas de conversa que ocorreram obtive a certeza de que as pessoas que mais cedo vi se cumprimentarem de fato já se conheciam, eram estudantes, pesquisadores,

militantes, agentes de ONGS dentre outros, que participam de um mesmo fluxo, e este gira em torno da temática migratória.

Uma câmera profissional estava localizada no centro do salão, um grupo de pesquisa da Universidade De São Paulo iria documentar o ocorrido durante o dia.

Ao formalizarmos nossa inscrição mediante assinatura em uma lista, recebíamos um encarte com a programação do dia. Observei que durante as mesas de debate ocorreriam intervenções culturais, e uma destas ocorreu logo na abertura do evento com o grupo folclórico andino Killary Kussi.

No palco uma mesa branca com tecidos que lembravam a tapeçaria andina (azul, vermelho e laranja). Coloridos e aparentemente bordados. A primeira mesa foi formada pelos seguintes integrantes Padre Paolo, Ana Paula representando o serviço pastoral do migração e quatro imigrantes de distintas nacionalidades; Peru, Haiti, Guiné Bissau e Costa do Marfim. Conforme proposta do evento estes contaram um pouco a respeito de suas experiências no Brasil principalmente sobre trabalho.

O primeiro a falar é Padre Paolo, diz que até aquele momento já contabilizavam na lista 130 nomes, mencionou sobre o porquê da escolha do salão da SPM para realização do evento. Segundo ele foi por razão do símbolo que se tornou o local.⁵⁴O pároco falou sobre a Missão Paz que esta é uma instituição católica, mas não faz nenhum tipo de discriminação quanto ao credo de cada um que esta acolhe.

Em seguida Ana Paula do eixo trabalho na missão paz falou a respeito do trabalho que vem sendo desenvolvido segundo seu relato:

Duas mil trezentos e quarenta e quatro pessoas foram para o mercado de trabalho até o ultimo dia trinta deste mês, quinhentos e dezessete empresas

⁵⁴ No ano de 2014 principalmente, a Casa do Migrante ligada a pastoral do migrante acolheu diversos Haitianos que chegavam a capital paulista que não tinha onde ficar. A casa que conta com 150 vagas foi pequena para a grande quantidade de imigrantes que chegavam a São Paulo, e sem ter para onde ir o excedente foi acomodado no salão em que hoje ocorre o seminário Vozes e olhares cruzados. Sobre a chegada de imigrantes na capital ler: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/numero-de-haitianos-que-vem-a-sao-paulo-volta-a-crescer-sem-abrigos-suficientes-433.html>

vieram até a missão paz ofertando trabalho. Ana segue dizendo que certamente existem respostas negativas quanto, mas que o índice é muito pequeno, chama atenção para o papel da instituição nas contratações, segundo ela “ nós apenas fornecemos o espaço para que as empresas venham e ofertem vagas de trabalho, mas quem consegue ou não é o próprio imigrante, através de entrevista” (Ana Paula, Eixo Trabalho)

Alertou ainda para o fato de que hoje a instituição toma muito mais cuidado para que, nem empresa nem imigrante saia lesado, através de palestras promovidas na instituição os empresários tomam conhecimento a respeito de onde vem os imigrantes, e sobre os critérios que se estabelecem sobre as possíveis contratações tais como; respeito aos trabalhadores tal qual sanciona a lei, pagamentos no dia, e mais recentemente que estas empresas ofereçam salários superiores a mil reais, tendo em vista o custo de vida na cidade, onde boa parte destes imigrantes quando contratados precisam arcar com aluguel, alimentação e necessidades básicas de higiene etc..

A primeira imigrante a falar é a Peruana Ana Milagros⁵⁵, a cinco anos no Brasil diz que estes não foram fáceis, sem carteira de trabalho. Chegou em Minas Gerais e o primeiro emprego que conseguiu foi como professora de espanhol, ganhava quatrocentos reais mensais enquanto os outros professores, brasileiros neste caso ganhavam um valor bem acima. Foi trabalhar em um restaurante que lhe pagava a quantia de duzentos reais por semana, conta que no primeiro mês parecia um sonho, mas que esta realidade foi se alterando, passou a receber a cada quinze dias e os valores vinham cada vez menores, até chegar ao ponto de receber apenas dezessete reais, e com isso ser despejada. A apresentação de Ana segue entre soluções e lágrimas, sua experiência é contada e compartilhada, ela segura o choro, toma ar e diz

“ Um estrangeiro sai de seu país e não traz apenas roupas, traz consigo sonhos, metas. Saímos com uma mala nas costas achando que vai ter oportunidade, oportunidade que nem em minha própria terra tive, sem

⁵⁵ Para este trabalho especificamente utilizou-se o nome real dos imigrantes, pois se tratou de um evento público.

dignidade. A poucos meses cheguei na casa do migrante muito humilhada, eles me deram uma cama, me trataram como humana. Trabalho a um mês com carteira assinada, o primeiro dia de trabalho foi uma novidade para mim, eu tinha hora de almoço, eu comia rápido e quando voltei me disseram- Ana é uma hora de almoço, agora eu mastigo e sinto o sabor da comida. Hoje posso dizer que tenho minha dignidade recuperada e graças ao que aprendi aqui. (...)" (Ana)

A segunda imigrante a compartilhar suas experiências foi a Haitiana Abel Martins a três anos no Brasil, foi uma das razões para que hoje a missão paz tenha mais critérios quando uma empresa, ou empresário vem buscando trabalhadores. Sua experiência bastante sofrida, foi marcada por empregos com serviço "pesado" e ganhando pouco. Abel foi trabalhar em Cascavel – Paraná e conta as dificuldades enfrentadas na empresa Globo Aves, conta que voltando a São Paulo foi trabalhar no Shopping West Plaza na empresa JIM –JIM que lhe pagava a quantia de quinhentos reais por mês, seu aluguel no valor de quatrocentos reais lhe deixava com apenas cem reais para todas as demais despesas, e mais uma vez Abel estava em uma situação como ela diz " muito difícil". Sua terceira experiência de emprego, foi com uma moça que precisava de Babá, esta assinou a carteira de Abel, mas como doméstica, sabendo que aquilo não era o correto Abel disse que iria sair daquele emprego. Hoje Abel trabalha como Babá com carteira assinada e com a profissão correta na carteira. Conta que seu maior sonho é trabalhar para primeiro buscar o tio, e em seguida buscar o filho.

Emmanuel da Costa do Marfim, vinte anos, entrou no Brasil através de um acordo, neste o estudante teria a oportunidade de cursar agronomia, entretanto para tal precisava conseguir dois pontos na prova de português, durante seis meses estudando no Brasil sua nota foi de um virgula oitenta e oito. Em sua fala

" Quando o aluno não passa nessa prova tem que voltar para o país, a polícia Federal me ligou de manhã, dizendo que eu tinha que voltar para o meu país, então vendi meu computador e fugi. Em São Paulo procurei ajuda, mas se aqui era o local onde todos diziam ser dos sonhos, descobri que não era bem assim. Entrei através de imigrantes em contato com uma ONG chama EDUCAFRO. Hoje estou estudando, mas minha carteira de trabalho diz que não posso trabalhar, não sou bandido, não vou roubar. Vou fazendo o que me indicaram.

Bicos para me manter, hoje vou na casa de um advogado, limpo, lavo, dou banho nos cachorros faço comida, e saio de lá com cinquenta reais. ”
(Emmanuel)

A lei do estrangeiro vigente no país impossibilita o estudante a exercer atividade remunerada, desta maneira é bastante comum que, estes imigrantes (os que vem para estudar) procurem trabalhos alternativos para se manterem na cidade de São Paulo.

Orian, da Guiné Bissau relata sua experiência, é interessante notar neste caso em particular como em alguns casos a polícia atua da maneira como deve, ou seja, assegurando e salvaguardando a vida. Ao chegar no Brasil o imigrante, sem ter onde ficar dormia na Praça da Sé, (região central da cidade de São Paulo, conhecida pelo alto número de pessoas em situação de rua que passam a noite nas proximidades da igreja da sé, o local também é um ponto de referência da cidade, vez que é o marco zero desta.).

“A policia me pegou lá as onze da noite, e me trouxeram para a Casa do Migrante, fiquei aqui durante dois meses e consegui os meus documentos. Fui trabalhar, em um dia de folga vim conversar com a Ana, disse para ela que não estava dando certo. O cara não me pagava e não assinou minha carteira. Eu disse para meu patrão que iria sair, mas meu patrão tentou mentir para mim, ele não queria me devolver minha carteira. Tem outra firma que eu fui trabalhar, a firma me registrou e ganhou dois mil reais, só o que posso falar é agradecer.”
(Orian)

As palavras de Orion são complementadas com as de Ana, do eixo trabalho que diz, “essa empresa que não queria se organizar, dizendo isso e fazendo o movimento com os dedos (entre aspas), não queria se organizar quando as leis trabalhistas, o fizemos devolver a carteira de trabalho do Orion”

Percebo que, esta entidade a Missão Paz, atuou neste caso e em muitos outros como agentes do Ministério do Trabalho, e por que não como negociadores étnicos, eles têm o contato com estes imigrantes que lhes contam os problemas, e tentam na medida do possível solucioná-los, e orienta-

los. Entretanto só o podem fazer até determinado ponto, já que é papel do ESTADO, tutelar aqueles que estão em seu solo.

Imagem 3. Mesa de abertura do III Seminário Vozes e Olhares.



Fonte. <http://migramundo.com/2014/11/08/vozes-olhares-e-vivencias-que-se-cruzam/>

Concluída a fala dos imigrantes, é aberta as perguntas da platéia que neste momento está um pouco mais cheia do que no início do seminário. Observo que aquelas pessoas que estavam do lado de fora ainda não entraram e isto chama minha atenção, pois são todos imigrantes e aquele seria um espaço para que eles também contribuíssem.

Os imigrantes da mesa são questionados pelo Padre Mario Jeremias, integrante do público, sobre qual força que eles tiveram para momentos difíceis como estes. Em resposta:

A peruana Ana diz que “ a força foi aquela que teve na base de sua formação, minha avó, que me ensinou. Não fui criada para ficar triste, ficar no chão, fui criada para vencer. Minha força está no exemplo da minha avó, e em Deus”

A fala sobre Deus, ter dado forças é comum a todas as falas. Assim como de membros da família, tais como, mãe, avó. É interessante observar que geralmente a força é atrelada a membros da família do gênero feminino, tanto na fala dos homens quanto das mulheres, se a heteronormatividade tem sua posição, e coloca o homem como detentor de toda a força, brutalidade, as falas destes imigrantes exemplificam e desmarcaram tal teoria, da delicadeza que normalmente é atribuída ao gênero feminino.

Nos é informado que o grupo de estrangeiros que mais utiliza a missão paz são os Bolivianos. O que reforça minha teoria de que este grupo têm um papel de suma importância, quando analisado as políticas públicas voltadas para imigrantes, quanto as redes de informação e os fluxos pelos quais estas circulam. (Sassen,1998)

Outra questão é levantada na platéia, desta vez é a respeito de língua materna, se estes imigrantes as passam, ou pretendem passar para seus filhos.

Ana Milagros (Peruana) diz que a cinco anos no Brasil falando português, já até sonha em português, e que vem encontrando dificuldades em falar espanhol “perdi a frequência de usar”. O estudante da Costa do Marfim diz que é interessante essa questão “De onde venho cada região fala um dialeto, isto serve para inclusive sabermos de onde, de qual região a pessoa é, são quatro ou cinco dialetos, a língua nativa é o Francês, mas todo mundo fala pelo menos um ou dois dialetos”. Tirando a imigrante peruana, todos os demais utilizam sua língua materna para conversar com amigos na cidade, mas nenhum responde sobre passa-las a filhos.

Em meio a diversas falas sobre como empresários, e empresas utilizam o espaço do entorno da missão paz para ludibriar os imigrantes, lhes oferecendo empregos, uma imigrante Salvadorenha aponta para uma outra forma de imigração.

Até o momento, falaram de trabalho, de escola, mas eu imigrei por amor. Eu sou formada em Comunicação, e aqui no Brasil eu não posso trabalhar, é muito triste ser desvalorizado. A única forma que posso trabalhar é como cantora.

Você não deveria discriminar, deveria ajudar. Não tenho carteira de trabalho.
Celina Castro.

Finalizando as falas somos informados sobre o horário do almoço. Sou convidada junto com um grupo a almoçar na Casa do Migrante, e foi ali que minhas observações foram mais fortes. Na hora do almoço e mais tarde quando retornei à casa de acolhida para buscar meu celular que presenciei cenas que chamaram minha atenção. Quando fomos almoçar, o padre Paolo, começou nos mostrando o local onde eles se alimentam. Por razão do evento, o almoço foi dividido conosco, entretanto aquela foi uma mostra do dia a dia. A comida é servida por voluntários que ficam atrás de um balcão, salada e bebida ficam à disposição dos imigrantes para que estes se sirvam a vontade. Todos ficam sentados lado a lado, em mesas retangulares e grandes. Durante a alimentação naquele dia, observei que esta ocorria em silêncio. Percebi que em uma mesa todos já estavam com seus pratos cheios, entretanto ninguém estava comendo, mais tarde perguntei para um dos imigrantes que estava naquela mesa por que eles não estavam comendo, este me disse que é um costume, eles não começam a comer até que todos estejam sentados à mesa, e comendo juntos.

Após o almoço cada um é responsável por lavar seu prato, talher e copo. Recados para poupar água são visíveis afixados na parede.

Estes avisos, de uma maneira geral podem ser observados em todo o espaço. E em mais de uma língua, sendo predominante o espanhol e também o francês.

O local onde estes imigrantes ficam na casa de acolhida para conversar, é uma área verde com bancos no centro formando um quadrado. Do lado direito tem-se o refeitório. Do lado esquerdo tem o local onde cada um guarda sua bagagem, são armários parecidos com os que encontramos em clubes, ou algumas escolas. Neste local, as malas se amontoam em um canto, e sobre os armários é predominantemente sapatos que ficam dispostos. Nos foi dito que, cada imigrante é responsável pela chave do seu armário, e que já ocorreram vezes de roubos, mas que foram poucas vezes. Pois, dentro da casa de acolhida existem regras, que devem ser seguidas para o bom viver de todos. Próximo a este local tem afixado na parede um grande mapa mundi, algumas partes do mapa estão mais gastas, quando questiono o porquê, o padre Paolo diz que é comum os imigrantes irem até aquele local e apontarem com o dedo no mapa de onde vieram, e normalmente seguem com o dedo realizando a trajetória até sua chegada ao Brasil. Observo, portanto, regiões do Haiti, e alguns países do continente africano são mais desgastadas o que demonstra que os fluxos de migrantes presentes, ou que passaram por ali são em sua maioria daquelas localidades.

No andar de cima, se localizam os dormitórios, masculino e feminino. As alas são separadas, ainda que uma família tenha imigrando junto por exemplo, homens e mulheres dormem separados. Questionei se alguma vez ocorreu naquele espaço de um transexual solicitar abrigo, e se sim em qual dormitório ele foi alocado. Para minha surpresa, nem masculino nem feminino. A pessoa em questão dormiu em um quarto separado, pois os homens não o aceitavam enquanto homem pois tinha seios, e as mulheres não o consideravam mulher pela presença da genitália masculina.

Quando retornamos do almoço, fiquei na parte de fora do salão onde ocorria o evento. A imagem ali é bastante próxima daquela que vemos em jornais, ou na mídia. Malas espalhadas e amontoadas, imigrantes sentados no chão. Durante o dia fui até o local onde fico quando realizo minhas pesquisas, o prédio é onde mora uma amiga da família, por já ter conhecimento de algumas pessoas que moram no local, ao encontra-las lhes dou boa tarde e conto sobre o que estou fazendo ali desta vez, por mais de uma vez sou alertada a tomar cuidado, pois a região agora tem muitas “pessoas estranhas” principalmente à noite.

É curioso observar que, tais pessoas apontam para estes imigrantes, como “pessoas estranhas”, como o outro. Segundo Cárdenas (2006) o preconceito se manifesta de duas maneiras: sutil e manifesto, estas aparecem através dos sujeitos fanático, sutil e igualitário. Para o autor o sujeito fanático é aquele que discrimina abertamente o outro, o sujeito sutil seria por exemplo estas pessoas que me disseram para tomar cuidado, elas não se dizem contra, mas também não são a favor. Por fim os sujeitos igualitários seriam principalmente aqueles que estavam presentes no Seminário, pessoas que não aceitam que o outro seja tratado de maneira diferente, e lutam para que tais diferenças sejam minadas.

Antes do início da segunda mesa, mais uma atração cultural surge. Percebo que a mulher que disse ter vindo para o país por amor, é quem irá se apresentar. Vestida com uma blusa branca, e uma grande saia azul ela inicia sua apresentação, cantando músicas em espanhol.

Imagem 4. Apresentação Cultural



Fonte: <http://migramundo.com/2014/11/08/vozes-olhares-e-vivencias-que-se-cruzam/>

A apresentação segue, e desta vez o número de imigrantes do lado de fora diminui. A cantora faz uma breve pausa e surge trajando uma calça preta, botas de salto alto e uma blusa que em comparação com a primeira é decotada. Menciono aqui, a diferença nos trajes pois, isto foi motivo para comentários de várias pessoas depois, que acharam inapropriada a utilização de roupas decotadas, e danças performativas (rebolando) em um ambiente como aquele. No caso se referindo a Igreja, e a missão Paz.

Na parte da tarde a mesa é formada afim de deixar aqueles que contratam falarem, além dos empresários, cinco imigrantes sentam a mesa, e também a integram o Padre Paolo e a Ana do eixo trabalho. Da parte dos empresários, os elogios são constantes, segundo eles os imigrantes são ótimos em seus quadros de funcionários. Como estou focada mais na fala dos imigrantes, não transcrevi nenhuma fala por parte dos empresários.

Blanca representando os Bolivianos, faz seu pronunciamento, diz ser de La Paz, e ter dois filhos.

Emigrei do meu país pois não havia encontrado oportunidades na Bolívia, encarando essa realidade resolvi migrar, sei que o Brasil está bem economicamente e por isso resolvi vir para cá. Para dar uma vida digna para meus filhos. Trabalhei primeiro em Minas Gerais, lá trabalhava com costura das sete da manhã até as dez da noite de segunda a sábado, quando foram me pagar

eu estava ganhando menos do que ganharia no meu país, eu trabalhava mais de doze horas seguidas, e foi realmente dramático. Tive que pagar a passagem para a pessoa que me trouxe, quando finalmente consegui chegar em São Paulo, a Casa do Migrante me acolheu. (Blanca)

Imagem 5. .Mesa da tarde empresários e imigrantes.



Fonte: <http://migramundo.com/2014/11/08/vozes-olhares-e-vivencias-que-se-cruzam/>

Após o pronunciamento de Blanca vou até a parte de fora, e converso com uma professora da rede estadual sobre a situação dos imigrantes em seu contexto escolar. Ela me diz que as crianças que estudam na sala dela (as imigrantes) são bastantes quietas, com poucos amigos, diz que é comum eles fazerem um amigo e ficarem do lado dele todo o tempo. Me contou sobre um caso que lhe chamou bastante atenção

Tinha um menino que não sentava, eu dizia menino senta, e nada acontecia, repetia, menino senta, e de novo nada, até que em um determinado momento ele chega até mim e diz professora é que eu não sou menino...sou menina, e me explicou que a mãe tinha cortado o cabelo de todas as filhas e colocado roupas tipicamente masculinas por precaução, desde que cruzaram a fronteira, pois ela tinha medo que fizessem algo com as filhas por elas serem meninas (Professora da rede pública de ensino)

Quando desligo o gravador, a professora olha para o lado e me diz,

Olha não sei se isso te interessa, mas eu não acho que sejam as crianças as que discriminam, a culpa não é delas, pois as crianças com quem eu trabalho são muito pequeninhas, se elas fazem isso é por que são ensinadas. Agora, quando tem HTPC (conselho de professores e direção) tem muitos professores que dizem, ‘não sei o que estes imigrantes vêm fazer aqui’, ‘ eles não sabem nada de português, e eu não sou obrigado a aprender espanhol’ conclui dizendo que muitas vezes o preconceito está entre o próprio corpo docente. (Professora da rede pública de ensino)

O que reafirma a teoria de Cárdenas sobre os tipos de sujeitos, e a abordada no início deste artigo sobre o que não é dito, sobre as falas presentes no silêncio. Quando retorno ao salão estão formados quatro grandes grupos, na forma de círculos, em cada um deles imigrantes, estudantes, pesquisadores dentre outros trocam informações. Aproveito o momento para realizar uma entrevista, solicito a uma imigrante Boliviana e ela me concede a entrevista.

Quando termino sua entrevista e retorno para o grupo, percebo que os imigrantes falam bastante sobre as dificuldades que tiveram para chegar ao Brasil.

Por fim somos convidados a retornar as cadeiras na posição inicial e mais um grupo se apresenta. Ao som de música árabe um grupo toca e dança, convidam a plateia para dançar também, e a luz acaba. Isso não fez com que estes parassem de tocar ou dançar. A última atração do dia seria uma apresentação de teatro, sem luz eles improvisam um local com mais claridade para iniciar sua apresentação. Quando todos arrumamos as cadeiras, a luz volta.

Imagem 6. Apresentação de teatro do grupo Impulso Coletivo.



Fonte: <http://migramundo.com/2014/11/08/vozes-olhares-e-vivencias-que-se-cruzam/>

A peça retrata uma pesquisa que o grupo de teatro vem fazendo na Missão Paz, a peça intitulada “Em nome do rei” relata a história de um menino que antes podia ir e vir por toda a terra, mas que por imposição do rei, que fixou muros, barreiras, dentre outros ele ficou impossibilitado de ir e vir, a peça conta de maneira lúdica as dificuldades que os imigrantes, principalmente aqueles provindos de regiões pouco “nobres” passam e a maneira como o “rei” os trata. O dia é concluído com o lançamento do livro a respeito das migrações paraguaias para o Brasil.